

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Vanessa Azambuja de Carvalho

EXPERIÊNCIAS FAMILIARES NAS NARRATIVAS DE MULHERES
NÃO HETEROSSEXUAIS

Porto Alegre
2020

Vanessa Azambuja de Carvalho

EXPERIÊNCIAS FAMILIARES NAS NARRATIVAS DE MULHERES
NÃO HETEROSSEXUAIS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi

Porto Alegre

2020

Este trabalho é dedicada a todas as leitoras que encontrarem aqui sentimentos de resistência.

Eu conto essa narrativa em fragmentos porquê é difícil contar de outra maneira. Fragmentos como se fossem um corpo que é esquartejado e tem seus membros arrastados. Ao falar de luta eu também preciso falar daquilo que faz com que a luta seja necessária. Há uma frase que diz “..do luto à luta”. Porque do luto à luta? Que luta é essa? Talvez seja uma das únicas maneiras de me expressar e não sucumbir. Lutar por tudo aquilo que me disseram que não podia, que te disseram que não podias. Por ser quem deseja, se apaixona e ama alguém do mesmo gênero. Por ser quem sente no seu corpo diferente de quem lhe chamam. Somos quem? Sou corpo, pés corpo, somos corpos. Corpos afetados por mortes cotidianas, mas a morte faz com que seja a luta a possibilidade de existência. Por isso que eu conto sobre esse corpo, sobre esses corpos em falas em pedaços. Frases separadas em trechos, porém tão emaranhadas com o aqui, com os corpos. Eu conto em fragmentos porque não consigo contar de outro jeito.

Essas histórias em fragmentos são como um corpo despedaçado por cavalos que seguram os seus membros e puxam. Eu conto em fragmento porquê essas histórias são difíceis de contar. Lembrar é difícil. Eu gostaria de falar apenas de trajetórias bonitas. Gostaria de falar de algo tão lindo quanto uma vida não despedaçada. Mas aprendi que contar e sentir esse corpo disperso é ação ativa.. Ação contra aquelas que nos cortam em pedaços, que nos arrancam partes, que nos matam. Eu conto essa história em fragmentos por que é uma história que existe. E existe porque te conto, tu existes porque eu te coloco como responsável da minha história, e, ao contrário, eu sou porque tu escutas. Tu és, e talvez um dia eu possa ouvir a tua história. E nesses fragmentos nós podemos mudar a cadência do contar. Talvez com outro tom e outra rima a história não seja tão difícil de se contar.

RESUMO

Os estudos em Terapia de Família apresentam narrativas limitantes acerca da experiências familiares de pessoas LGBTQ+. Incluem, quase sempre, uma tragédia na relação com famílias de origem quando alguém publiciza uma vivência divergente do padrão da cisheteronorma. E ao falar de novas configurações familiares focam-se na parentalidade e conjugalidade de sujeitos homossexuais. Experiências balizadas por uma normativa sobre posições sociais fixas de gênero e afetividades higienizadas dentro de uma relação monogâmica. Portanto, o objetivo central desta pesquisa foi descrever e analisar as narrativas sobre experiências familiares de mulheres não heterossexuais, a partir de suas trajetórias de vida, a partir das relações com os seus marcadores sociais, tais como, gênero, sexualidade, raça e classe social. Para isso entrevistei cinco mulheres cisgênero não exclusivamente heterossexuais. Visando, repensar o conceito normativo de família que é reproduzido pelas teorias de terapia de família, a partir das histórias relatadas por essas mulheres. Com isso pretendo colaborar para os campos dos estudos de gênero e sexualidade na temática famílias.

Palavras - Chave: Mulheres Não Heterossexuais, Diversidade Sexual, Diversidade de Gênero, Terapia de Família, População LGBTQ+

ABSTRACT

Studies in Family Therapy present limiting narratives about the family experiences of LGBTQ+ people. They almost always include a tragedy in the relationship with families of origin when someone publishes an experience that differs from the standard of cisheteronorm. And when talking about new family configurations, they focus on parenting and conjugality of homosexual subjects. Experiences guided by a regulation on fixed social positions of gender and sanitized affection within a monogamous relationship. Therefore, the main objective of this research was to describe and analyze the narratives about family experiences of non-heterosexual women, from their life trajectories, from the relationships with their social markers, such as gender, sexuality, race and social class. I interviewed five cisgender women who were not exclusively heterosexual. Aiming to rethink the normative concept of family that is reproduced by theories of family therapy, based on the stories reported by these women. With this, I intend to collaborate in the fields of gender and sexuality studies in the theme of families.

Keywords: Non-Heterosexual Women, Sexual Diversity, Gender Diversity, Family Therapy, LGBTQ + Population

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - Como chegamos até aqui?	11
CAPÍTULO 2 - Com quais estratégias podemos ir além?	15
CAPÍTULO 3 - Apresentando as interlocutoras em cinco ensaios biográficos	37
3.1 Primeiro Ensaio - Audre	37
3.2 Segundo Ensaio - Zélia	44
3.3 Terceiro Ensaio - Winnie	54
3.4 Quarto Ensaio - Juliana	60
3.5 Quinto Ensaio - Bruna	71
CAPÍTULO 4	76
4.1 Sobre experiências na família de origem	76
4.2 Sobre famílias escolhidas	79
4.3 Sobre interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Antes de mais nada: bem vindas a leitura dessa dissertação. Agradeço muito a presença e interesse de vocês. Essa dissertação perpassa de uma certa maneira toda uma caminhada profissional. Foram três anos para conseguir entregar esse texto, pois a minha vida foi mudada intensamente nesse período curto de tempo. Mas sinto que os escritos aqui e a intencionalidade deles perpassam meus praticamente dez anos de caminhada como profissional da Psicologia. Conversam aqui quatro temáticas centrais da minha vida: população LGBTQ+, Terapia de Família Sistêmica (TFS), estudos de sexualidade e gênero e interseccionalidade. Espero poder mostrar para vocês leitoras como esses temas se conjugam para considerar o seguinte argumento: as experiências familiares de pessoas LGBTQ+ são como todas as outras experiências, merecendo ser vistas como mais uma família. E as especificidades? Vocês podem perguntar. Bom, respondo com os outra pergunta: e se as especificidades pudessem ser vistas e analisadas ao levarmos em consideração o contexto e os marcadores sociais de cada pessoa e de cada família?

Assim, a análise interseccional pode ser um fio condutor potente no trabalho da TFS. Convido a quem produz nessa vertente que aposte em uma escrita e ação a qual se afaste de tentar comprovar a sanidade, boas atitudes e habilidades das famílias não heterossexuais e sim invista em descrever as famílias, mostrar suas diferenças, diversidades e pluralidades. Adentrando uma proliferação de compreensão, para pensarmos de maneira criativa como intervir com essas famílias, com todas as famílias. Levando em consideração centralmente a intersecção dos marcadores sociais da diferença, destaco aqui quatro deles: gênero, sexualidade, classe e raça. Marcadores os quais considero serem estruturantes das relações sociais brasileiras. Portanto, estruturantes das experiências familiares no nosso país. Quem é a família brasileira? Um caleidoscópio composto por ensaios biográficos com ao menos essas quatro matizes de cor.

Ao lerem aqui minhas argumentações é provável que, com a mensagem eletrônica na qual vocês receberam esse arquivo vocês, já viram uma foto minha ou me conhecem pessoalmente. Então há aí certas suposições já feitas, sou uma

jovem mulher cis, branca e de classe média. Conto então um pouco mais sobre quem vocês estão lendo e vendo em fotos e me dando a honra de partilharem desse final de mestrado. Sou uma mulher cis branca de trinte e dois anos, porto alegreense desde nascimento, vivi apenas aqui na região mais central da Capital do Rio Grande do Sul. Nasci no ano da constituição do Brasil, 1988, não sei exatamente se sou geração X ou Y, mas sei que tive acesso muito cedo à televisão a cabo e internet no meu lar. Vim de uma família de classe média com pais trabalhadores divorciados. Ambos cis e brancos com origens humildes de famílias numerosas de classe baixa. Cresci sendo a caçula da minha mãe e a filha do meio do meu pai. Atribuo a isso uma das minhas razões de escolher a psicologia: tenho a função de mediadora ponderada na minha família de origem. Outros dois motivos para a escolha: sou uma mulher queer, não heterossexual então me conecto com histórias de dúvida e sofrimento. E adoro contar e escutar histórias.

Essas experiências familiares que pinchei brevemente informaram quem eu sou. Ou melhor, produziram, fizeram eu ser quem eu sou. Eu sou a soma e o fazer daquilo que fizeram e do que fiz comigo. Eu sou uma jovem branca cis e não heterossexual, no maior país da América Latina, cresci e cresço em uma sociedade sexista, machista, racista, classista, LGBTQfóbica e capacitista. Me produzo nesse mar inundado de modos de opressão, tenho minha nuance de privilégios e tenho minhas nuances de discriminações. Por ser co responsável por essas estruturas sociais, sei que sou eu, Vanessa, uma pessoa sexista, machista, racista, classista, LGBTQfóbica e capacitista. Tenho que cotidianamente buscar torcer e não fragmentar essas características na minha vida interna e na minha prática como cidadã, profissional da Assistência Social, filha, irmã, sobrinha, prima, cunhada, enteada, noiva e amiga.

Me vejo com uma responsabilidade em pensar a minha profissão, e as vertentes dela que assumi trabalhar. Procuro um olhar de crítica construtiva para as áreas nas quais caminho, e percebi o quanto essas áreas também são espaços de reprodução de opressões. Espaços de produção de normatividades violentas, excludentes e adoecedoras. Sendo assim, aqui, agora, nesse texto convido vocês a

lerem dois argumentos: encontrar histórias de vida previne as violências e a Terapia de Família Sistêmica precisa de uma auto crítica.

Portanto, lhes conto como este trabalho está organizado:

No primeiro capítulo são apresentados os objetivos e intenções da pesquisa. Também são apresentados os operadores conceituais e teóricos que foram usados, explicando os diferentes conceitos e fazendo uma revisão bibliográfica dos termos. No segundo capítulo, conto para vocês um pouco mais das sujeitas, sobre como elas foram achadas, o perfil das sujeitas selecionadas, no que consistiram as entrevistas e sobre história de vida. Dito isto, é apresentada a metodologia científica da pesquisa. Além disso, realizei uma breve revisão bibliográfica dos trabalhos da Terapia Familiar Sistêmica que abordam a população LGBTQ+. Por fim, apresenta-se uma discussão sobre a terminologia mulheres não heterossexuais e como isso contextualiza a discussão em relação ao contexto desta pesquisa e das sujeitas.

No terceiro capítulo, foram escritos cinco ensaios biográficos com diversos trechos diretos das entrevistas, onde as mulheres falam de suas trajetórias, e tento escrever minhas sensações, impressões e análises das falas, na produção dos ensaios.

O quarto realizo a discussão dos achados, uma articulação surge a partir dos termos família de origem e família escolhida. Os termos revelam-se polissêmicos, ligados às noções acerca do lugar no qual fomos criadas e dos lugares que escolhemos criar outras propostas e/ou outras pessoas. Essa escolha coloca-se devido a minha intenção de conversar com a literatura brasileira da TFS, a qual apresenta escritos limitados sobre pessoas da população LGBTQ+. Esses escritos concentram-se em experiências conjugais e parentais dessas pessoas, assim quero tramar essas experiências familiares com o que as entrevistadas me contaram. Neste capítulo aprofunda-se discussão acerca de grandes temáticas que perpassam as falas, buscando articular as vivências ali ditas com a interseccionalidade, ressaltando os marcadores sociais das entrevistadas. Já reitero que no presente texto irei me concentrar em quatro marcadores sociais: gênero, sexualidade, raça e classe.

Por fim, concluo a escrita trazendo as principais considerações acerca de toda essa caminhada.

CAPÍTULO 1

Como chegamos até aqui?

Meu argumento é o seguinte, que a TFS se concentrou muito em criar padrões de diagnóstico para questões e linhas de tratamento, só que o que não fica evidente na literatura científica é se ela se preocupou em descrever quem é essa família para qual ela se dedica. E numa leitura crítica disso, percebi que é uma família dita como universal ou seja, branca de classe média, heterossexual e cisgênera. A literatura brasileira é, portanto, feita nesse país e reproduz as estruturas de opressão desse país.

Desta maneira, ao não nomearmos e descrevermos os membros das famílias em análise de casos clínicos, em afirmações sobre ciclo de vida familiar esperado e em informações sobre técnicas de intervenção, nós supomos, nesses lugares, uma família com membros "padrão universal". A própria ideia de família brasileira foi copiada e pirateada da noção de uma pai e uma mãe brancos e cis e heterossexuais, um casal de filhos infantes, um menino e uma menina da propaganda da Coca-cola. Ou a famosa "família de comercial de margarina". Uma noção estadunidense pautada para um mercado capitalista de consumo em massa, visando promover o american way of live. Nossos vizinhos do norte, ao tratarem a América Latina como seus jardins, também regurgitam seus modelos sociais e econômicos para nós. Portanto, a unidade familiar brasileira será um xerox daquela do comercial.

Conseqüentemente, a Terapia de Família Brasileira ao ler e reproduzir autores estadunidenses como Salvador Minuchin, ou europeus, escreveu, por exemplo, sobre o ciclo familiar esperado e sobre atitudes parentais funcionais como aquele e aquelas de uma família burguesa, isolado da família extensa, com uma mãe trabalhadora doméstica e um pai trabalhador na vida pública e provedor. Com

uma hierarquia, fronteiras e limites bem definidos para apontarmos a individuação dos filhos apenas quando eles também adentrarem uma vida conjugal cisheteronormativa. E o que essa noção xerox mal impresso do comercial tem haver com mulheres não heterossexuais, suas narrativas e experiências familiares? Todas essas mulheres estão inseridas em uma mesma sociedade brasileira, e em terapeutas que podem tentar provar se ser não heterossexual é possível para ser uma adequada família burguesa, uma adequada mãe não insana e um casal higienizado, afetivo e monogâmico. Nessa dissertação eu quis explorar outras narrativas sobre experiências familiares.

Quais outras narrativas? As mais diversas possíveis. Portanto, esse dissertação busca entender quais são as experiências familiares de mulheres que compõe a sigla LGBTQ+, as quais vou me referir enquanto categoria de “não heterossexual”, por entender que englobaria práticas lésbicas, bissexuais, pansexuais, entre outras possíveis identidades não hegemônicas em relação à sexualidade, englobando tanto mulheres cis, como mulheres trans. Ou seja, qualquer mulher que se identifique como tal e como não exclusivamente heterossexual. Essa compreensão de suas experiências se dará a partir de suas narrativas.

Quis entender a trajetórias de mulheres não exclusivamente heterossexuais, quero pensar o entrecruzamento dos marcadores sociais da diferença que constituem estas mulheres em sua trajetória, baseando-se em uma perspectiva interseccional. Visando conhecer sujeitas que se identificam com o gênero feminino e se relacionam com outras sujeitas que se identificam com o gênero feminino, o campo será com mulheres cis que se identificam com a identidade lésbica, bissexual ou pansexual, ou outras nomenclaturas que as sujeitas preferirem. A atenção está em mulheres no limiar da não exclusividade da heterossexualidade.

Inspiradas pelos estudos sobre gênero e sexualidade, destacando da teoria queer, busquei realizar aqui uma crítica feminista ao conjunto de escritos da literatura da TFS ao qual tive acesso. Pavimentando os caminhos para formar uma crítica aos impactos da padronização das normas identitárias, a teoria queer inaugura a possibilidade de congrega corpos outros. Possibilitando que estes

corpos - marcados pela marginalidade histórica - pudessem ser entendidos para além da binaridade dos sexos, onde encontrassem lugar na dissidência da epistemologia predominantemente hétero. Nessa transgressão, não há como não pensar que a teoria decolonial atravessa-se, em certo ponto, com a teoria queer. De acordo com Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), ambas encontram-se na busca por produzir conhecimento contra a “universalidade” do saber. Assim como a teoria queer busca descortinar a estrutura heteronormativa, o pensamento decolonial rompe com o arcabouço da “colonialidade do poder”.

Nessa proposição de romper com estruturas modeladoras das subjetividades, a teoria queer também coloca-se num curso de colonização constante, propondo, assim, que só existe porque pode reinventar-se a partir de novas produções e de vivências para além da própria norma da não normatividade

Esse movimento implica uma abdicação consciente de autoridade, insinuando uma teoria impura, improvável. Uma teoria da não Teoria, estreitamente vinculada à interpelação da multitude de corpos dissidentes, coloca a si mesma em dúvida, levando a sério o risco de transformar-se, pois o termo (adjetivo, verbo) que a qualificaria poderia ser abandonado em favor de outro(s) que produza(m) ações políticas mais efetivas (PEREIRA, 2015, p. 59-60).

Nessa perspectiva, quando pensamos a teoria queer - originalmente estadunidense - encontrando os trópicos, é assumir que uma nova identidade da própria teoria se forma, onde esta irá atravessar-se com outras formas de colocar-se no mundo. A teoria queer encontra um novo retalho, uma nova perspectiva; perspectiva esta que tem uma linguagem própria, um idioma próprio, uma cultura própria e, conseqüentemente, sua própria construção de saber (PEREIRA, 2015).

As transposições pelos caminhos inauditos e os encontros que neles se sucedem transformam-nas, em processos de deslocamentos, movimentos e multiplicidades (PEREIRA, 2015, p. 63)

Nesse encontro, o pensamento decolonial impõe um outro olhar sobre a mesma coisa, transformando-se em outra quando atinge o conhecimento latino-americano, o qual ainda encontra-se à margem daquilo que é considerado como conhecimento acadêmico de qualidade. Os saberes do Sul encontram-se na dissidência do saber universal, assim, é necessário construir um saber outro, que abarque corpos que nem mesmo eram pensados dentro dos conceitos de marginalidade euroestadunidenses. Faz-se necessário pontuar que, teoria queer e pensamento decolonial não se restringem a simples recusa às teorias heteronormativas e euro estadunidenses, mas procuram pontuar a sua transmutação quando pensamos na localização geopolítica de produção do conhecimento, onde, invariavelmente teorias tidas como “universais” não encaixar-se-ão em formas outras de entender-se no mundo. Ultrapassando o pensamento de que nem todo corpo cabe em uma teoria, é marcar que são as teorias hegemônicas que não cabem em todos os corpos (PEREIRA, 2015).

Consequentemente, também busco marcar aqui que não são todas as famílias que cabem nas atuais teorias dominantes da TFS. Nomear famílias é dar legitimidade para as suas experiências. Quando nomeamos a Família Padrão, a gente está criando uma ideia de família universal, assim como a ideia de ser humano universal e, ao mesmo tempo, ao não nomear as outras famílias a gente não está legitimando essas outras experiências familiares. Portanto, as vivências que as cinco entrevistadas trazem, falam de vivências de famílias como qualquer outras, com sua singularidades, dúvidas, questões interseccionais ligadas aos marcadores sociais. Pode-se dizer então que essas famílias, essas mulheres estão sim marginalizadas. Cada qual de uma maneira, situadas em uma hierarquia social que distingue sim a vivência de uma mulher, lésbica, de classe alta, mesmo que sofrendo violência da família, para a vivência de mulher negra, de classe baixa. Há distinções importantes, há uma hierarquia social dentro desse próprio leque de histórias das entrevistadas. Porém, elas todas, as mulheres e suas experiências familiares, são marginalizadas pela terapia de família brasileira.

Cheguei a essas hipóteses na minha trajetória profissional como Psicóloga, Sanitarista e Terapeuta de Família, apostei na premissa de que um acolhimento com

abordagem familiar configurar-se-ia em um espaço de ampliação da clínica. Seja na clínica do consultório, no centro de terapia, no serviço de saúde básica ou especializado e no serviço de assistência jurídica. Ao trabalhar como Terapeuta de família, de casais e indivíduos, seguindo a abordagem sistêmica, deparei-me com diversas configurações familiares, contextos de vida e trajetórias singulares. No cotidiano do fazer, percebi a reprodução teórica e prática de concepções muitas vezes normativas sobre o que é ser família, qual seu papel, quais são suas funções e quais são seus posicionamentos no social.

Nesta pesquisa de dissertação quis escutar e escrever sobre as trajetórias de vida dessas mulheres, olhando-as em uma perspectiva interseccional. Escolho mulheres por considerar potente a aposta em narrativas delas, que compõem mais da metade da população brasileira e são colocadas em políticas públicas, como, por exemplo, em políticas da Assistência Social, como chefes de família, responsáveis pelo cuidado. Além disso, o corpo da mulher é marcado por uma vigilância constante. Marcado por um dizer que não é seu, e sim de alguém outro que o apresenta. As narrativas das mulheres muitas vezes também são contadas por outras vozes e gestos, não sendo elas as protagonistas e interlocutoras das suas histórias.

CAPÍTULO 2

Com quais estratégias podemos ir além?

Aqui nesse texto procuro compor junto com essas mulheres, em uma tarefa apoiada mutuamente. Com as mãos entrelaçadas em pensamentos, mas soltas na digitação para haver uma escrita criativa nos ensaios biográficos. E com quem eu componho? Com Audre, Zélia, Winnie, Juliana e Bruna. Cada uma delas com um nome não seu, mas inspiradas em escritoras, artistas e pesquisadoras que inspiraram o meu caminhar nessa dissertação.

Audre é uma jovem de 30 anos, mulher cis negra, pós graduanda. Seu nome aqui é em homenagem a Audre Lorde. Conforme Patricia Anunciada (2015), Audre Lorde foi uma escritora estadunidense de descendência caribenha, feminista lésbica

e ativista na luta pelos direitos humanos. Ela escreveu romances que abordam temáticas como feminismo e opressão, além de direitos humanos. A Audre que conheci é autora de poesia, solta a rima nos slam de rua, amiga, ativista, filha, tia, trabalhadora, acadêmica, namorada e noiva apaixonada. Zélia é uma senhora de 55 anos, mulher cis branca, professora. Seu nome é em homenagem a cantora Zélia Duncan. Segundo Mauro Ferreira (2020), Zélia é ativista, cantora, compositora, lésbica, instrumentista brasileira e fluminense. Zélia aqui é mãe, irmã, tia, madrasta, esposa, ativista pelas pessoas com deficiência, produtora de kombucha, nascida na região metropolitana de Porto Alegre.

Já Winnie é uma jovem de 36 anos, mulher cis negra, estudante universitária. Seu nome é em homenagem à Winnie Bueno. De acordo com Bianca Pyl e Luís Brasilino (2020), Winnie é doutoranda em Sociologia, bacharel em Direito, escritora, autora e criadora da Winnieteca, um projeto que doa livros para pessoas negras. Mulher negra e não heterossexual de Pelotas. Já a Winnie que entrevistei pessoalmente, é mãe, tia, amiga, filha, neta, ativista, extensionista universitária, trabalhadora e voluntária em um centro de acolhida para mulheres vítimas de violência.

No quarto ensaio, Juliana é uma singela homenagem para a professora Juliana Perucchi, psicóloga mulher cis branca, lésbica, pessoa com deficiência, formada no Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, é professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, e coordena o Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social Políticas Públicas e Saúde, da mesma universidade. A Juliana da entrevista aqui é uma mulher cis branca lésbica de 23 anos de idade, militante, ativista, psicóloga, criativa e fashionista.

Por fim, mas não menos importante, no quinto e último ensaio, Bruna é um nome em referência e agradecimento à Bruna Linzmeyer. Atriz e artista, mulher cis branca e lésbica, a atriz é uma das militantes mais ativas da comunidade LGBTQ+ da área de teatro, cinema e televisão brasileira. A Bruna do ensaios, é mulher cis branca, 21 anos, estudante universitária, militante feminista e aliada a causa dos cuidados com animais. Procurei esses tributos simples e sinceros, para oferecer

espaço para essas mulheres reais que fazem o Brasil hoje, homenageadas e entrevistadas são todas maravilhosas e são uma pequena fotografia da miscelânea linda de mulheres da população LGBTQ+.

Dito isso, algo que se destaca é a cisgeneridade das entrevistadas. Essa foi uma escolha deliberada e combinada com a pesquisa guarda-chuva sobre a qual a minha se constitui. Antes de apresentar a pesquisa guarda-chuva, argumento a escolha de pessoas cisgêneras. Conforme Brune Bonassi (2017, p. 17), cisgênero “designa pessoas que se identificam única e exclusivamente com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascimento”. Essa opção aqui fala da compreensão que por muitos anos nossos escritos da academia sobre diversidade sexual e de gênero pautou as pessoas trans como objetos de estudos, por maioria das vezes, pesquisadoras cisgêneras escrevem sobre a população trans, apresentando entrevistas, diários de campos e análises sobre transexualidade. Porém, onde estão as escritas sobre cisgeneridade? A cisgeneridade é também produção social, construção social, assim precisa ser analisada e debatida, para desmantelarem a normalidade e naturalidade dessa identidade de gênero.

Sendo assim, o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), escolheu nos últimos anos, postular pesquisas, estudos e leituras sobre cisgeneridade, sobre a cisheteronormatividade. Muito inspirado pela produção de escritos sobre branquitude, nos estudos de relações raciais. Escritos de pesquisadoras brancas como Lia Vainer Schucman e Robin DiAngelo apresentam a implicação das autoras. Implicação em falarem de si e das bases da branquitude que sustentam o racismo estrutural em países continentais americanos. Tirando do objeto de análise as pessoas negras, e colocando as pessoas brancas e seus privilégios, e suas contribuições para a manutenção da hierarquia racial. Portanto, nessa pesquisa designei falar com mulheres cis, por ser uma mulher cis, falar com maioria de mulheres brancas por ser mulheres brancas. Entrevistei cinco mulheres, três brancas e duas negras, para poder compor uma análise mais variada dos marcadores sociais, mas ainda sei das minhas limitações pelo viés da branquitude de abordar com plenitude um relato das vivências de Audre e Winnie. Mesmo assim,

peço licença a ancestralidade negra para poder tentar evidenciar as trajetórias dessas mulheres.

Conseqüentemente, divulgo agora as pesquisas guarda chuva a qual esse meu mestrado compõe. As pesquisas têm o título “Produção de subjetividade, tecnologias de governo e as relações com a cisheteronorma: Trajetórias de vida no que tange à orientação sexual e à identidade de gênero”¹ e Subjetivação e marcadores sociais da diferença: trajetórias de vida e o dispositivo da sexualidade² coordenados por Paula Sandrine Machado e por Henrique Caetano Nardi, coordenadores do NUPSEX. O projeto “Produção de subjetividade, tecnologias de governo e as relações com a cisheteronorma: Trajetórias de vida no que tange à orientação sexual e à identidade de gênero” e “Subjetivação e marcadores sociais da diferença: trajetórias de vida e o dispositivo da sexualidade” tratam-se das duas grandes pesquisas em curso no NUPSEX. As quais têm por objetivo geral: Compreender como os sujeitos se constituem a partir dos efeitos de verdade dos discursos aos quais foram expostos nas suas trajetórias de vida no que tange à orientação sexual e à identidade de gênero, sobretudo no que tange à família, à educação e ao trabalho. A pergunta de fundo recai sobre o modo como são produzidas, nas trajetórias dos diferentes sujeitos, relações particulares, não lineares e complexas com a cisheteronorma. Logo, essa pesquisa é um esforço coletivo das/os dos discentes e docentes do NUPSEX. Sendo esse meu texto referente à pesquisa que visa entrar na disputa dos jogos de verdade sobre conceitos de experiências familiares, conceitos de gênero e conceitos de sexualidade.

Buscando entrelaçar os conceitos da investigação do NUPSEX e minha caminhada como Terapeuta de família, escrevo aqui uma breve revisão teórica da Terapia de Família Brasileira. Para criar um panorama do estado da arte da literatura científica brasileira da Terapia de Família Sistêmica (TFS) utilizei uma revisão de artigos, capítulos de livros e trabalhos não publicados de encerramento de pós

¹ Este projeto foi contemplado na chamada Universal MCTI/CNPq N° 01/2016 – Faixa A.

² Contemplada no edital Chamada CNPq N ° 12/2017, bolsas de produtividade. Processo número: 309832/2017-9

graduação de especialização em TFS. Com esses materiais realizei uma revisão narrativa de literatura. Segundo Edna Terezinha Rother (2007), a revisão narrativa possui a finalidade de reunir conhecimentos sobre a questão dos as quais proporcionam aos leitores a compreensão atual sobre a temática. Portanto, não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, a busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações por não ser necessário aplicar estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. Ou seja, constitui-se da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador.

Na pesquisa utilizei a técnica da entrevista. A qual é uma ferramenta metodológica criada para escutar a trajetórias dos sujeitos. É realizada, em diversas sessões separadas, entre a pesquisadora e a entrevistada, para que esta conte sua trajetória de vida, sendo realizada uma gravação das falas durante a entrevista, a qual será posteriormente transcrita. A narrativa sobre a própria vida é utilizada como base para o registro escrito de sua trajetória. O trabalho de campo em espaços de cotidiano também é utilizado nesta metodologia. Nessa metodologia, descreve-se o contexto da entrevista, o espaço de condições de possibilidades para que aquela entrevista aconteça. Portanto, se faz uso do diário de campo como meio de registro das impressões e inferências sobre os encontros.

O procedimento utilizado para a seleção das entrevistadas foi do tipo snowball sampling, ou amostragem por “bola de neve”. Nessa direção, contatei mulheres que estavam nas minhas redes sociais, redes afetivas, redes de trabalho e redes de estudo. Ao todo foram realizadas cinco entrevistas, optei incluir todas como participantes na análise. No primeiro contato com cada participante, realizado por mensagens de texto, foi explicado o objetivo do trabalho, pedido licença para que fosse registrada e comentando a importância de que a entrevista fosse gravada. Realizado o agendamento do encontro, este ocorreu em local da escolha da participante. Os convites para a realização das entrevistas foram feitos a partir da rede de contatos da equipe de pesquisa.

As entrevistas foram analisadas com base da interação entrevistada-entrevistadora, buscando entender o que do relato remete à interpelação própria à situação de entrevista. As entrevistas foram gravadas e

posteriormente transcritas, de forma a possibilitar sua análise. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a gravação e a utilização do material para fins de estudo. A pesquisa ao integrar as pesquisas guarda-chuva, já foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (CEP/CONEP). É importante salientar que a maneira ética de conduzir uma pesquisa vai muito além de sua aprovação no comitê, o que dialoga com uma ética feminista do fazer pesquisa, de se posicionar enquanto pesquisadora, de estar aberta a possíveis modificações de rumos e de registrar a implicação constante com a temática.

Em vista disso, essa pesquisa utilizou a perspectiva das trajetórias de vida/abordagem biográfica (BOURDIEU, 1996; 2008; COSTA, 1999). Nas entrevistas trabalhamos com os termos êmicos, i.e., aquilo que a pessoa refere ao se dirigir ao tema das suas experiências familiares, a ideia foi colocar as perguntas de uma maneira que a entrevistada pudesse usar os termos que dão sentido às suas vivências. As entrevistas iniciavam com a seguinte questão inicial: Como tu entende que a sua sexualidade e seu gênero afetam as suas experiências familiares?

O interesse pelos métodos biográficos, segundo as autoras Maria José Magalhães, Angelica Cruz e Rosa Nunes (2012), é de especial interesse para o quadro das ciências sociais e para as pesquisas de cunho feminista, pois investe na revalorização do sujeito da ação social e em sua agência política. A pesquisa com histórias de vida, por sua vez, implica em uma interação dialógica presencial entre narradora e investigadora, da qual emerge a co-enunciação e co-construção de um produto cultural com a forma de narrativa, totalmente localizada e posicionada em um contexto (MAGALHÃES; CRUZ; NUNES, 2012).

Para Valdete Boni e Sílvia Quaresma (2005), as entrevistas dessa perspectiva podem ser enquadradas como abertas e semiestruturadas e têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma maior abertura. Elas também possibilitaram uma troca afetiva maior entre entrevistadora e entrevistada, o que permitiu entrar em assuntos mais complexos e delicados.

Ao pensar trajetória de vida não se parte de uma noção linear de história, e sim na possibilidade de convidar a entrevistada e construir a sua narrativa, como as rupturas e continuidades que fazem sentido para ela. Ao pensar história comumente se pensa a linearidade, o tempo, a sequência, quando se fala pensa os nexos sequenciais em uma linearidade, ela é pensada de um período para outro. Porém, para Michel Foucault (2004), busca pensar a história fora da perspectiva linear. A questão que aí se problematiza é o começo/meio/fim, é um procedimento que não está preocupado em descobrir a origem das coisas, a gênese das coisas, conseqüentemente não está preocupado em informar o fim, ou de deduzir qual será o fim ou o começo.

As narrativas foram analisadas a partir da rede enunciativa que atravessou os relatos (FOUCAULT, 2004[1969]), ou seja, identificando como se articulam aos jogos de verdade presentes em determinadas relações de poder. Como indicado na análise da conformação do jogo de verdades contemporâneo, as formações discursivas não são completamente homogêneas, existe um constante atravessamento de enunciados em diferentes formações discursivas. A heterogeneidade é característica das práticas discursivas que se aliam ou se afrontam em um estado de disputa em uma formação social específica e em um contexto histórico determinado. De acordo com Luciana Fogaça Monteiro (2009, p. 41), “a descrição desses enunciados consiste em pensar sua posição singular, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola em sua dispersão geral”.

Buscando uma ampliação do conceito, penso em falar de famílias como algo plural e multifacetado. As configurações são as mais variadas, assim não é possível o uso do termo no singular, pois isso não daria conta de toda a sua complexidade (WAGNER, TRONCO e ARMANI, 2011). A coexistência de diversas configurações exige repensar o cuidado, pois há implicações na vida em sociedade com a necessidade de acolhermos todas as pessoas, nas suas necessidades e especificidades. Como já afirmado, para alcançar os objetivos desta dissertação, buscamos olhar para variados contextos sociais e como se cruzam com os marcadores sociais da diferença na vivência das mulheres.

Uma das autoras que me ajudaram nesses objetivos é Judith Butler. Quando Butler (2017) trabalha com o dispositivo da sexualidade de Foucault, ela não pensa essa categoria como algo pronto que se olha e descreve. Pensa como a categoria da sexualidade vai sendo reiterada e o modo como ela vai produzindo coisas. Foucault investigou o modo como os jogos de verdade fazem materialidades. A materialidade é importante para pensar a relação da experiência do sujeito no falar de si e em se produzir. Materialidade produzida nas reiterações e nas normativas reguladoras das relações de poder na qual o sujeito está inserido.

Butler (2017) expõe essas normativas, afirmando que sexo e gênero são produções simultâneas que operam segundo um ideal. O qual, como já exposto, a autora nomeia de matriz heterossexual. Portanto, a inteligibilidade de gênero ainda depende da continuidade entre sexo/gênero/prática/desejo. Incoerências e falhas nessas associações visibilizam fronteiras do social e do humano, experiências que a linguagem falha ao tentar nomear, inclusive. No entanto, elas existem. A matriz heterossexual depende de seu(s) oposto(s) constitutivo(s), o que Butler (2017) chama de abjeção. Abjeção é algo que desvia, vaza ou retorce a norma, contudo, não está fora dela – não se trata de uma exterioridade, mas algo propriamente constitutivo. O que remete a ideia de poder produtivo foucaultiano, visto que onde há poder, há resistência.

Assim, vê-se que os corpos não se conforma plenamente, porque a norma se produz por citações e referências. O poder produz normatividades ao mesmo tempo em que seus antagonismos constitutivos, a norma volta-se contra si mesma. A abjeção não é o indizível ou irrepresentável por si, é aquilo que é banido pela norma social e relegado ao silêncio. Ao banir, a norma simultaneamente produz. Segundo Butler (2017), o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito.

Os subsídios para o campo dos estudos de sexualidade e de gênero desses Butler e Foucault são incontáveis. Fazem-me refletir sobre como o corpo na obra deles ganha peso que alterou esse campo de estudos. As investigações em consonância com esses pós-estruturalistas apostam na corporalidade, investem na

materialidade. Corpo que ganha luz, ganha foco. Minha pesquisa busca, entre outros caminhos, refletir sobre o corpo que conta a sua trajetória de vida. O qual é material e faz a si. Corpo que ao produzir-se, produz. Sujeito que se reconhece pois é interpelado, se reconhece ao reconhecer o outro, corpo que se produz constantemente.

Porque, ao buscar conhecer as experiências familiares, somos convidadas a conhecer o contexto social daquela pessoa, conhecendo o contexto conhecemos o território que ela se insere, conhecemos sua cidade, seu estado, seu país. Ao entendermos os territórios nos quais essas trajetórias ocorrem, podemos analisar esses contextos e encontrar estratégias de resistência. Estratégias de um trabalho de escrita, prática e intervenção pautado em um combate às violências normativas na nossa sociedade.

Foucault (1995) se refere à subjetividade como a experiência que fazemos de nós mesmos no interior de um determinado jogo de verdades. Esse conceito remete aos processos, às práticas e aos enunciados com efeito de verdade aos quais somos expostos e que nos são propostos em um determinado tempo e um determinado contexto (NARDI; QUARTIERO; RODRIGUES, 2020). Fazer a experiência de si é um processo contínuo, não limitado à forma “indivíduo” e que, conceitualmente, recusa uma essência a priori do que seria o sujeito ou a subjetividade. Esta última designada mais como forma que conteúdo, respeitando somente o a priori histórico, como algo que nos antecede e nos excede (FOUCAULT, 1995).

Portanto, conforme Foucault (1995), sujeito que é forma, não é essência ou substância, não é autônomo, emerge em um determinado tempo e local, no qual há certas relações de poder em vigência. O poder se atravessa por determinados discursos de jogos de verdade que faz o sujeito que emerge dali, que constrói essa figura. O poder existe em ato, nas estratégias, nos jogos de poder, nas relações de poder, não existe por si só. Aqui poder é ação, é processo, se dá em interação, em relações de poder. Relações articuladas com jogos de verdades que regem o saber sobre algo ou alguém.

Para Foucault (1996) e para Butler (2017), o sujeito se reconhece como sujeito na relação, por isso a importância sobre o que as instituições produzem. Sendo assim, é a interação que veste o sujeito, pois é a interação que se faz, é no momento da interação que alguém se reconhece como sujeito, e é essa ação de reconhecimento que faz o sujeito. O sujeito está o tempo todo se transformando, mas naturalizando essas mudanças e se achando como o mesmo contínuo.

Na minha compreensão uma das centralidades da obra de Butler é sua propositiva de pensar uma teoria da ação (BUTLER, 2017). O efeito dessa teoria é a produção de sujeitos reflexivos. Sujeitos reflexivos produzidos na interação, apostando que o sujeito só se reconhece na interação. Segundo ela, subjetividade se baseia na materialidade. A subjetividade é algo que precisa sentir, fazer, algo que ocorre materialmente e devido a isso o sujeito pensa que está dentro dele. Butler (2017) rejeita a ideia de uma subjetividade interior, a qual não estaria no campo da prática.

Nessa linha de argumentação, Butler (2017) descreve o conceito de gênero, o qual se constitui em uma forma de regulação social, em que dispositivos específicos de regulação (institucionais, militares, sociais, psicológicos, educacionais, legais, psiquiátricos) são evocados com o objetivo de refletir sobre a maneira pelas quais estas regulações são engendradas e impostas. Butler (2017), aposta em uma descontinuação de uma suposta linearidade entre sexo/gênero/ desejo. Visto que, o gênero é a estilização repetida do corpo, há nessa produção um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser. Portanto, essa linearidade sexo/gênero/desejo são atos repetidos e reiterados de uma normatização de uma matriz heterossexual que se torna naturalizada na repetição.

Portanto, Butler (2017, p. 26) insiste que se

o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a

estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher com feminino tanto um corpo masculino como um feminino.

Tais reflexões geraram contribuições fundamentais para o campo dos estudos da sexualidade e de gênero. Butler (2017) inova ao sugerir a produção de um sujeito performativo. De acordo com a filósofa, performatividade de gênero define-se na prática reiterativa e situacional de normas e regulações. Assim, não se supõe um agente, uma vontade, uma origem ou uma interioridade. A performatividade não é um “ato” singular. Além disso, esse ato não é primariamente teatral, de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada. O efeito da performatividade é o corpo material (BUTLER, 2017).

Negando um sujeito interior ou universal, e afirmando que ele se dá na interação com seu contexto, Kimberlé Crenshaw (2002) e Avtar Brah (2006), propõem, por sua vez, reflexões sobre os sujeitos produzidos nas relações de poder e abordam construções conceituais que complexificam a discussão. Crenshaw é uma defensora dos direitos civis estadunidenses e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. Ela utiliza o termo “Interseccionalidade” para conceituar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A autora trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, o sexismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças,

etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como “ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177).

Dessa forma, ela expõe o caráter simbólico e culturalmente produzido das opressões, expressos nas práticas de reiteração de condições de vida precarizadas, nas quais há uma explícita desassistência que recai sobre os sujeitos vulnerabilizados. A proposta de Crenshaw é utilizar o conceito de interseccionalidade para demonstrar, a partir da experiência de mulheres negras, que as intersecções entre racismo e sexismo somente poderão ser compreendidos por meio de um olhar em que as dimensões de raça e de gênero não sejam experiências separadas.

Nesse contexto teórico, essa pesquisa buscou problematizar os discursos e intervenções acerca das relações familiares, buscando conhecer as experiências singulares de mulheres não heterossexuais com suas famílias. Nesse desafio de compreensão das diferentes relações familiares utilizo autoras/es de uma ética e estética pós-estruturalista para ajudar na mudança do meu olhar. Busco estranhar um olhar balizado pelos ditames da Terapia de família com abordagem sistêmica ou pela Saúde Coletiva, ou seja, pretendo agora problematizar tais teorias e intervenções. No caso brasileiro, a interseccionalidade das opressões, em uma sociedade extremamente desigual, vai caracterizar vidas muito distintas e, inclusive, ressaltar aquelas vidas que merecem viver e aquelas que serão extintas pela violência cisheteronormativa.

Ao pensarmos cisheteronormatividade estamos partindo do pressuposto de que os sujeitos se relacionam com a norma, mas entendemos que cumprir absolutamente todas as exigências provenientes da mesma é algo impossível (BUTLER, 2017). A norma em Butler deriva da concepção de Norma de Foucault ao tratar do dispositivo da sexualidade. Aqui pretende-se entender a atuação/mudança desse dispositivo da sexualidade na vida dos sujeitos pensando as narrativas de vida. Vidas contempladas por relações singulares, não lineares e complexas com a

cisheteronorma. Essa normatividade supõe um sujeito que tenha reiterado em si a heretossexualidade e a cisgeneridade como compulsórias.

Ao falarmos de padrão cisheteronormativo, elencamos os conceitos da Cisnormatividade e da Heteronormatividade. Cisnormatividade, segundo Viviane Vergueiro Simakawa (2016), diz a respeito à normatividade de gênero que “exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizadores sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos” (p.43). Portanto, o padrão cisheteronormativo, aqui exposto, fala da normatividade da suposição de um sujeito viver em um corpo que tenha reiterado em si a cisgeneridade e a heterossexualidade como compulsórias (SIMAKAWA, 2016).

Conforme Guacira Lopes Louro (2009), para garantir o privilégio da heterossexualidade e seu *status* de normalidade e naturalidade, múltiplas estratégias são adotadas em todos os setores sociais, reafirmando que seres humanos nascem machos e fêmeas e que este sexo de nascimento vai indicar um gênero correspondente, masculino ou feminino e por fim, conduzirá a uma única forma desejo ao sexo/gênero oposto. Este alinhamento entre sexo/gênero/sexualidade, dá sustentação à heteronormatividade, que se refere à produção e reiteração compulsória da heterossexualidade, supondo que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais, o que lhes permite usufruir plenamente dos sistemas e serviços e receber benefícios do Estado. E os que fogem à norma, devem ser reeducados, reformados ou relegados a segundo plano, quando não totalmente excluídos.

Os conceitos até aqui descritos auxiliam-nos a pensar a relação entre produção de subjetividade e tecnologias de governo, relação importante para a cisheteronorma, os quais serão explorados ao longo desta dissertação. As instituições organizam-se dentro dessa perspectiva e aplicam esse modo de existir e de experimentar o mundo a partir de práticas normalizadoras da vida. Utilizam-se da norma, impondo e ou legitimando uma maneira correta e saudável de ser e de se relacionar (BONASSI, 2017) Como já mencionei, as mulheres entrevistadas nesta

pesquisa estão imersas no contexto brasileiro. Território marcado por avanços e retrocessos. Retrocessos os quais se pautam em grande parte na discussão acerca do que é família, o que é ser entidade familiar.

Ricardo Andrade Coitinho Filho e Alessandra de Andrade Rinaldi (2018), cogitam que a invenção do termo homoafetivo seria uma forma de higienizar as representações sobre as sexualidades não heterossexuais. Portanto, tornar o homossexual um homoafetivo representaria a alocação deste na fronteira de maior respeitabilidade. Pode-se pensar que seria uma maneira de reduzir um estigma que o associa a práticas sexuais não adequadas, aproximando-o de um modelo heteronormativo, conjugal e monogâmico. Portanto, há discursos cujo valor central é a afetividade, expondo a existência de uma visão que ressalta a peculiaridade das sexualidades divergentes e resguarda a heteronormatividade da família. Conforme Thiago Coacci (2015), há uma ambiguidade de, ora risco ora potência, no processo de reconhecimento dos Direitos Sexuais pelo Judiciário brasileiro. Para ele “o discurso da homoafetividade tem um ranço conservador e higienista que limpa a sexualidade de elementos subversivos e submete-a a uma lógica heteronormativa” (COACCI, 2015, p. 79).

Tais discursos reiteram a cisheteronormatividade, a qual pressupõe que famílias só deveriam ser compostas por casais heterossexuais e que toda a pessoa deveria assumir uma identidade de gênero cis, ou seja, sua vivência de gênero corresponderia ao gênero atribuído no nascimento. Em relação à orientação sexual, a cisheteronormatividade pauta a perspectiva que há expectativas e modos de como uma pessoa deve agir, expressar, sentir e viver sua sexualidade, como se a orientação sexual fosse apenas a heterossexual, ou seja, que o desejo de alguém é apenas válido se for direcionado ao sexo oposto.

Na sociedade ocidental percebe-se a construção de uma certa delimitação quanto ao que pode ou não o desejo. Isso se constrói dentro de uma lógica normalizadora que perpassa as instituições e o interfere no modo como a sociedade se organiza. Nesse sentido, quando pensamos em mulheres que encontram-se dentro das estruturas fundantes desse tipo de sociedade ocidental, pode-se perceber, através da análise de suas narrativas, que estas encontram-se conectadas

também com essa trama complexa que captura os indivíduos através de suas práticas, na perspectiva de criar condições para determinar as experimentações de si e como isso se coloca no mundo (MONTEIRO, 2009).

Nessa conjectura, Louro (2013) destaca ser um desafio pensar família visto que essa instituição é composta por sistemas de regras, de hierarquias, de postulações que são transmitidas de maneira transgeracional, de inclusões e de exclusões. De acordo com Louro (2013), “é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão” (p. 46). Há nas famílias relações de poder que operam de diversas maneiras, muitas vezes a partir de uma lógica binária e seus efeitos.

Partindo da suposição de Louro (2013) sobre a família como um espaço reprodutivo de normas, pretendo problematizar essas possibilidades de produzir conhecimento sobre família. Salienta-se que pensar família pode nos levar a vê-la somente como esse local de reiteração da norma, mesmo que se possa cogitar outras possibilidades de vivências, vivências de resistência. Porém, em inúmeras vezes, a intensidade da cisheteronormatividade em uma família produz situações de violência.

Entendendo que na família as normas são continuamente citadas, assim escutei as mulheres para compreender como isso ocorre nas suas experiências com as relações familiares. Questiono, a partir das narrativas e trajetórias de vida, a hipótese de que divisão binária das vivências do gênero na família produz essa reiteração da norma. E ainda, procuro entender quais outras experiências e atravessamentos estão em jogo.

Mas afinal, se busquei produzir uma crítica para a TFS, é importante responder a pergunta: O que a Terapia de Família diz sobre famílias? Como já referenciado essa pesquisa se propõe a compor com os estudos da TFS, ao buscar compreender como se dão as experiências familiares de mulheres não heterossexuais. Como já afirmado, essa investigação pauta-se pela perspectiva interseccional por considerar o contexto e as categorias de articulação que essas mulheres se encontram como fundamental para o entendimento de suas

experiências. Nessa aposta, esse projeto de pesquisa se vincula com uma iniciativa inicial dos terapeutas familiares nos idos 1960.

A TFS surge nos Estados Unidos a partir do trabalho de um grupo de pensadores e terapeutas, conforme indica Salvador Minuchin (1982): Gregory Bateson e Nathan Ackerman foram os pioneiros. Entre 1960 e 1970 surgiram diferentes abordagens, métodos, clientela e contextos do que hoje temos como o escopo da TFS. Nessa proposta teórica, os organismos (famílias) eram um sistema aberto interagindo todo o tempo com seu ambiente, buscando como um todo atingir um objetivo a partir de suas condições (equifinalidade), com uma reatividade que visa o equilíbrio (homeostase) e, acima de tudo, dirigindo-se a mudanças. Esses conceitos se mantiveram como referência em todas as discussões e avanços teóricos posteriores na TFS (COSTA, 2010; NICHOLS & SCHWARTZ, 1998; PAPP, 1992; WAGNER et al., 2011)

Nas diversas escolas teóricas há o conceito básico de que a família é um sistema vivo e aberto, em constante mudança. Em termos conceituais, além dessa premissa, esses teóricos enfocam a família como um grupo delimitado por fronteiras, organizado em subsistemas menores e inserido em sistemas maiores, com função autorreguladora que busca manter a homeostase que, por sua vez, tem uma função interpessoal no surgimento de um sintoma, o qual é visto como um regulador homeostático (MINUCHIN, 1982; NICHOLS & SCHWARTZ, 1998; COSTA, 2010; WAGNER et al., 2011; PAPP, 1992; BERGMAN, 1996).

Nessa pesquisa escolhi usar os escritos, textos e conceitos influenciados pela Escola Estrutural de Salvador Minuchin. foi aquela que mais estudei, atuei e produzi na minha trajetória de nove anos trabalhando com a TFS. Tanto em minha graduação de Psicologia, na minha Especialização como Terapeuta Familiar e na minha atuação profissional, essa escola foi o guia a ser seguido, o método sugerido majoritariamente nas supervisões, e as técnicas destacadas. Ressalto que a TFS muitas vezes utiliza uma miscelânea de conceitos ferramentas a serem usados e de técnicas de intervenção de mais de uma escola, porém percebe-se na produção científica do campo, a recorrência ampla das bases da Escola Estrutural como pontos de partidas para as análises.

Nesse ponto da escrita me debruço sobre uma explicação breve sobre a TFS que a partir de agora tomo como aquela influenciada pela Escola Estrutural, porque é justamente com essa produção científica que busco colaborar. São esses conceitos, análises e propositivas que postulo serem discursos e práticas com efeito de verdade, criando regimes de verdade e materialidade que restringem as possibilidades de vivências de pessoas LGBTQ+ em suas experiências familiares. A TFS como apresentada hoje no Brasil tem visões restritivas acerca da diversidade sexual e de gênero, e são essas visões com as quais quero conversar. E como já exemplificado, faço uma conversa a partir de autoras e autores pós-estruturalistas, em conjunto com autoras que trabalham com a interseccionalidade. Para que a leitora possa me acompanhar nessa conversa preciso introduzir os principais pontos conceituais da TFS. Portanto, destaco agora as principais características dessa Escola.

Conforme Patricia Minuchin, Jorge Colapinto e Salvador Minuchin (2011), as pessoas conhecem o que é um sistema: sistemas sociais, sistema nervoso ou sistema solar. O termo é familiar e, com pensamento rápido, entende-se que tem a ver com vínculos, com a poética ideia de que uma pessoa, ao mergulhar no mar, sente-se que está ligada ao universo. Porém, a perspectiva sistêmica destaca algo mais: a compreensão de que as partes estão relacionadas de maneiras específicas. Sendo assim, em razão das relações desse sistema, podem se fazer previsões. As partes de um sistema se afetam mutuamente e, como esses efeitos se repetem, pode-se estudar como o sistema funciona e prever o que acontecerá. Os “diferentes tipos de sistema têm características específicas, mas qualquer sistema é organizado e caracterizado por padrões repetitivos” (MINUCHIN et al., 2011, p. 12).

A família é um sistema humano, portanto, está predisposto a mudanças de toda ordem e a todo o tempo. Conforme Peggy Papp (1992), o sistema é um orgânico composto em elementos em interação mútua. Papp concorda com Minuchin (1982) ao pensar no sistema como ativo, assim ele autogovernar-se por regras. Para ela, tensões, crises, perturbações servem de estímulos (PAPP, 1992).

Ainda, compreendesse que o sistema interage com o meio/contexto externo, mas que também há interações internas, assim a família é formada de subsistemas

que interagem entre si. E esses subsistemas interferem diretamente uns nos outros, o que interfere conseqüentemente o todo. Logo, os subsistemas podem ser formados por geração, sexo, interesse ou por função. Exemplo são os subsistemas: conjugal (casais de gênero diferente ou mesmo gênero), subsistema filial (pai/filho e mãe/filho, consanguinidade ou não), subsistema fraternal (irmãos com consanguinidade ou não). Esses subsistemas têm funções diversas, como preservação da espécie, de prover e proteger para que seus membros possam desenvolver suas identidades e capacidades pessoais (MINUCHIN, 1982).

Portanto, a hierarquia que organiza os sistemas familiares é estabelecida através dos subsistemas. Cada pessoa na família é um subsistema com suas funções específicas. Várias pessoas podem se agrupar em um único subsistema, como subsistema conjugal, parental, de avós, de irmãos, etc. Como também uma pessoa pode, em uma mesma família, pertencer a diferentes subsistemas ao mesmo tempo. A participação nos subsistemas garante o senso de pertencimento e de desenvolvimento de cada membro na estrutura familiar, fazendo com que a mesma pessoa possua diferentes níveis de poder (no sentido da TFS) e de habilidades necessárias às funções que ocupa.

Além disso, parte-se da premissa que cada ser humano nasce “mergulhado” na massa emocional familiar, caracterizada, de forma mais direta, pela relação dos pais. Na visão estrutural, esta relação original é representada pela imagem do triângulo, que na teoria sistêmica, é a menor unidade emocional relacional. Pertencer a um triângulo significa estar na dinâmica relacional interpessoal (MINUCHIN, 1982; MINUCHIN & FISHMAN, 1990). O triângulo dito original – pai, mãe e filho – reforça o fato de que sem os dois primeiros, pai e mãe, não existiria o terceiro (filho). Esta condição estabelece a existência e a função de cada participante representado neste triângulo. O fato de existir emocionalmente a partir desta dinâmica representada pela triangulação, fornece a estrutura básica de todos os demais relacionamentos que a pessoa terá no decorrer de sua vida. Este conceito ajuda no entendimento de como as relações se interconectam, estabelecendo um jogo de forças no sistema familiar. A dinâmica das triangulações pode ser compreendida como um “trânsito” da energia investida na relação através

do engajamento emocional mútuo. A entrada de um terceiro em uma dupla denuncia a necessidade de equilibrar a dinâmica do par inicial, que precisa de um “escape” para se manter estável (MINUCHIN, 1982; MINUCHIN & FISHMAN, 1990).

Sendo assim, há uma compreensão de que a análise de um sistema familiar se dará a partir da análise dessas relações triangulares, e o aparato teórico foi construído sob uma hipótese heterocentrada de díade. Mesmo que os escritos se debrucem sobre funções parentais, e funções de cada pessoa dentro dos subsistemas, o embasamento está em um casal de homem e mulher, com divisões de funções baseadas em normativas de papéis de gênero. Com isso, quando as famílias que envolvem pessoas LGBTQ+ são apresentadas, há um destaque fundante sobre a função de filho ou filha e a posição de casal. Mas essas posições e funções partem de um padrão já esperado e são avaliadas/ compreendidas a partir de funções normativas de gênero e heterossexualidade.

Em uma repetição e normatização, a TFS postula que as famílias tendem a seguir uma ação evolutiva de passagem de ciclos de vida familiar. Cada ciclo seria uma etapa do desenvolvimento da vida familiar tendo características específicas. De acordo com Betty Carter e Mônica McGoldrick (1995), na visão do ciclo vital familiar espera-se que a família cumpra etapas e tarefas típicas de cada fase do seu desenvolvimento. Fases que estarão relacionadas ao crescimento e às mudanças de vida de cada membro. Nessas etapas, os desafios podem ser horizontais (de acordo com a passagem do tempo cronológico) ou verticais (conforme eventos estressores inesperados).

A publicitação de uma identidade de gênero não cis ou uma orientação sexual não heterossexual de um membro da família pode ser vista como um evento estressor vertical. Visto que, na leitura sobre ciclos, há a suposição de um desenvolvimento de um casal heterossexual e sua família. Então, um estressor vertical exige da família estratégias inéditas de enfrentamento de problemas. Estratégias de resolução dos problemas são baseadas nas concepções que cada um possui sobre o problema e na confiança que a pessoa possui em sua própria capacidade de enfrentá-los. Essa resolução irá passar por mudanças na estrutura familiar, e o problema ou um sintoma de sofrimento surge quando a mudança não é

aceita ou não é enfrentada pelos membros. Assim, destaco que a mudança de um membro afeta a todos, de uma maneira interdependente.

Nesse processo de compreensão da família como um sistema em constante mudança, Papp (1992) destaca que não há absolutos ou certezas, visto que o que importa são as relações. Ainda, os membros do sistema não são vistos como possuidores de características inatas e sim manifestando comportamentos em relação a comportamentos de outros, sendo a família mais que um grupo de pessoas e sim elementos que estão relacionados de uma forma, e só funcionam desta forma. Entretanto, quando analisadas as produções científicas desse campo acerca da vivência da população LGBTQ+ e suas experiências familiares destaca-se trajetórias de violência ou normatização.

No meu aprofundamento dos estudos de diversidade sexual e de gênero uma pergunta aparecia constantemente na minha análise: afinal, como a Terapia de Família Sistêmica fala da diversidade de gênero e sexual? Há uma premissa dentro da TFS de que famílias com população LGBTQ+ são novas configurações familiares. Isso destaca uma produção que coloca essas discussões dentro de capítulos específicos nos livros ou ainda publicações específicas. Portanto, a produção majoritária não destaca uma análise e propositivas que contemplem famílias dissidentes da cisheteronormatividade. As postulações, análises de caso e construção de hipóteses usam exemplo de famílias supostamente normais, compostas pelos ditos “sujeitos universais”. Escritos da última década na área da TFS, apresentando descrições de casos que pressupõe uma heterossexualidade compulsória. Sobre os escritos me refiro aos grandes manuais, livros teóricos, livros de práticas e intervenções da TFS. Na maioria dos casos a reflexão é feita compreendendo famílias das quais não sabemos a identidade, a renda, a raça/etnia, o local de moradia, mas sabemos que são compostas por casais de gêneros diferentes.

Como por exemplo, no Manual de Terapia Familiar, organizado por Luiz Carlos Osório e Maria Elisabeth Pascual do Valle (2009), o qual pretende pensar os 25 anos da Terapia Familiar brasileira, há apenas um capítulo que fala sobre alguém da população LGBTQ+. O Manual tem o intuito de ser uma referência na bibliografia

no Brasil sobre TFS, pois os organizadores achavam que existia uma ausência de uma obra abrangente na qual uma parcela significativa dos mais representativos autores sobre terapia familiar do país pudesse compor um painel com suas principais contribuições. Esse Manual continua tendo destaque na formação, mesmo sendo de 2009, e com lançamento de um segundo volume, ainda se mantinha apenas um capítulo sobre conjugalidade de casais homossexuais. Esse exemplo emblemático salienta o lugar quase insignificante da temática da diversidade sexual e de gênero nas principais referências dessa área.

Porém, instigada a encontrar produções atuais sobre a TFS e diversidade sexual e de gênero, procurei artigos publicados na área. Infelizmente esses artigos reproduziam em geral duas narrativas sobre as pessoas LGBT e suas experiências familiares: um conflito acentuado ou rompimento com a família de origem, ou uma descrição de uma conjugalidade e parentalidade adequada às expectativas cisheteronormativas. Sendo assim, quando há uma produção específica sobre população LGBTQ+ nota-se uma ênfase em histórias de famílias de origem marcadas por discriminação e violência, ou histórias de conjugalidade e parentalidade que buscam afirmar que não há distúrbios na relação da díade adversos aos usualmente encontrados em casais heterossexuais, e que os filhos desses casais não apresentariam prejuízo ou patologias específicas desvido a sua criação (SILVA, 2019).

As pesquisas no campo da TFS seguem sendo desenvolvidas com a finalidade de dar uma resposta à normativa social que persiste na compreensão retrógrada de manter a homossexualidade como um transtorno e, assim, questiona a capacidade destes sujeitos de serem pais e mães. Grande parte das pesquisas são desenvolvidas com o objetivo de analisar particularidades do desenvolvimento dos filhos de casais homossexuais, verificando a influência da sexualidade dos pais no ajustamento psicológico, na relação familiar, no comportamento, na sexualidade, no bem-estar, no rendimento escolar e nas relações sociais dos filhos. Ou seja, uma tentativa das/os autoras/es e pesquisadoras/es de refutar o viés preconceituoso e suspeito sobre os casais LGBTQ+ e suas competências de cuidarem de um filho/a (LIRA & MORAIS, 2016; ARALDI & SERRALTA, 2016).

Destaco a seguir autoras/es que trabalham com essas histórias padronizadas sobre as experiências familiares de pessoas LGBTQ+. Vicente Rodrigues e Mariana Boeckel (2016), destacam que a TFS centrou seus esforços na compreensão das famílias nucleares fundamentadas na união heterossexual, na procriação e em definições normativas de relações de gênero; assim sendo, torna-se de grande relevância estudar conjugalidades que fogem à heteronormatividade, não apenas porque elas têm sido mencionadas em diferentes meios, mas principalmente porque refletem a diversidade dos modos de conjugação entre seres humanos.

As famílias da população LGBTQ+ se configuram tanto como locais de violência e exclusão, quanto como locais de novas parcerias, conexões e inclusão. Vivem a complexidade de experienciar outras possibilidades em um contexto brasileiro, heterocentrado, machista, sexista, binário e muitas vezes reacionário. Há um constante questionamento sobre quem é família no Estado brasileiro. Na vida das pessoas LGBTQ+, diferentes vozes falam de como é a definição de seus laços e se eles são legítimos ou não. O debate sobre esses laços se faz relevante no contemporâneo brasileiro, marcado por avanços e retrocessos acerca da garantia de direitos das pessoas LGBTQ+.

O Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do poder judiciário, desde 2011 atesta a existência das mais variadas famílias, inclusive aquelas compostas por casais de pessoas do mesmo sexo, concedendo a legitimidade de entidade familiar. Nos últimos anos, o Poder Judiciário, órgãos do Poder Executivo Federal, como o Fisco e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), já vêm consagrando aos parceiros do mesmo sexo os mesmos direitos reservados aos de uniões estáveis constituídas por mulher e homem. Sendo assim, sistema judiciário brasileiro abordou a garantia de direitos civis dessa população com grande ênfase na década atual. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou jurisprudência sobre o fato da união estável ser possível entre pessoas do mesmo sexo (GABURRI, 2012). O Conselho Nacional de Justiça (2013) aprovou a Resolução N° 175, que proíbe as autoridades competentes de se recusarem a habilitar ou celebrar casamento civil ou, até mesmo, de negar a conversão da união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Ainda que haja avanços, vivemos em um país extremamente violento. As estatísticas assustam, as estatísticas me fazem querer trabalhar para diminuir a violência abrangente destacada nesses dados. Segundo Milena Cristina Peres, Suane Soares e Maria Clara Dias (2018, p. 19), ao proporem o termo lesbocídio elas o definem como “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica”. Conforme elas esse termo é proposto para criticar a negligência e o preconceito no Brasil com as mulheres lésbicas. De acordo com os coletivos Núcleo de Inclusão Social e Nós - Dissidências Feministas (2018), em 2014, foram registradas 16 mortes. Em 2017, o número passou para 54 – um aumento de 150% de casos em quatro anos. Até Setembro de 2018, já foram registradas 117 mortes por lesbocídio³. Esses casos são, hegemonicamente, tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito. Por não haver dados oficiais, os crimes são coletados na mídia e nas redes sociais, o que acaba gerando subnotificação. Os números podem ser ainda maiores que os apresentados (PERES et al., 2018).

A seguir apresento as mulheres com quem conversei para que possamos ler suas narrativas em conjunto e a partir dos conceitos acima apresentados.

CAPÍTULO 3

Apresentando as interlocutoras em cinco ensaios biográficos

3. 1 Primeiro ensaio - Audre

Audre e eu nos encontramos em uma pequena sala na UFRGS, ponderamos sobre onde o nosso encontro ocorreria, por uma sugestão dela própria, resolvemos nos encontrar neste espaço, onde ela pensou que poderia sentir-se mais confortável para a nossa conversa. Ela é uma mulher alta, negra, tem os cabelos crespos e curtos, e os usa soltos.

De forma muito generosa, Audre dividiu comigo suas lembranças da infância e um pouco da trajetória familiar, sobretudo da relação próxima com os pais. Conta que desde pequena já percebia disparidades entre ela e o irmão. Percebe o machismo presente na dinâmica da família, onde ela precisaria desempenhar funções voltadas ao cuidado da casa. E conta que às mulheres, de maneira geral, estava direcionado o cuidado, como forma de trabalho.

Conta que pouco via sua mãe demonstrando fragilidade, e assim foi ensinada pelo pai, que não deveria chorar, pois demonstraria fraqueza, por isso sentia-se diferente, Entre risos me conta que ela sempre foi muito chorona e que havia dificuldade em seguir os pedidos do pai, ponderando que era ela “a que mais provocava afeto” (sic) na família.

via a minha mãe também... muito nesse papel de não mostrar sentimentos, de ser sempre muito forte. Eu acho que isso é típico das famílias negras assim: não mostrar afeto

Descreve um pouco sobre esses atravessamentos do racismo e do machismo presentes na adolescência. Conta que era questionada quando era vista estudando, onde duvidavam da sua capacidade por ser “negra ou por ser mulher, ou por ser mulher negra” (sic). Era interpelada quando estava realizando alguma atividade escolar, indagavam o porquê ela não estar trabalhando com a mãe. Audre acompanhava ela em suas idas nas casas das patroas para fazer a faxina, assim quem passava pela menina na cozinha ou na sala e via ela com caderno estranhava que ela não estava ajudando a mãe, limpando um banheiro ou arrumando uma cama.

“Ah, mas tu não tá ajudando a tua mãe?” “Não, tô fazendo o tema.” “Ah, tu estuda! Achei que tu trabalhasse com ela. [...]a negritude sempre vinha primeiro na... nas questões. Mas aí, como eu era mulher, então—e como sempre, era atrelada a questão do trabalho com a minha mãe[...]

Audre me olha séria ao dizer isso, sentia que sua negritude marcava os primeiros contatos de qualquer pessoa com ela, um estranho tinha pré suposições dela ao enxergar uma criança mexendo em um caderno. Mas como era uma criança negra, ele se sentia autorizado em deduzir que essa criança precisava estar trabalhando. Quase como se o caderno não pudesse ser para fazer desenhos, poesias ou o tema de casa, como se fosse insociável o tempo do estudo e do lazer com a negritude daquele corpo. Me vejo pensando ao olhar para Audre que como criança ela também não era mais vista como menina e sim como mulher, porque o corpo negro tem sua infância ceifada. É um corpo destinado ao trabalho, assim a menina não vive ali, vive ali o corpo trabalhador.

A figura de mulher trabalhadora, mulher negra trabalhadora, segundo Audre, foi a referência que teve da mãe na sua infância e adolescência. Linda Gertrude ensinou muito para ela, mesmo que não necessariamente falando sobre a divisão de tarefas em casa, sua mãe falava da filha buscar os estudos, os sonhos, buscar uma profissão se assim quisesse. Linda Gertrude teve uma vida marcada por conexões com a família que era gerou, visto que manteve poucos vínculos com sua família de origem.

ela foi dada duas vezes, né? Foi dada a primeira vez com seis anos. E, depois, foi dada com doze anos. (...) E depois, essa pessoa, deu a minha mãe pra... uma outra, uma outra senhora, com doze anos assim. Então a minha mãe não tem contato com a família. Não sabe quem é, não sabe quem são os irmãos, né. Como única memória que e-ela tem a memória dos irmãos muito... muito vaga assim, né?

Portanto, a família de Linda Gertrude é aquela que ela escolheu ao casar com o pai de Audre. Escolha complexa como sua filha me conta. Audre destaca o destrato que suas tias paternas tinham por sua mãe. Elas queriam que o irmão, homem negro, casasse com uma mulher branca. Explicitaram achar mais bonito a mulher branca que poderia gerar filhos negros de pele clara. Audre disse que isso era um costume na família paterna, com a irmãs incentivando outros irmãos a cassarem para haver um embranquecimento da família. Isso gerou um afastamento de Audre dessa família de origem extensa. Entendendo hoje a sua família como “minha mãe, meu

pai, meus irmãos, meus sobrinhos agora” (sic). Além disso, ela tem um olhar empático e crítico às tias simultaneamente. Vê como elas mudaram hoje e estão explorando mais sua estética negra com cabelos mais crespos e discursos diferentes, e me afirma entender que esses pensamentos anteriores eram consequências do racismo estrutural, pelo qual todas as famílias são atravessadas.

É, muito em consequência, ahn... do próprio racismo estrutural que faz com que tu crie esse imaginário, né, de branqueamento e de que... o claro era mais bonito. É a mesma questão do cabelo alisado, que era melhor de cuidar (...) Elas sempre se relacionaram com homens negros. Isso é irônico, né? Apesar delas dizerem isso. Quer dizer, irônico não. Porque... agora eu entendo que as mulheres negras, elas são preteridas tanto por homens brancos quanto por homens negros, então... ahn... a escolha de amor pra mulher negra é um pouco mais complicado assim.(...) Então... a escolha delas era por homens que trabalhavam, homens honestos, né...

Com essas vivências sobre diferentes expectativas de o que seria ser mulher, ser menina, ser um corpo negro, Audre conta que teve vivências que a levaram a questionar-se. Entendido esse corpo como de alguém negra de pele retinta ela considerava que ter outras diferenças do padrão seriam demandas mais complexas. Demandas que ela se propôs a refletir desde cedo. Por ser uma criança alta, ativa que gostava de brincar na rua, suas vizinhas diziam que ela parecia um menino, lhe gritavam da janela mandando ela colocar uma saia, o que supostamente a ajudaria a ser lida como menina. Audre não se importava com o que diziam, queria era brincar. Porém as falas interpelam qualquer sujeito, assim a faziam rever quem era, quem poderia vir a ser.

Pra falar a verdade, por um tempo, até pensei “Bah, será que eu sou... trans, assim, né?” Mas... a gente sabe quando é cis, a gente sabe quando é trans, assim como a gente sabe quando é não heterossexual. A gente pode não saber exatamente em que lugar se encaixe. Não necessariamente eu acho que tenha que ter. Mas a gente sabe quando a gente não é padrão. Quando a gente sai do padrão. Porque... o... o social mostra pra ti que tu não está no padrão. E a partir do momento que tu se sente fora dele, começam os conflitos, mas também quando tu... quando tu tem uma rede de apoio, acho que, que faz com que tu se sinta bem dentro do lugar onde tu tá,

tu... tu começa a perceber que tu não te encaixa em certos padrões assim, sabe?

Não se encaixar em padrões: uma afirmação trançada na vida de Audre. Na juventude e vida adulta suas vivências lhe proporcionam ser colocada em diversas cenas de interpelação. Cenas que lhe impunham reflexões, decisões e ações sobre quem ela era e sobre como ela queria viver. Me conta que na época da faculdade ela tinha já um longo relacionamento com uma mulher cis. Ao menos que naquele momento se entendia como uma mulher cis. Essa relação era o pilar de seu cotidiano e expunha a sua não heterossexualidade. Mesmo assim não contou para nenhum colega sobre sua vida amorosa. A vida acadêmica e o coleguismo andavam separados da vida amorosa. Passou cinco anos sem falar disso, segunda ela ser preta, gorda e não heterossexual geram em si visões por vezes homofóbicas. Indica um processo de terapia como o espaço de busca de maior aceitação. Uma aceitação de si em um corpo não normativo, não padrão, com vida, afeto, desejo. Desejo e sexualidade não heterossexual se compuseram com a vida dela quando, ainda jovem, se envolveu com uma mulher travesti, observando então naquele momento da vida sua orientação como pessoa pansexual. Audre elenca como sua própria visão normativa afetou esse relacionamento.

e foi louco como essa construção heteronormativa e cisnormativa, porque eu pensava “Bom, ela é uma travesti, ela nunca vai se interessar por mim, porque eu sou uma mulher.” Né? (...) Eu não pensava que poderia existir essa possibilidade dela me dar bola, então eu ficava naquela admiração platônica assim de longe, achando que... nunca ia rolar nada. Então foi a primeira vez que eu—e a coisa mais interessante: eu pensava, né, ahn, imaginava que ela era hétero, mas eu nunca pensei assim “Tá, mas se eu gosto de uma travesti, talvez eu sou... o quê?” (...) Porque eu via uma mulher! Pronto, né...Entendo agora que, ahn... travesti é, ahn, é uma nomenclatura mais política, mas e... entendo e leio elas como... como travestis, como mulheres, enfim. Mas nunca—é isso, essa questão do rótulo é complicada. Porque eu nunca pensei “Tá, ok. Então... eu tenho que me nomear para alguma coisa além de lésbica, por exemplo, se eu gostar de uma travesti?” (...) Né? Nunca parei pra pensar nessas coisas.

Sobre seu desejo Audre me diz que teve uma relação por vezes afastada dos seus gostos e suas preferências, colocando em prioridade as outras pessoas. Em especial no contexto desse longo relacionamento do passado.

Audre conviveu e se envolveu quatorze anos com uma pessoa que, no início da relação, se identificava como uma mulher lésbica, mas nos cinco anos finais passou por um processo de transição para a identificação como um homem trans. Hoje em dia essa pessoa percebe-se como alguém não binário. Mas por anos, Audre acompanhou e apoiou a transição. Ela admite que não conhecia muito sobre transmasculinidades, assim buscou conhecer, frequentando cursos de Universidade que falavam sobre as questões de diversidade sexual e de gênero, pesquisando sobre o assunto.

Mas chegou um momento que ele disse “Eu não quero mais. É... Tá muito sofrido, tá muito dolorido. Eu não sei como eu vou contar isso pra minha família. Não tô preparado pra isso. Então eu não quero mais que tu fale nesse assunto.” E aí eu me lembro que passou um ano (...) E que eu via—era nítido o sofrimento dele assim. Ele tava vivendo por viver. Ele não tava trabalhando mais (...) Ele se sentia... E ele dizia... ahn... “É muito mais do que se sentir feio, eu me sinto inadequado. Eu me sinto desencaixado...Eu não me sinto gente.” Ele dizia assim. “Eu me sinto qualquer outra coisa além de gente.”

O sofrimento dele era grande e para Audre recaía em questões com outras discriminações também, como pessoa negra, ele tinha histórias de preconceito desde a infância, com crianças falando que ele fedia por ser uma criança negra, insinuando que por sua pele preta ele estaria sujo. Audre refere viver ela mesma essas discriminações. Com ofensas por ser negra vindas de todo canto. Sua sexualidade e preocupações com comentários LGBTfóbicos existiam e ainda existem, mas desde sempre, segundo ela, o racismo era evidente na maioria de suas relações sociais. A roupa, o cabelo de seu marido foram questões potencialmente arriscadas para o casal, mas também espaços de afirmação de si. Ela lembra quando compraram suas primeiras cuecas, em uma viagem, afastados

da família e da sua cidade parecia mais fácil sair de uma loja com cuecas. Audre acha que ali ele entrou na loja mulher cis e saiu homem trans. Toda a transição dele recebeu seu apoio mas algo inusitado para ela se evidenciou nos últimos momentos. Ao conviver e se relacionar amorosamente com ele, Audre começou a perceber que não tinha interesse em ter relações afetivas com homens.

eu gostava muito dele, mas... tinha algo que... não batia. E... e de que, realmente, pra mim, relações afetivas eu não conseguia ter com homens. Digo, os meus relacionamentos afetivos serem muito mais com mulheres assim. (...) Ahn...ajudou muito na minha trajetória, assim. De vida, assim, né? Ahn... não tínhamos afinidades quando terminamos o, o relacionamento. Enfim, era o momento que a gente tinha que seguir caminhos diferentes. Mas, ahn... sempre foi... foi o meu parceiro assim. Foi o meu companheiro, ahn, de verdade em muitas, muitas situações assim. Mas eu sentia até que essa questão da transição era, foi complicada, pra mim e pra ele, nesse sentido. (...)E de eu dizer “Não, mas eu amo ele igual. Independente disso.” E... e... e depois que eu falei isso, eu pensei “Eu amo ele, mas... não como um relacionamento amoroso.” Né? (...) E... foi um processo que... com essa transição, como é que foi pra mim? Eu... eu não acessei o meu afeto durante essa transição. Eu racionalizei totalmente pra poder apoiar ele. Mas quando ele acessou isso “Ok, é o que eu me entendo, como um trans não-binário”, foi que eu pensei “Ok... não... agora eu entendo que realmente é um homem, é uma pessoa trans que se identifica mais com o masculino e que eu amorosamente não me identifico com o sexo masculino.”

Para Audre o fim do relacionamento significou uma redescoberta de si, ela entendeu que ao fazer uma parceria de apoio acabou esquecendo de si. Disse que foi um período desconfortável pois não sabia o que fazer quando sair a noite, não sabia com quem queria ter relações afetivas e/ou sexuais. Na sua experiência com o ex marido, no começo quando ele se identificava como uma mulher cis, ela me conta que sofriam assédio na ruas, com um hipersexualização do corpo de uma mulher supostamente padrão, uma negra de pele clara. Assim, Audre tinha receios de como seria a vivência com mulheres. Mas ela afirma que estava disposta a experimentar, muito incentivada pelas amigas.

Entendeu que uma estratégia para si era entrar em aplicativos de encontros. Teve uma experiência negativa em um local onde havia muitas pessoas brancas, sentia que talvez não fosse tão procurada ali por ser uma mulher negra. Assim, deu a chance para um aplicativo que havia mais pessoas negras e nesse momento pode ter diversos encontros.

E nisso continuei procurando no aplicativo, aí fui no Badoo. Daí entendi que... no Happn tinha muitas pessoas brancas, assim – e aí entendi que daqui a pouco isso é... ahn... foi uma razão, também, de não ser tão procurada assim. De não... E aí no Badoo tem mais pessoas negras. E aí foi... [riso] Aí foi assim ó! Foi festa, assim! Homem, mulher. Assim, ó! Olha!

Nesse percurso, encontrou diversas pessoas, ouviu diversas coisas, até mesmo um homem cis que disse que ela se interessava por mulheres pois não havia provado um dito homem de verdade como ele. Algo que afastou ela dele imediatamente. Se apaixonou e teve coração partido, até o que nos leva ao momento recente em que Audre se envolveu e começou a namorar com sua atual parceira. Uma mulher negra para quem eu já vi ela dedicar lindos poemas no Slam. Sua namorada Ane foi para ela um diferencial e a vivência de duas mulheres negras que se amam criou potências inéditas para Audre. Ela encontrou alguém que a entendia.

(...) que entendia as mesmas questões que eu vivia, que eu passava, que estudava sobre relações raciais e que tinha essa consciência racial, que pra mim são coisas muito caras, assim. Eu pensei—Pô! E, e ela se declarou pra mim. Não foi assim, eu não cheguei nela. (...)E é uma experiência que me identifica mais e que eu me sinto muito mais feliz. E é diferente por, por essas relações, ahn... essas relações enquanto mulheres negras, é as experiências que nós passamos juntas e que nós nos entendemos, e que nós nos identificamos e nos encontramos dessa forma assim, né? (...) essa construção tá sendo legal assim. Que me faz ter um investimento energético.

Audre está se relacionando com Ane, no atual 2020 elas estão noivas, e como disse antes pude ver ao vivo a declaração desse amor, desse afeto e dessa vivência energética, quando Audre, em um evento público da semana da visibilidade lésbica

em agosto de 2019, recitou Slam amorosos, com diversos chamegos e exaltações sobre a namorada. Amando Ane parece que ela amou mais ainda a si, e esse amor produz poesia.

3.2 Segundo ensaio - Zélia

Zélia e eu fomos apresentadas pelo seu sobrinho Virginio, um jovem cis homossexual com o qual tenho contato. Falava com ele sobre a escrita e que buscava entrevistar mulheres não heterossexuais para entender suas histórias de vida, pensando gênero e sexualidade nas suas experiências familiares. Assim, Virginio me chama para visitar Zélia em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre.

Zélia é uma mulher cis branca de 55 anos de idade, expressa ternura no rosto, tem a voz baixa, os olhos gentis, e diz ter um corpo fora dos ditos padrões de beleza, se considera uma mulher acima do peso, mas não gorda. Me recebe na casa de sua família de origem, na qual mora Virginio e seu namorado, seus pais idosos, sua única irmã com o cunhado e o filho Francisco.

Zélia nasceu, cresceu e viveu 47 anos ali. Hoje mora em uma cidade do interior com a atual esposa, seu enteado e a filha mais nova dela. Os dois filhos adultos, os pais, a irmã, o cunhado e o sobrinho moram em uma da grande Porto Alegre. Zélia quer me contar da sua trajetória de vida, então me recebe feliz mas com uma certa timidez na casa em que moram os seus familiares, menos a filha mais velha que hoje em dia é casada com o pai da netinha de Zélia.

Toda a família me acolhe na chegada, pedem que eu fique a vontade, avisando que temos tempo para podermos conversar. Porém no fim da entrevista devemos nos dirigir para a cozinha para almoçarmos. A família faz questão em me receber com um prato de comida. Zélia me mostra uma sala reservada ao lado da sala de estar na qual ficam a televisão e os sofás grandes. Essa sala tem duas poltronas e serve

como um espaço para sua mãe escutar rádio e fazer costuras, ali podemos fechar a porta e ter mais privacidade para a gravação da entrevista.

Me sinto confortável no local, e começamos a nossa conversa. Quando pergunto sobre os dados sócio demográficos, na questão de raça e cor, Zélia se identifica como branca, e comenta comigo como isso lhe garante certos privilégios. Ela reflete como não sofre questões de discriminação na rua ou em outros espaços devido à sua branquitude. Salientando que muitas questões são mais complicadas para suas amigas negras.

(...) é algo assim muito desafiador e instigante porque tu pensava que por causa de uma cor né. Tu é considerada outra pessoa né em todos os níveis. Meu Deus do Céu chega uma ser chamada de macaca, coisas absurdas né. Então nesse aspecto assim eu fico pensando que sou muito beneficiada.

Zélia me presenteia com ponderações como essas, pensando a amplitude das questões sociais ao longo da entrevista. Ela não fala especificamente sobre estruturas que criam desigualdade ou sobre marcadores de opressão, mas essas premissas estão alinhadas com suas respostas. Que são generosas comigo e de uma franqueza muito bem vinda.

Indico que quero saber sobre suas experiências familiares, e ela me traz esse marcador temporal. Destacando que sua experiência é diferente daquela de hoje em dia. Quando ela vê jovens lidando com uma sexualidade não heterossexual de uma maneira que parece mais leve e bem informada. Zélia me diz que não tinha noção sobre o que seriam sentimentos por outras mulheres até poucos anos atrás. Ela me diz que podia haver olhares na sua adolescência e pensamentos que passavam rapidamente quando via uma mulher dita mais masculinizada, mas que isso não evidenciava para si um interesse não hetero. Zélia fala sobre não haver representatividade e referências de pessoas públicas. Havia Ney Matogrosso e Cazuzza, mas um não falava abertamente sobre sexualidade e o outro tinha sua história envolta nos ditos perigos das infecções sexualmente transmissíveis.

Ela fala de um longo processo de aceitação que precisou fazer consigo mesma. Quando seu sentimento por outras mulheres começa a despontar é algo que ela inicialmente reprime, não se deixa viver. Isso em razão de uma educação e uma criação limitante e repressiva. Zélia afirma que em retrospectiva enxerga um vazio em si, pautando por uma constante busca por preenchimento. Mas na juventude isso não era destacado, sua vida era pautada por um “ir levando”, ir se encaixando aos padrões. Esse enquadramento fica salientado no seu casamento anterior.

Eu não podia nem pensar naquela época. eu ao menos me senti culpada Só de pensar sobre isso porque foi uma educação bem repressora né. (...) Uma educação baseada só na igreja católica da escola então os valores que tu recebe, valores bem preconceituosos e mais aquela família tradicional que tu carrega o peso, eu carregava o peso disso de família tradicional, o pai, a mãe, eu fui a única a me separar. O que já foi ruim, por exemplo, eu casei com homem casado, porque ele já era separado, mas na visão do meu pai ele era um homem casado por causa da Igreja Católica. Na qual depois que tu casa, tu não separa. (...) Então eu estava carregando isso comigo e claro preocupada e assim a baixa autoestima preocupada em agradar muito. Também carregando o medo do novo e ainda naquela época não tinha ninguém que pudesse conversar, que tu pudesse trocar experiência, não tinha.

(...) e ainda as meninas mais masculinizado e eu falo masculinizada porque era só assim que ela se destacavam que daí tu podia achar alguma coisa delas entendeu. Alguma coisa diferente de ser princesinha toda arrumada maquiada saltinho então isso era velado, tu percebia que ninguém falava nada, ninguém dizia nada e ainda se fosse falar alguma coisa era para o negativo. Outra coisa o homem homossexual com aquela visão de promiscuidade, aquela visão dos homens que tinha na época e ainda as mulheres não existiam, as mulheres não existiam, eram só os homens. As mulheres ainda carregando mais porque não podiam demonstrar nada.

Zélia foi casada durante 20 anos com um homem 13 anos mais velho que ela. Já separado e com filhos seus. Com ele teve Alisson, Francisco e Evan. Viveram uma relação conflitante desde o começo. Zélia acha que sua família via ela como uma jovem apaixonada mas ela se lembra do medo que sentia, da busca de fazer o

casamento dar certo e seguir aquilo que esperavam dela. Procurava cuidar da relação, dando atenção e vendo informações sobre aprimoramento das relações conjugais. Lia livros de Psicologia, de Pedagogia, de qualquer fonte que pudesse sugerir o que fazer. Ela me diz rindo que era como colocar sementes em uma terra que não florescia, segundo ela “dali não saia nem capim” (sic). Essa relação foi constantemente tumultuada. Sendo que seu ex era agressivo verbalmente com ela e com os filhos, os depreciando e não provendo renda suficiente para sustentar a casa. Ele era envolvido com vários negócios possivelmente ilegais a ponto de eles perderem uma casa no casamento. Precisando assim se mudarem para um terreno com os pais e irmã de Zélia.

Ela destaca que vivia uma dependência emocional e financeira na relação. Uma relação tóxica, com agressões emocionais que foram evoluindo até uma agressão física quando ele a derruba de uma escada. Ela me diz sobre esse empurrão como algo sutil, ele fazia discretamente, o abuso estava na manipulação. E um dia ele simplesmente sai de casa, vai para casa de outra mulher, abandonando os filhos. Zélia me diz que a única coisa que ele deixou foi o carro deles na frente da casa dos pais dela, com a chave na ignição e cem reais no porta luvas. Ele havia fugido de casa, sem levar seus pertences, nem roupa nem nada.

Zélia se torna a única da família a se separar, uma separação não escolhida, pois foi abandonada. Mas é vista como a desquitada da família. Essa situação já marca sua diferença para com os outros. Já marca sua distinção referente ao padrão esperado. Zélia dá um suspiro quando me fala que isso tudo já era algo fora do padrão, só que ela continuou mudando, vivendo para além do que esperavam dela. Entretanto esse viver para além só ocorreu depois de mais de 45 anos de vida.

Estava tudo muito adormecido muito abafado. Mas isso inconscientemente já me tocava né. Já me tocava então assim. Teve sempre muito preconceito meu e da família também e daí vem aquele medo aquela coisa de que também não é fácil tu simplesmente assumir, abrir as portas assumir e dizer a partir desse momento eu sou outro mas continua mesmo porque tu continua a mesma para ti mas para

os outros tu muda, eu percebi assim que para mim conhecer para todo mundo queria me ver, parece que tu vira uma aberração, que tu muda. Por isso que eu senti que tu muda eu não sei se é porque foi com 47 anos né, mas leva uma vida de uma maneira e aí para as pessoas entenderem isso, diferente é difícil né, dá a entender o teu sentimento porque para elas que não sabem nessas tua história e do teu sentimento algo assim.

Esse medo começa a dissipar quando Zélia encontra Cássia. Mulher cis branca, da sua mesma idade, funcionária pública de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Mulher trabalhadora que se dedica ao filho, homem cis adulto que é uma pessoa com deficiência. Cássia teve outras relações com mulheres e foi a primeira mulher pela qual Zélia se apaixonou. Ela me fala sobre a ida na internet em sites de procura de relacionamento amoroso. Segundo ela procurava mulheres para amizades. Queria ver como se sentia, e nas conversas à distância com Cássia, ela mantinha esse espaço de ali ser uma relação de carinho, mas de amigas. Porém Cássia tinha a intenção de uma relação afetiva amorosa. Falava disso abertamente. Então, quando as duas se conheceram, quando Cássia foi encontrar Zélia elas se viram pessoalmente e ali deu uma conexão.

Zélia entendeu nesse encontro do “olho no olho, no toque” (sic) que era uma relação de amor. Me diz com um sorriso solto que ali sua busca terminou. E seu vazio se preenche. Contudo, esse encontro repleto de alegria traz a necessidade de Zélia afirmar sua auto-aceitação e ainda contar para sua família de origem.

(...) para mim foi difícil e tinha a visão daquela mulher casada, mãe, então tinha aquela construção da mulher perfeita, tradicional. E aí desconstruir os papéis para construir outro em cima de todo preconceito que existe né. Então é muito mais difícil antes eu acho assim do que para um jovem...está muito mais fácil hoje muito mais tranquilo.

Zélia apresenta essa comparação geracional do seu assumir para os pais com o de uma pessoa jovem. Fala também informada sobre como foi a reação da irmã e pais e cunhado quando ela falou da seriedade da sua relação com Cássia do que quando Virginio assumiu-se homossexual. Para ela teve grandes conflitos e com ele a

situação foi mais tranquila. Ela sente como se tivesse aberto uma via de aceitação para o sobrinho. Mas com ela houve inicialmente uma reação positiva, que mudou bruscamente quando ela decidiu se mudar para a cidade de Cássia. Com a situação do emprego estável e o filho com necessidades específicas fazia mais sentido para o casal irem morar juntas na cidade do interior. Assim, foi um desentendimento grande para Zélia levar sua filha mais nova, Evan que na época tinha 8 anos.

a mana mesmo me disse que se eu fosse fazer qualquer loucura que eu fosse, mas que ela não ia deixar eu levar a minha menina. (...) Eles não queriam jamais jamais porque na cabeça deles eles criaram assim uma coisa de que a minha parceira ia ser um monstro sabe, assim que eu não ia dar parâmetro moral, valor moral para Evan pelo meu exemplo né, assim ela não teria um valor moral. O que seria dela? Como ela ia crescer?

(...) não era conversa não. Eu só tinha que escutar as coisas. Eles não queriam escutar as coisas que eu tinha para dizer e era muito distorcido no boca a boca de um para o outro porque eles não conversaram comigo. (...) E aí ficava uma coisa muito feia né um perfil muito feio tanto para mim quanto para ela. O que que aconteceu quando chegou o momento que eu percebi que se eu não saísse eu não ia conseguir assumir essa relação.. Algo que eu estava completamente decidida.

(...) Quando eu não estava aqui conversavam com a Evan, minha adolescente que na época era criança e colocaram muito medo nela ela tinha medo de conhecer a Cássia. então começaram a ir cercando de uma maneira que ia ficar muito difícil né. Até por um tempinho eu me preocupei muito que ela ia ficar traumatizada porque realmente ela tava achando que ela era uma pessoa do mal que ela dizia que (a Cássia) ela era uma pessoa do mal.

Essa situação de não diálogo trouxe grande sofrimento para Zélia. Havia uma visão de seus pais e irmã que a sexualidade dissidente da norma dela e da parceria iria ser uma influência negativa na filha Evan, como que fosse ser um mal feito a criança. A opinião cisheteronormativa deles estruturava suas opiniões e atitudes. Zélia abaixa a voz, como se não desejasse que alguém escutasse para me dizer que precisou sair dali “fugida” (sic). Conversou com Evan e saiu no meio da noite para a rodoviária, sem avisar nem ao menos seus outros filhos. Trocou o número do celular

e estipulou o fim da relação. Ficou pelo menos um ano sem falar com ninguém da família de origem. Contudo, me parece que o receio dos familiares se inscreve nela, quando Zélia e Cássia buscaram apoio psicológico para a caçula, o qual encerrou após seis meses, sem nenhuma avaliação negativa sobre a saúde mental da menina. Mesmo negando os ditos que a relação homossexual delas afetaria Evan, Zélia parece que procurou o parecer profissional disciplinar sobre a situação.

Esse tempo que ficam sem se falar doeu nela como mãe, uma mãe que havia sido julgada por suposta negligência, e se viu encurralada em uma não aceitação. Esse distanciamento auto imposto foi quebrado pela filha mais velha dela, Alisson. A qual buscou visitar a mãe e a irmã e viu quem era Cássia. Vendo o carinho e o bem viver que ambas tinham na cidade do interior, Alisson faz a ponte de retomada do contato, de reconciliação. Portanto, mesmo sendo um processo dolorido, hoje a situação com sua família de origem é muito diferente.

Completamente diferente, né? Mudou muito, muito, muito. Assim... eu função do que... até eu percebo assim, ó, que a diferença veio mais interiormente em mim porque, antigamente, o preconceito e aquela coisa assim, sabe? Tu fica com o pé mais atrás, né? E depois que isso acabou, eu fiquei melhor. (...) No início, quando eu voltei para cá, eu percebi assim, ó, que naquela coisa de querer entender o que acontecia, eu acabava ouvindo alguma coisinha aqui, uma coisinha ali, né? Mas isso, com o tempo, curou, sabe? Então, hoje, não tem resistência nenhuma - nem eles e nem eu. (...) Com certeza, eu amadureci muito emocionalmente.

(...) Eu me achava frágil e me descobri forte, coisas, assim, que antes eu... eu não sabia que eu era, né? Então eu não lutava pelas coisas, entendeu? Eu ia mais na - a vaquinha da massa. A partir do momento que eu me descobri, que eu percebi que eu podia ser feliz, que era isso que eu queria, que eu tive um foco, uma meta, eu me senti forte para lutar por isso, né? E... E aí claro que com bastante ferida, mas valeu a pena, eu faria tudo de novo para ter essa vida que eu conquistei hoje. E acho que assim, além de ter ajudado o Virgínio (sobrinho), eu acho que eu ajudei muito eles emocionalmente ao cortar esse vínculo para preparar os netos para poderem ter uma vida mais independente. Sim, se não fica cada vez mais se fechando na família, fica um caramujo.

Com a família de origem aceitando, a nova família de Zélia e Cássia como casal também desabrocha. As duas cuidam de Leandro e de Evan, que vivem como irmãos. Elas também buscaram no casamento civil mais um passo na sua relação, e foram o primeiro casal homossexual feminino a ter esse direito aferido no cartório da cidade. Lá se sentiram muito acolhidas e Zélia brinca que as pessoas que as conhecem pedem receita para elas de como lidar com um relacionamento amoroso. As duas possuem uma importante amizade como base da relação e efetuam o papel de parentalidade para Leandro e Evan. Me diz que Evan e Cássia possuem uma conexão forte, algo que para ela é um exemplo de como são hoje sim uma família. Como família causam então admiração, mas de algumas pessoas há ainda o estranhamento.

Eu acho que o nomear, que também é uma coisa diferente, até gera, assim, um espanto. A gente percebe isso pelas pessoas, né? Se a gente está em um lugar e - a Evan chama a Cássia de 'Mita' e isso foi uma coisa que as duas resolveram porque de início ela chamava de mãe e a gente nunca sabia quem ela estava chamando, né? Então ela chama a mãe e a Mita. Então perguntam para ela: "Por que tu chama ela de Mita se o nome dela é Cássia?" - "Por que ela é minha mãe, mamita é mãe e eu achei melhor chamar de Mita!". E... as pessoas, assim, ainda tem essa surpresa: "Ba, mas duas mães" - sabe? Então aquela coisa, assim, mas eu acho que vínculo independe do nome que tu vai dar e... exatamente, a consanguinidade, é mais o emocional. Eu acredito que fique mais fácil porque, na família, junto lá com o nome, o laço, tu tem toda uma relação que tu carrega junto, né?

Esse estranhamento das pessoas perguntando sobre como Evan chama Cássia, fala de um questionamento rotineiro para casais e famílias não heterossexuais. Uma vivência fora do padrão gera isso, produzindo dúvidas nos outros. Zélia diz achar inusitado que na cidade onde moram as pessoas parecem se surpreender com o fato de elas serem duas mulheres mais velhas, uma com 55 anos e outra com 61 anos que se relacionam. Para ela a maturidade é o motivo do assombro, pois as pessoas são tranquilas com casais de jovens mulheres. A perplexidade com a relação do casal, aparece em questionamentos sobre sua vida cotidiana.

(...) outras perguntas, assim, que a gente teve logo no início da relação. Independente de onde a gente tava, né... chegaram a perguntar para a gente: “Mas o que que vocês fazem na cama?”, “Homem até dá para pensar o que dá para fazer na cama, mas mulher?”. Sabe? Perguntavam assim e levavam o sentimento também só para o ato físico, só para o sexo, sabe? Não enxergavam o resto. Claro que quem perguntava isso, se não era íntimo, era na brincadeira, mas dizendo a verdade... ou, assim, as pessoas mais chegadas da gente, até que para entender a nossa relação, perguntavam assim: “Quem é o homem e quem é a mulher?” - como se tivesse que ter um homem e uma mulher, algo ainda perto do padrão. Outras disseram para mim que - a Cássia não é tão masculinizada, não é! Então tanto para mim quanto para ela diziam assim: “Ai, não parece! Se eu te conhecesse, principalmente para mim, eu dizia que se eu não te conhecesse, eu não diria que tu é”.

Essas perguntas destacam a estrutura cisheteronormativa da sociedade. Zélia considera que quando as pessoas se conhecem, vêem como é a relação que se pode construir o respeito mútuo. E ainda é quando se faz família, por exemplo quando Francisco conhece Cássia e a aceita, mesmo que tenha escolhido morar com os avós. Zélia vê no jeito do seu filho, ele se sentindo bem e confortável quando vai passar tempo em sua casa. Para Zélia, se produz família também com as pessoas que elas escolhem conviver e ter por perto. Quando falo de outros laços de família que possam existir na vida do casal, ela me conta que há diversas pessoas que se configuram como a família escolhida delas.

A gente convive muito com a família da Cássia, mas, ao mesmo tempo, nós temos lá, e temos, assim, ó, amizade da Associação de um grupo de ajuda mútua que é uma associação que a Cássia é vice-presidente que é de downs. Lá, nós temos uma amiga que... ela não declarou ainda para a sociedade, mas nós sabemos que ela já teve alguns relacionamentos, mas escondidos da família. A irmã dela também é casada com uma mulher há uns cinco anos e ela também tem um irmão que é gay que mora em outra cidade mas ela não assumiu ainda. E... então temos essa que convive com a gente, temos a... uma outra que tem um menino de 16 anos que eu até ajudo a cuidar do menino quando ela não pode, porque o menino foi abandonado pelo pai quando ele nasceu. Ela não tem quem cuide, então eu ajudo quando ela precisa mesmo. Ela também nos apresentou um casal de mulheres que nós ficamos íntimas e... ela convive numa boa. E temos outros. Temos um casal que mora

no rio hoje, eles vem mais ou menos de ano em ano e ficam na nossa casa enquanto visita à família. Temos vários amigos, assim, sabe? E... Então eu te diria que é 33/33/33 porque tem o convívio bem forte com a família da Cássia, com esses amigos e com essa rede do grupo de ajuda mútua (...) porque nós convivemos bastante com esses três grupos. O grupo de ajuda mútua precisa de apoio. Precisa muito de apoio de uma ajudando o outro porque é bem difícil o preconceito com eles, é ainda maior do que o nosso. (...) A gente sai com eles na rua, as pessoas chegam a parar, assim, para olhar porque eles tem muita estereotipia o autista, fazem coisas que chamam atenção porque é diferente.

3.3 Terceiro ensaio - Winnie

Winnie chega para nossa conversa e me pede para esperar no banco de fora do prédio, pois estava precisando de um cigarro. Me conta sobre seu relacionamento, está passando por um momento de crise, pergunto se ela se sente disponível para conversar e ela afirma que sim. Essa seria mais uma tentativa de nos encontrarmos, das outras vezes não conseguimos, por imprevistos meus, dela, e a ideia inicial de tomar um chimarrão na casa dela não aconteceu. Portanto, nos encontramos no prédio da faculdade, em uma sala mais isolada, um tempo antes do seu horário de jantar no restaurante universitário, para se preparar para a aula da noite.

Entramos na sala e dou inicio a entrevista, na primeira parte pergunto dados sociodemográficos, por assim dizer. Além da idade, existe a pergunta sobre orientação sexual. Winnie olha para mim com os olhos fundos e comenta sem jeito que seria bissexual. Parece duvidar dessa afirmação, assim me explica que está se relacionando com um homem trans, então por isso se define como bissexual. O começo da relação se deu quando seu parceiro se identificava como mulher cis e parte do interesse estava nessa configuração, pois Winnie tinha histórico de relações com outras mulheres. “É complicado. [risos] Se não fosse o Andrey, seria lésbica. Com o Andrey, bi.”

Mesmo com o histórico de outras relações Winnie me conta que não foi sempre que aceitou seu querer e seu envolvimento com pessoas do mesmo gênero. Como

mulher negra diz que seus exemplos sempre foram do padrão heteronormativo, então seu processo de entender o que significava seu desejo não veio fácil ou cedo na sua vida. Ainda que, desde criança, ela brincava com suas bonecas fazendo com elas tivessem relacionamentos amorosos entre si.

Eu era uma criança que brincava com as Barbies e elas tinham um relacionamento... Ahn... E depois disso e comecei a ver que eu era meio diferente, mas eu comecei... a... um processo de negação muito grande. Muito grande. Até uns dezesseis, mais ou menos, que daí eu vi que era uma coisa real assim. E daí eu me interessei por uma menina e fiquei com uma menina. Só que eu não aceitava que eu era aquilo, até porque eu tinha uma família toda heteronormativa, padrão. Reprodutora do padrão, né, porque é uma família negra. E... depois disso eu namorei um cara durante bastante tempo - foram 5 anos de namoro. E daí, com o tempo, eu fui—depois que eu me separei eu fui trabalhar com telemarketing. (...) E é uma movimentação mais natural, eu comecei a andar com um pessoal—sempre tive amigos gays, mas, sempre fui para balada gay, LGBT. E... só que eu não queria—eu queria, mas não queria fazer parte. (...) Eu queria agradar a minha família, mas eu não queria deixar de ir nos locais que eu gostava de ir. E eu ficava até espantada quando alguém queria ficar comigo. Eu dizia "Não, mas eu sou hétero".

Sexualidade e raça são vivenciadas com a especificidades de uma mulher negra, mulher negra de 36 anos de idade, que me conta não ter tido espaço em si para aceitar essas relações. Winnie fala desse padrão normativo sobre sua origem, sobre a família que a criou destacando a normatividade dos padrões sociais de gênero e sexualidade.

Winnie foca a narrativa em casos esporádicos, relacionamentos bonitos que não foram duradouros mas que deixaram marcas de vergonha pelo jeito que acabaram, pelas circunstâncias do fim. Ela reflete sobre a influência do desejo de ter uma família de margarina, como ela mesma fala, ao saber de uma menina recém nascida que precisava de ajuda. Sara era seu nome, filha de uma amiga da namorada de Winnie na época, Roberta. Roberta escutou de uma amiga que precisava que ela desse conta do problema que havia surgido. O problema era a criança recém

nascida, com menos de seis meses. Ao saber da ameaça de a menina ficar sem ninguém que cuidasse dela, Winnie se disponibilizou a criar a criança, queria fazer uma família com Roberta. Um namoro novo que iria se tornar um casamento. Winnie trabalhava e podia sustentar a família, mas disse ter sido enganada, a namorada contou que trabalhava, mas assim que se mudaram descobriu que era mentira. Ao pegarem a menina Sara para criar, Winnie sentiu a responsabilidade de colocar comida na mesa e criar um lar.

[a amiga de Roberta] tava falando para ela assim, tipo, "Eu tô com esse problema há cinco meses e tu não vem buscar". O problema era a Sara. (...) Daí eu "Não. Então a gente vai morar junto" – a gente tava namorando – "A gente vai morar junto, que a gente vai criar." (...) "Pode dizer que daqui um mês, ela... daqui uma semana a gente busca a Sofi". E foi exatamente isso que aconteceu. E daí a gente foi morar junta. Foi... a base não foi nada sólida né? Em algum momento ia entornar o caldo. (...) Daí a gente não se gostava... Eu não gostava dela, na realidade. (...) Acho que nem ela gostava de mim. A gente gostava do que a gente tava construindo. Que era uma família, porque os pais delas também eram separados, os meus também, então. A gente juntou aquilo e vamos viver como uma família feliz de margarina. Só que isso não aconteceu, né? Porque... ela não trabalhava, ela não fazia porra nenhuma, nem da Sofi ela gostava—ela não queria cuidar. Então, eu chegava em casa, tinha que limpar a casa, dá banho na Sofi, arrumar as coisinhas dela pro outro dia, eu que levava ela na creche. E ela ficava só deitada vendo televisão.

Nesse apartamento, a visão de uma família de margarina não se construiu como ela esperava, com dificuldades de colocar comida na mesa a família passou fome. Winnie relata que nessa circunstância voltou a usar drogas, fazer abuso de substâncias e não teve apoio ou ajuda da namorada. Winnie conta que a pressão de Roberta não trabalhar abalou a estrutura do relacionamento. Havia nela um pensamento na época que Roberta deveria ajudar, não apenas para dividirem as despesas e sim uma expectativa do papel que supostamente Roberta deveria cumprir. Ela me conta que Roberta era "bofinho", significando que tinha uma expressão de gênero dita masculina. Essas características indicariam um papel de provedora da família, um papel social associado aos homens. Mesmo na relação de

peças do mesmo gênero, se percebe a heteronormatividade guiando a relação conjugal. Se elas não performaram o papel de alguém que provém e alguém que cuida da casa, havia outras relações que ali se estabeleciam associadas, na maioria das vezes, às relações de pessoas de gêneros distintos: violência conjugal.

Winnie me conta que o período de quatro anos de convivência com Sara foi marcado por violência, fome, miséria, infidelidade, uso de substâncias psicoativas, entre outros problemas. As dificuldades atravessaram a conjugalidade, sobre a casa em que moraram por último era um espaço da família de Roberta que estava abandonado. Uma casa que elas iriam arrumar, fazer reformas, mas aos poucos desistiram, pois Winnie precisava colocar comida na mesa. No começo da permanência delas nesse espaço, não havia luz elétrica, e elas conviviam com a fome, tomando banho de balde e a luz de velas. A situação estava difícil, Winnie afirma que caiu em uma crise depressiva e tentou suicídio com remédios. Nesse período, ficou internada por vinte dias e considera que aquele momento contribuiu para que ela saísse do uso.

Segundo Winnie, um uso agravado por momentos em que Roberta batia nela devido aos desentendimentos. Depois da internação, Winnie cogitou a separação mas tinha medo de perder a filha Sara. Pois sem o contato de Roberta com a amiga que deu luz para a Sara, Winnie achava que perderia a filha. Porém, Sara tinha contato com a avó materna biológica, nesse período essa avó busca Sara em um final de semana e não devolve a menina. Winnie perde a filha e sofre muito com isso.

E daí a vó ficou sabendo e foi lá “ah, eu quero passar o final de semana com a Sá e tal”. Final de semana de Finados. Nunca mais voltou. Chegou na segunda-feira... Chegou no domingo de noite, ela não levou. Chegou na segunda-feira, “Ah, a gente tá indo aí buscar a Sara”. E ela “Não”. Daí ela “Não. Eu vou criar minha neta”. (...) E... Nossa, foi muito difícil perder a Sara. Muito. Até hoje. Faz muito tempo já. Ela tá com dez anos, penso hoje. (...) Faz muito tempo. Mas não perco a esperança de ter a minha filha de volta. Nunca vou perder.

Nessa vivência de lidar com a perda da filha, Winnie diz que logo depois conheceu Andrey e ele acompanhou o seu processo de luto pelo afastamento de Sara. Há

uma diferença de idade de 12 anos entre o casal e ela disse que isso foi algo que fez com que eles brigassem muito. Aprenderam juntos a superar muitos desafios e quando começaram a morar juntos à família de origem de Winnie e que se envolveu bastante com ele. Como Andrey estava desempregado, a mãe de Winnie começou a pagá-lo para cuidar da avó dela que é acamada e isso fez com que a relação de Andrey a sogra e avó se tornasse muito próxima.

Então... muita coisa eu aprendi, muita coisa ele aprendeu. E... a gente já brigou muito, mas a gente se... a gente se ama. Essa é a verdade. A gente briga muito, mas a gente se ama. (...) E agora... sempre era—sempre foi nós dois, quando a gente veio pra cá... a mãe abraçou ele também, meio que como um filho assim, né? E ele é – ele é muito bacana. Então todo mundo gosta dele.

Winnie então começa a relatar sobre o seu relacionamento com Andrey e todos os desafios que eles enfrentaram durante o começo da relação com a proposta de não permanecerem na casa da mãe dela. A partir disso, tentaram uma ocupação em um terreno em desuso no qual colocaram uma casa se envolvendo assim no movimento social de ocupação de terra e ocupação de lares urbanos em desuso.

Foi assim que ela conheceu a militância e uma organização que acolhe mulheres que passaram por situação de violência. Nesse espaço ela fez muitos vínculos e identifica como isso foi um processo que lhe ajudou a estabelecer outros laços de família. Ao ver que uma das suas amigas, a quem chama de Matilde - mãe de Manoel - precisava de ajuda para enfrentar uma situação de violência doméstica e por ter um passado de violências e abusos sexuais, Winnie se sensibilizou convidou-a para dividir a casa que ela morava.

Hoje, tipo, a mãe ama ela como uma filha. Eu amo ela como a minha irmã. E... ela é parte da família. (...) E... todo mundo pensa que a gente tem envolvimento amoroso. Mas eu tenho ela como minha irmã de verdade. Tanto que as pessoas me perguntam e eu digo “Ah, minha irmã, meu sobrinho, meu afilhado...”

Essa situação de companheirismo e ajuda mútua caracteriza a conceituação de família que podemos, pensar aqui, uma família escolhida baseada em laços de amizade e histórias de vidas semelhantes. Essas amizades então são abraçadas

pelo resto dos familiares e viram novas configurações da sua família que Winnie escolheu para si. Ela está sorrindo quando me conta sobre o seu afilhado Manoel e eu pergunto como é para ela fazer família dessa maneira com apoio compartilhado.

Eu acho que foi o que Deus podia me dar, assim, pra tapar um pouco dos buraco. (...) Das carências afetivas. (...) [A Matilde] eu sempre incentivei muito ela, né? Tipo “Mana, tem que fazer por ti. Daqui a pouco tu vai ter a tua casinha, teus negócio, sabe? E daí tu tem que aprender a se virá, tu não vai poder ficar só deitada e esperando as coisa acontecê. Tu tem o Manoel.

Nessas amizades, não são só aquelas que moram sob o mesmo teto, que são consideradas família, percebe-se que os laços são muito mais baseados nessa ajuda compartilhada, nesse apoio compartilhado, nesse apoio mútuo. Aquelas que Winnie diz ter ajudado como, por exemplo, a Fernanda conseguir casa e que hoje em dia se configura como parte dessa sua família escolhida. Mulher que também se relaciona com outras mulheres e também tem uma trajetória de pobreza.

a gente sempre foi muito amiga, eu e a Fernanda. Daí ela foi morar lá perto de casa. A gente ficou... família. Ficou assim a extensão da família. (...) A irmã dela separou. E disse pra elas morarem juntas. E elas alugaram uma casa perto ali também do Sarandi. (...)Então a gente—a família tá cada vez maior. E, também, a Fernanda é como uma irmã pra mim também, sabe? Se eu tiver que chorar minhas pitanga... porque eu – tem algumas coisas que eu não falo pra [irmã que mora com o casal] porque ela é muito sentimental. E ela vai falar pro Andrey Porque ela é mais – porque ela é amiga minha e dele.

A ajuda compartilhada nesse apoio compartilhado nesse apoio mútuo. Formando uma rede de afetividade próximos formando uma rede familiar extensa dessa família escolhida.

Mas continua assim, a mesma coisa assim: todo mundo se ajudando. (...) E... Porque a gente é—a gente acaba criando vínculos, né, que são além da amizade, né? (...)São vínculos de, de família mesmo, sabe? Uma pessoa cuidando da outra. (...) Ai, quando a gente realmente se importa com alguém. Realmente. (...) [É] aquela coisa de “Tá, mas tu tá bem? Tá acontecendo alguma coisa? Quer dá uma volta? Vamô espairer. O que que tá acontecendo que tu tá diferente?” Sabe? Aquela coisa de... realmente se importar com a pessoa. Se ela tá bem,

se ela não tá. e ela precisa de alguma coisa. Se ela precisa de algum auxílio. Aquela... acolhida mesmo assim, sabe? De um cuidando e zelando um do outro assim.

A questão de filhos e a configuração dos laços afetivos de um adulto para com uma criança voltam à tona quando, em meio à alguns risos, Winnie me explica que Fernanda tem dois filhos e um sobrinho que moram junto com ela, e a sua irmã e essas crianças moram bem pertinho da casa de Winnie, assim uma mulher ajuda a outra sendo que toda se consideram um pouco madrinha ou dindas desse grupo de crianças.

Então... Deus não quis que eu ficasse perto da minha filha, pelo menos por enquanto, mas eu acabo tendo um monte de filho. (...) Eu sou... É, eu sou, sou tia... tia-dinda de todos eles. (...) Porque, daí, já é dinda pra cá, dinda pra lá. Aí o outro é "Ah, quer ser minha dinda? Posso ser teu afilhado?" [risos] daí eu vou dizer não, né? Eu "Claro!" Daí a outra menina esses dias disse "Eu posso ser tua afilhada também? Tu pode ser minha dinda?" Aí eu "Claro!". E assim vai.

3.4 Quarto ensaio - Juliana

Uma das primeiras coisas que Juliana faz quando eu chego no local combinado é me apresentar dois pequenos gatos. Ela está em um loft em um bairro central de Porto Alegre. Ela está trocando seu serviço de cuidadora com gatos pela estadia neste apartamento. Já que a sua família e a casa de sua tia em que morou nos últimos tempos ficam na na região metropolitana de Porto Alegre. O apartamento que ela está ficando é de uma artista e tem obras de arte penduradas pela casa.

Um quadro chama atenção no meu campo de visão, na parede há um grafite que diz "sou puta". Essa frase fica no meu olhar durante todo o percorrer da entrevista. Em cima do cabelo raspado, dos óculos chamativos e do sorriso fácil de Juliana. O que meu olhar fixa ao ouvi-la podia ser uma foto, a qual eu acho que daria um belo retrato descrevendo a história de vida dessa mulher. Juliana transparece gentileza em todos os seus gestos ao me oferecer café e um lugar para sentar. Nos

aproximamos das poltronas na sala e os gatos ficam passando por nós, momento e outro. Assim, enquanto conversamos escutamos os seus ronronares.

Juliana sorri bastante ao me contar sua história, compartilhando uma xícara de café, ela me pergunta sobre como seguir a conversa. Digo que ela pode ir me contando o que vier na cabeça. Portanto, nossa conversa perpassa várias temáticas, sobre sua relação com mãe, pai e irmão, e como as expectativas dessas pessoas influenciou suas visões sobre quais possibilidades de vida eram viáveis. E ainda sobre como em seu crescimento, essas influências se juntam, ou melhor estão emaranhadas com estruturas de opressão normativas que ditam quais são as vivências passíveis de se apresentarem nos cenários da sua vida. No seu presente, ou como criança e adolescente.

Juliana evidencia as contradições entre discurso e sentimentos nessa situação complexa que são as expectativas familiares e sociais. Sua mãe viveu com um marido, por vezes distante, que pelas questões de trabalho viajava muito, por vezes morando em outro estado por longos períodos. Assim, ela incentivava Juliana a ser uma mulher trabalhadora e independente. Quando jovem, Juliana sai de casa, tem um bom emprego, paga suas contas e aluguel, dividindo casa com um namorado, interação classificada como uma dita relação matrimonial, sua mãe se felicita.

Mas o fim desse relacionamento atinge sua mãe como um choque. Juliana continua com um bom emprego e independência financeira. Mas o fim da relação com esse homem é o que faz “cair a casa da sua mãe”(sic). Esse bom emprego não bastava, sem um homem ao lado como ela iria realizar-se?

Juliana começou a trabalhar na adolescência, aos 15 anos, pois a sua família não tinha condições financeiras e ela precisava bancar aquilo que desejava. No trabalho que permaneceu mais tempo, cresceu na confiança do chefe, teve destaque e tinha uma renda considerável. Mas o fim do namoro marcava um paradoxo sobre os

ditames familiares: almeja independência ou ser dependente de um homem? O que é valorizado?

Esse paradoxo parece o mesmo em relação ao papel social da mulher no século 21. Há o incentivo para algumas (brancas de classe média ou + cis) trabalharem e terem sua vida pública estabelecida. Porém, solteiras são vistas com olhos tortos e a expectativa se coloca em ter marido, casa, filhos, ou seja reproduzir o padrão heteronormativo de uma família de classe média.

(...) na minha adolescência, eu cheguei a ficar com algumas meninas. Tipo, só beijar. Mas era uma coisa que... eu não... eu não cogitava além disso, sabe? Pra mim, a, a relação mesmo, o relacionamento, seria com um guri (...) Eu fui me permitir mesmo [experimentar com mulheres] só, só depois desse término, desse “casamento”, entre aspas. (...) É bizarro. Porque eu, eu ficava, eu beijava outras meninas quando era adolescente, mas, na minha cabeça, não, não imaginava a possibilidade de... de poder ser algo a mais, assim. (...) As relações reais... digamos assim, só poderiam ser hétero.

Juliana transita nesses contrastes, há depositada nela a impossibilidade de ser alguém que não seja heterossexual, ser independente, mas com restrições, ao ser a esposa, namorada de algum homem. Penso na hipótese que essas tensões a subjetivaram e influenciaram sua trajetória. Pergunto para ela sobre essas influências. Me responde que essas influências vinham da família e da sociedade em geral.

Cresci numa família bem hétero. [riso] De relações hétero, né? E... algumas relações do tipo... relações de gênero bem, bem... trash, digamos assim (...) A minha vó sofria violência doméstica.

Juliana baixa a cabeça nessa hora, de maneira reticente, fala da sua avó. Ela me explica sobre a vivência de submissão da avó materna que ela testemunhou durante muito tempo porque como criança passava os dias sendo cuidada na casa deles. Seus olhos baixam e há um tom de quem se arrepende ou talvez gostaria que as

coisas tivessem sido diferentes. Ela me conta que durante a sua vida viu seu avô como alguém admirável e essa admiração junto com a atitude dele de ofensas e cobranças da avó fez com que Juliana achasse sua avó alguém desprezível em certo aspecto. Visto que a Juliana criança entendia que a avó tinha atitudes erradas, e ela não entendia como alguém podia falhar com seu avô, um sujeito tão especial.

Infiro que o tom do relato é de arrependimento quando Juliana me conta isso porque fez sua trajetória como mulher adulta se envolvendo com movimentos sociais. Nos quais descobriu sobre feminismo e outras ações de conscientização sobre as estruturas de opressão. Ela busca refazer e contar essa história de uma maneira diferente tentando incentivar sua avó a participar de grupos de idosos e sair de casa, desligando-se assim um pouco da dependência emocional do seu avô. A conscientização fez com que Juliana tenha hoje uma relação afastada com o avô, um herói caído, visto atualmente como um homem produzido no machismo e no incentivo de uma masculinidade tóxica.

A Juliana adulta reflete sobre esses sentimentos estranhos de menosprezar atitudes da avó que seriam falhas ou algum sinônimo disso. Juliana olha pro lado, suspira e diz que além disso, havia uma avaliação de sua avó como uma mulher fraca. A fraqueza se instalava nela por ser uma mulher vivenciando essas violências e supostamente não fazendo nada a respeito.

Também suspiro nessa hora e olho para o meu café. Penso de imediato o quanto Juliana está sendo generosa comigo nessa entrevista. Por que me fala das suas contradições e daquilo que como mulher foi revendo ao longo da sua trajetória, mudando de ideia e podendo ter outras considerações

A trama relacional muda com o tempo, o avô herói caído implica com Juliana. Hoje em dia, quando se encontram ele repete perguntas e insinuações. Olha para o cabelo raspado dela e pergunta quando ela vai deixar o cabelo crescer. Ou ainda questiona constantemente sobre a sua faculdade, Juliana é estudante de psicologia

e seu avô apresenta argumentos sobre como ela deveria almejar uma profissão mais decente, mais qualificada.

Assim, Juliana me conta sobre expectativas que fortalecem uma heterossexualidade compulsória na sua família. Família que apresenta exemplos de mulheres que viveram experiências de opressão. Me fala a respeito da restrição de possibilidades sobre o que é ser mulher, como uma mulher deve ser, o que ela deve almejar e quais tramas de relações de poder estão pautadas nisso.

Então, né, dessas questões de... ahn... de poder, assim, entre o masculino e feminino, né? Que, que a mulher tem que ser submissa, e tem que... estar na volta do homem... e... ser quase que... não sei, um facilitador da—uma facilitadora da, da vida do homem que vai prover a casa e... e vai ser pai da família, e vai ser aquele que sustenta a família...

Escutando essas suas experiências pergunto sobre o que que mudou. Quero saber se houve alguma situação em sua vida que a levou a conhecer uma nova percepção sobre a relação de seus pais e seus avós. Me intriga saber quais vivências fizeram ela ter outras perspectivas.

Parece uma pergunta fácil, porém é complexa de se responder. Juliana me diz que tem a ver com a sua entrada na faculdade e o contato com diversas pessoas. E ao mesmo tempo, como uma vivência de opressão e violência sofrida por ela, colocando ela próxima de sua avó, pois ela também foi vítima de uma relação abusiva.

a época que eu entrei na faculdade... eu tava num, num namoro que a gente tava quase quatro anos juntos. E era um relacionamento... abusivo, assim. E... ele não, não, nunca me agrediu fisicamente — teve algumas situações, mas, enfim. Nunca me agrediu fisicamente, ahn... e também não me xingava, mas era uma coisa muito na... na, nas entrelinhas e de manipulação. E aí eu entrei na faculdade e comecei a ter outros contatos e aí... eu... peguei e saí dessa relação, assim. E aí... comecei a... a problematizar coisas a nível social, assim. E aí, quando eu... ahn... rompo com esse último namorado

que eu... que eu fui casada, e aí eu me insiro... num, no mundo LGBT, digamos assim, aí a minha cabeça faz um “boom!”. E aí–e... a partir daí, eu, eu começo a... a me inserir em... em espaços assim. E... ano passado, o ano de 2018 pra mim foi... foi muito... importante de amadurecimento e de crescimento pessoal, também. Ah, mas, eu determino – um fator muito importante pra mim, pra... pra, certa forma, mudança na minha personalidade, dos meus pontos de vista e de enxergar o mundo, foi ter entrado na faculdade.

Quando entrou na faculdade Juliana ainda estava trabalhando, estava solteira e tinha o seu dinheiro, podia circular por onde quisesse. Uma importante relação foi seu melhor amigo na época, ser um homem gay. Ele a levava para fazer festas e assim ela conheceu vários lugares de lazer LGBTQ+ com o seu amigo. Nesse novo momento de vida, o trabalho parou de fazer sentido. Ela passou 5 anos naquele emprego (dizer algo sobre esse emprego), vivendo situações de machismo e exploração. Assim, se organizou financeiramente e foi morar com a madrinha, ficando mais perto de Porto Alegre e da faculdade.

Além disso, Juliana destaca que antecipou a sua saída do escritório onde trabalhava para poder participar de uma atividade de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que trabalhava com direitos da população LGBT e com defesa de mulheres em situação de violência. Essa ação de extensão se configura como uma das organizadoras da Parada Livre de Porto Alegre e Juliana se insere como representante dentro desse espaço. Vivendo assim o cotidiano de planejar e fazer acontecer a Parada Livre.

E daí na parada, ter contato com o... o Célio do Nuances, por exemplo, que é uma das pessoas que fundou a parada aqui em Porto Alegre, lá em 97. Tipo... é... é... não sei, assim, é... absurdo, assim, ter–conseguir ter essa troca com uma pessoa que tem uma trajetória de militância de, de tanto tempo, sabe? E outras pessoas também que acho muito incríveis na organização. E... [...] internamente, assim, deu um.. um “boom”... surreal, assim. E... não sei, assim... se eu for parar pra pensar a Juliana lá de 2014... no início da faculdade, saindo de uma relação abusiva, eu nunca... esperaria que eu seria a Juliana que eu sou hoje, sabe? É, é bem... bizarro assim.

Seu trabalho de militância e o estar inserida em uma ação na Universidade Federal como estudante de Psicologia traz reflexões importantes para a Juliana no sentido de que ela se percebe como alguém que fez algo dentro da sua família de origem, para além da trajetória das outras pessoas. O sorriso abre leve no seu rosto, surpresa com seu percurso, o encanto que ela tem pela sua própria história incentiva um sorriso no meu próprio rosto. Enquanto ela me descreve esse fascínio pelo que viveu, uma emoção me acomete, fico contente por ser testemunha dessa vida, dessa trajetória.

(Me surpreendo) de que eu conseguiria... ter as oportunidades que eu tive, de estar inserida em espaços que, que eu me inseri. Ter... ter as trocas que eu tive é bem... surreal assim. Parando pra pensar na, na trajetória. E até... parando pra pensar em relação a... a história da, da minha família, né, tipo... a mãe foi entrar numa faculdade com mais de quarenta. Meu pai não completou o ensino fundamental. E aí... ahn... querendo ou não, (a ação de extensão) é muito dentro-tá dentro de um meio acadêmico e... também tem contato com... pessoas que são muito fodas, assim. Que eu acho muito fodas, assim, academicamente, também é... "Wow! Estou aqui", sabe?

Juliana me conta que no ano de 2018 vive experiências diversas incentivando questionamentos sobre sua identidade sexual. Com o apoio de pessoas da militância e de pessoas a sua rede de amigos ela consegue fazer uma reflexão sobre o significado sobre os diversos termos referentes às orientações sexuais. Qual termo encaixaria com ela e as suas vivências?

Ela destaca essas relações familiares que não são baseadas em laços da família de origem e sim baseados na amizade. A família de seus amigos ganha ampla importância em sua vida, principalmente de seu amigo gay, e seu olhar sobre sua própria aceitação fica cada vez mais acolhedor. Sinto no seu sorriso só alegria de encontrar essas pessoas. Ela me conta como se fossem experiências de família que ela escolheu para si, sua família escolhida / de escolha.

Esse meu melhor amigo... ele... [...] ele é... é muito importante, assim, na... nessa transição de identidade sexual, digamos. Por... por ter me... me inserido, né, nesse espaço, né? E no contato com esse espaço. E... porque, tipo, ele... ele se assumiu um pouco depois da... da gente sair do ensino médio. Então já tinha alguns anos que, tipo, eu tinha contato com esse melhor amigo sabendo que ele era um guri gay, sabe? (...) Mas também nunca... imaginava a possibilidade em relação a mim, assim, de também tá dentro de uma homossexualidade. E, com certeza, assim... ahn... o Luis, ele faz muita... muita diferença. E a família do Luis também faz muita diferença. E, eu acho muito engraçado, porque, teve uma vez que ele veio me contar... ahn, quando eu... logo que eu comecei a ficar com gurias, lá em 2016, ele pegou e falou pra mãe dele – que a mãe dele, eu e meu–eu e o Luis, a gente se conhece desde os seis anos de idade. E... a gente estudou quase, e a gente estudou quase todo o ensino fundamental juntos–na mesma turma. Então, a gente convivia muito e... a mãe dele, é uma mãe assim, pra mim, sabe? E... a mãe dele pegou e falou “Ah! Isso eu já esperava”, sabe? O que eu acho muito engraçado essa leitura dela, assim.

Pensando nessas outras maneiras em que a vivência familiar poderia se traduzir, pergunto se Juliana pôde perceber estas novas constituições como possibilidades de constituir sua própria concepção de família. Como essas outras experiências - como os laços conjugais e as relações advindas desse processo - atravessam vivências anteriores e de que maneira ela poderia, assim, construir uma nova concepção de família para si, onde abarca suas vivências e desejos individuais.

O Luis né, que... esse meu melhor amigo, que, tipo, ele é minha família pra mim, assim... ele, ele extrapola a amizade assim... de, de ser meu irmão, né? Porque... são, sei lá, dezessete, dezoito anos de, de relação, né? E... e muita troca... positivas e negativas e... experiências... né, isso é família, né? É afeto... é cuidado, e... e até a questão de segurança que essa relação me passa. Então, ele é... ele eu considero, assim, da minha família. A família dele, eu considero da minha família. E os pais dele, assim. A irmã dele, não... eu tenho muito pouco contato, assim. Mas ele, os pais dele eu considero minha outra família, sabe?

(...) E esse meu ex, que eu morei... a gente, pra mim, a gente era uma família. Porque era uma relação muito mais intensa, né? Tu tá todos os dias com a

pessoa e aí tu acaba tendo uma troca de... intimidade e... e uma profundidade no, no conhecimento do, do outro até, sabe? Porque... quando tu namora, tu numa casa e a outra pessoa na outra, tá, vocês podem ter uma, uma relação mais intensa e... e de se ver muito frequentemente, mas... tem coisas que ainda—muito mais coisas que tu consegue deixar só pra ti assim. Que, quando tu tá ali no dia-a-dia, e aí envolve outras coisas, envolve questão até econômica, de manter uma casa juntos assim... é... e, e também a, a forma que... que era... a nossa relação também. E a gente tinha um gato.

(...) Durante aquele período, pra mim, a gente era uma família. Mas, também... pela forma que as coisas se desenharam depois e o afastamento que a gente teve depois... aí, hoje, pegar e falar que a gente é família também é um pouco difícil, mas... no momento que aconteceu, pra mim, né, essa relação pra mim era minha família, muito assim. Até porque saí da casa dos meus pais pra ir morar com ele. E aí, tipo, é um “boom” de imersão na adultez, digamos assim.

Família está na fala de Juliana nessas diversas configurações. Ela me lembra que em cada momento da vida damos nomes e titulações diferentes para as relações. Como o convívio e intimidade com seu ex namorado era família, com o gato sendo também um ponto de referência de uma vivência filial. O pertencimento ou não em uma relação conjugal vai delimitando quem são nossos familiares, quem são aqueles que fazem essas funções.

Além disso, o engate com alguém também é algo que produz nossa vivência com nossa sexualidade. Para tantas pessoas, viver a nomeação de uma orientação sexual perpassa saber com quem foi que nos envolvemos sexual e afetivamente. Que gênero era essa pessoa? O que essa relação diz de cada um, de cada subjetividade? A partir do que vai me relatando, Juliana percebe seu processo de identificação enquanto mulher bissexual - anterior ao processo de identificação como mulher lésbica - como uma possibilidade de se enxergar como uma mulher que tem interesses por outras mulheres e numa tentativa de não invalidar vivências anteriores.

E... e até... ahn... até a transição pra... pra eu me assumir lésbica, porque... eu entrei na (ação de extensão) com um cara... É... é umas coisas assim

que tipo... eu saio desse meu último namoro com esse... último namoro hétero e aí, tá, me interesse por mulheres e aí sou bissexual, né? Ok. E aí passo muito tempo me... titulado como bissexual. E aí, depois, eu começo a me intitular como pansexual. Que é assim que eu entro na (ação de extensão) E aí...eu, eu namorei uma... eu tive uma namorada em 2017, mas as minhas relações, ahn, de amizade homo e as relações de amizade dela homo eram com muito gays. (...) Então, tipo, não, não tinha também um ciclo de minas lésbicas pra, né, uma troca de amizade.

Na (ação de extensão), também, comecei a ter mais contato com, com minas lésbicas e... comecei a pensar isso como uma possibilidade, né? E de... e de problematizar “Tá, até que ponto a... ahn, eu... gosto de... tô dizendo que gosto de pessoas pra não dizer que eu sou bi – porque aí, tecnicamente, eu gosto de mulheres e de homens, não de pessoas, né? De homens. Mas não gosto de homens.”

(...) “E... até que ponto não tô usando a, a pansexualidade pra mascarar de que não... por sei lá que, né, explicitamente, sei lá que motivo não, não me assumi como lésbica?” Então... então por isso também o ano de 2018 foi muito importante. Porque daí é quando eu, efetivamente, paro de sair com caras e... e... paro de me intitular pan, mas eu vou... parar de me intitular depois de meses que eu não saía mais com caras também. E era muito do tipo–muito uma nóia do tipo, “Tá, mas e se eu ficar com um cara de novo e eu me intitulei como lésbica. E aí como é que vai ser?” Sabe?

(...) Quase como... ahn... um sentimento até de, de impostora... em relação a essa identidade sexual. Muito também por ter tido muito anos de, de relação hétero. Então... como se... toda essa trajetória hétero invalidasse que... que hoje eu pudesse, ahn, me dizer lésbica, sabe? (...) E aí foi um nóia bem... bem noiada, assim. [riso] Que eu levei um tempo pra elaborar e aí... me assumi. E aí, a primeira vez que eu falei publicamente “Sou lésbica”, me apresentei como uma mulher lésbica, foi numa roda de conversa na faculdade.

Juliana conta com generosidade, franqueza e sensibilidade como é essa vivência de uma mulher que teve várias relações ao longo da vida, e pode aos poucos ver qual nome lhe encaixava, qual termo era mais condizentes com o que ela desejava, vivia e via de si. O nome se configura como algo importante, a nomeação da orientação sexual produz subjetividade, trazendo reflexões relevantes que buscam responder

ao mundo sobre si. Juliana responde ser uma mulher lésbica em uma roda de conversa, na qual pessoas se apresentavam usando seu pronome e elencando sua orientação sexual. A roda falava de vidas e diversidade sexual e de gênero, assim as pessoas ficavam confortáveis em falar de si. Essa espaço de conforto, gera uma segurança, e faz Juliana levantar a voz e se descrever. Colocar um nome, um termo na sua sexualidade, produz essa sexualidade. E serve de resposta às interpelações, aquelas de fora e de dentro. Esse relato destaca que as perguntas são internalizadas, as perguntas dos outros refletem as perguntas de cada um consigo mesmo. Juliana se diferencia dos outros nomeando eles quando é apresentada à cena da roda de conversa. Assim diferencia-se para se assemelhar, sendo inspirada em também falar da sua não heterossexualidade, pois as/os colegas falavam disso.

Vale lembrar que essas interpelações ocorrem de todos os lados, na família de origem sendo um lado comum. Pergunto sobre como seus pais encararam sua nomeação como lésbica. Ela sorri. Ela sorriu bastante nessa entrevista. Me conta empolgada como eles foram acolhedores e carinhosos. Olho para Juliana e conto que me lembro como ela estava feliz ao me apresentar seus pais. Ocasionalmente nos vimos na Parada Livre de Porto Alegre, entre organização do evento e desfrute daquele momento de prazer, sua mãe e seu pai estavam lá contentes com a filha. Como seus pais viram as suas mudanças ao longo dos anos, visto que, em certo ponto de sua vida, eles a reconheceram como uma mulher heterossexual e hoje em dia eles a conhecem como uma mulher lésbica?

Eu falo assim pra—já falei pra várias pessoas, que eu me acho uma... uma pessoa privilegiada nesse quesito, assim, relação com os pais. Porque... em, em vários—em vários níveis assim. Os meus pais, eles sempre me apoiaram muito e... e respeitaram, e... e peitaram comigo muitas coisas, sabe?

(...) Eu lembro que... eu conversei a primeira vez com a minha mãe. Ahn... foi com a minha mãe que eu tive assim mais uma conversa, né? “Ah, estou me relacionando com uma mulher.” Que foi quando eu comecei a me, me relacionar—eu não lembro se eu já tava namorando a Luana, a minha ex-namorada, ou se foi um pouco antes. Eu acho que foi um pouco

antes. Ahn... de oficializar o namoro, assim. Mas a gente já tava um tempo juntas. E... que eu conversei com a minha mãe e falei que tava me relacionando com, com mulheres. E aí... aí ela me pergunta se tinha sido por causa disso que eu tinha terminado com o meu ex, que eu, que eu morei junto.

(...) Ahn... E aí foi muito—me pareceu muito no sentido de “Ai, né, será que é — é essa a desculpa, digamos assim, pra tu ter... de certa forma, acabado com aquela relação perfeita?” Né? Na época, eu peguei e falei pra ela que não, porque... diretamente, acho que nem indiretamente, era—tinha relação com, com isso.

(...) E... então... em relação a isso, sempre... foi com naturalidade, sabe? Eu não lembro o contexto... que eu... mas eu lembro que eu tive uma conversa com o meu pai e eu não vou lembrar o contexto, porquê que eu tive essa conversa, mas eu gravei a—o que ele me disse. [...] Eu gravei o que ele me disse e aí ele pegou e falou pra mim que... ele me amava e que ele ia me aceitar acima de tudo. Ahn... e... então eu me acho muito privilegiada,

(...) E... e outras histórias que, que a gente escuta de pessoas próximas, de não aceitação da família e... histórias até de agressão que a gente escuta assim. Então... e... os meus pais não só aceitam, mas eles compram junto, né. Tanto que... tavam os dois lá fofíssimos na parada. Lindos, lindos. Então... é isso assim.

3.5 Quinto ensaio - Bruna

Bruna é muito gentil ao me receber na casa da sua família, após os latidos da cachorra, ela me abre a porta e já me direciona na sala de estar. Bruna me explica que os pais não deixam a cachorra entrar na casa, ela sente muita falta da cachorrinha. Me fala como gostaria da companhia. Bruna é uma mulher branca cis de 21 anos de idade. Ela é aluna universitária de Medicina Veterinária e sente-se bem com animais por perto. Escolhemos conversar na sala nos sofás. Bruna está sozinha na casa em que foi criada, diz que nosso encontro é possível pois não está com os pais e irmã presente. Ela afirma que deseja se mudar logo, pensa em ficar com a namorada que mora em uma cidade da região metropolitana da Capital. Sentamos e começamos a conversa, mas me parece que Bruna realmente não está confortável ali, não comigo, mas sim com a casa. Ela não faz questão de me mostrar os outros espaços, senta-se perto da porta e fixa o olhar em mim, como se se

concentrasse na conversa. Ao mesmo tempo, ao longo da entrevista percebo que o desconforto está associado ao tema. Contar essa história não é fácil.

Bruna saiu do armário sendo empurrada, nem pode-se dizer que saiu pois esse verbo instaura uma ação no mínimo consciente da pessoa, se não desejada. Entretanto, ela foi empurrada para fora. Sua mãe ouviu de uma aluna, na escola de Bruna. Sua mãe trabalhou na escola em que ela fez o ensino médio, escola particular na qual ela estudou pois tinha uma bolsa de estudos. Assim, sua presença lá, seu direito a educação estava diretamente ligado com o trabalho de sua mãe. As pessoas da escola conheciam a sua família, e de certa forma apoiavam as ações de sua mãe. Ao ter sua primeira namorada, com todos os anseios e alegrias dessa paixão inicial, Bruna teve uma avalanche de rejeição e ofensas. Sua mãe descobriu pelas fofocas de corredores e atacou a filha ao chegar em casa. Exigiu saber o que estava acontecendo e ainda a humilhou, obrigando Bruna a ligar para a família direta, suas avós e falar sobre sua orientação sexual. Bruna, no momento uma adolescente assustada, o fez, chorando, desesperada.

Eu tinha 14. Aí foi isso assim. E, hum... aí a minha mãe descobriu e daí... hã... eu lembro que no dia que ela descobriu eu voltei para casa chorando de nervosa assim. (...) E aí ela foi pro meu quarto a mil assim. Tipo, ela chegou, a primeira coisa que ela fez, ela foi no meu quarto e... me segurou e queria me bater e... começou a gritar comigo e falar que tipo, hã... “tu não vai fazer isso porque eu tenho vergonha, porque tu não é minha filha se tu fizer isso.” (...) Minha mãe berrava dentro de casa. Ela falava que ela tinha nojo de mim... tipo, que ela tinha nojo da filha dela. (...) Ela surtou um monte no dia. Hã... Aí o meu pai viu e ele tentou acalmar ela. (...) E aí... hã... a minha mãe me obrigou a ligar todo mundo para minha família. Me obrigou, tipo, ela deu o telefone na minha mão, assim, telefone residencial ainda, tipo, deu na minha mãe e falou: “Tu vai ligar pros meus avós, e tu vai contar pra eles agora”. E aí... (...) liguei. E, tipo, humilhada aqui ligando pra eles. E aí minha primeira avó que eu liguei, que foi avó do meu pai, ela disse que... ela falou “Ah, eu–bem que eu sabia que tu era, que tu era machorrna mesmo. Tal.” Um negócio assim. E aí... e aquilo que me doe muito, assim. Muito. Tipo, a gente nem tinha tanta intimidade assim, tipo, eu e minha vó. E ela me falou “Aí, porque eu–bem que eu sabia que tinha algo de

errado comigo. Tu era... sempre... teve cara de bem machorrna mesmo. Não-sei-o-quê.” E eu “Tá bom”.

Essa reação intensa da mãe de Bruna não chega a me assustar, pois sei das histórias, das vivências de violência pelas mulheres LGBTQ+s, porém me mobiliza. Ela fala isso com o rosto sério, como se contasse uma história na qual desde o princípio ela já soubesse o desfecho. Bruna, de forma muito generosa, divide comigo a dificuldade vivida em sustentar um relacionamento com uma mulher e manter a relação com a mãe. Divide comigo que a mãe ignorava-a dentro de casa, como se sua filha não estivesse ali. Ao longo desse período, Bruna conta que iniciaram-se agressões físicas, situação estranha para ela e pra a dinâmica da família. Lamenta, sobretudo, que a formação da mãe - pedagoga de inclusão - não dá ferramentas suficientes para aceitar a própria filha. Durante o primeiro namoro, o qual durou pouco mais de um ano, ela seguiu enfrentando a indiferença da mãe, onde, durante este período a mãe “fingia que ela não existia”

Ela passava reto, ela não me dava bom dia, ela não me dava boa noite, não falava comigo. Às vezes eu falava com ela, ela... não respondia, tipo, fingia que não escutava. Então, realmente, ela falava assim—as poucas vezes que ela falava era pra dizer que ela tinha desgosto, que, tipo, ela tinha nojo de mim e essas coisas.

Bruna conta que mesmo suas escolhas por vestir roupas diferentes daquelas às quais a mãe acreditava serem mais adequadas para uma mulher, enfrentou desafios, por escolher colocar um par de tênis. Quando optou por outro tipo de vestimenta, a mãe começou a questionar se a filha queria “trocar de sexo e mudar de nome”, com isso começaram a dizer que se ela quisesse se relacionar com mulheres, é porque era homem, e dentro de casa começaram a chamá-la de “Bruno”, já que agora não era mais uma mulher. Conta a dificuldade que enfrentou para descobrir o que gostava de vestir, ou o que ela gostaria de ser enquanto mulher, que foi atravessado por esse discurso familiar.

Bruna conta o quanto a relação com a irmã também começou a mudar, antes se sentia apoiada pela irmã, que a consolava após as brigas com a mãe. Depois, já não poderia dividir espaços e momentos que antes eram divididos com a irmã, pois, por ser lésbica, a irmã achava que poderia “assedir ela” (sic). A família também é muito envolvida com religião e criou suas filhas nos fundamentos católicos.

Com isso, Bruna decidiu então terminar o namoro que vivia para “tentar ser hétero” (sic), inclusive dividiu com a namorada da época, que estava terminado o namoro porque não poderia ser lésbica. Começou a tentar se relacionar novamente com homens e conta o quão difícil foi vivenciar isso.

Aí... eu, realmente, eu voltei com aquilo de “não, eu não sou lésbica. Não sou. É, é totalmente errado. Não sou eu. Isso é muito errado, eu vou voltar a ser hétero e eu vou voltar a dar orgulho pra minha família.” E aí eu terminei. Baixei o Tinder. Só homens. E eu falei “Agora eu vou ficar com homem até eu gostar de homem!” E aí eu fiquei, assim, com muita gente. Eu tentava muito. Eu chegava em casa chorando toda vez.

Nesse período começou a se relacionar com um homem, pois ele seria a representação de tudo o que a mãe amava, uma personificação mais recente do antigo namorado, com quem Bruna viveu uma relação abusiva, mas que era mais aceita pela família. Conta que precisava mostrar para a família que ela “tinha cura” (sic). Tentou manter esse relacionamento pois percebeu as mudanças no comportamento da família, onde a mãe e a irmã voltaram a se relacionar com ela como ela gostaria de ser tratada, com amor, respeito e cuidado.

Nesse período iniciou um processo de psicoterapia por conta própria, já que a antiga psicóloga dividia suas percepções com a mãe de Bruna e também incentivava os desejos da mãe. Reencontrou nesse momento a ex namorada e voltou a relacionar-se com ela. Ficou com essa namorada durante um tempo e vivenciando novamente os conflitos familiares, decidiu terminar pois “queria ser normal” (sic). Conta que chorava muito e pedia desculpas para o pai por não conseguir “ser hétero”.

Atualmente está em um novo relacionamento com uma mulher e sente que a família aceita de outro jeito, um pouco melhor com relação às outras situações que viveu. A atual namorada é convidada para participar dos momentos em família e de conviver também na casa com os familiares de Bruna. Sentiu-se feliz de finalmente poder apresentar uma namorada para a família, coisa até então impossível.

E... mas, ainda assim, tipo. Claro. Aconteceu aquilo, a gente tirou foto de família juntas. Foi a coisa mais linda que aconteceu na minha vida. E aí, depois, quando a gente tava indo embora, eu entrei no carro e eu chorava, eu chorava, eu chorava. [riso]... Aí eu falava “eu não acredito!” [riso] Eu chorava horrores, assim, eu não... Bah! Foi muito bom mesmo!

Mesmo assim, conta que a mãe volta a repetir os comportamentos de ignorá-la dentro de casa. Conta que sempre sentiu-se comparada com a irmã, cinco anos mais velha. Fala que a irmã é a “filha perfeita” (sic) dos pais, que leva uma vida diferente do que Bruna gostaria para si. Faziam atividades juntas, como ballet, onde desde pequena já percebiam suas diferenças. Entre alguns risos, Bruna me conta de uma apresentação que fez com a irmã:

A gente fez ballet. Então a minha irmã, nas apresentações, ela sempre queria ser a Barbie. A princesa, a Barbie, e tal. E aí, nas apresentações, eu era o gambá. Eu era os bichinhos. Eu era, tipo assim, literalmente teve uma apresentação que eu era o gambá. [riso]. E eu era um gambá tipo preto e branco, enquanto a minha irmã era uma princesa, tipo assim, a Barbie do quebra-nozes, tipo, perfeita assim. E... mas eu queria ser o gambá e eu não queria ser uma Barbie, eu queria ser um gambá.

Mesmo mostrando-se capaz de também bancar as mesmas coisas que a irmã, ela sentia que não era o suficiente para sentir-se amada e respeitada pela própria família. Conta que a irmã vive em um relacionamento ruim, mas que é aceito pelos pais, pois é um relacionamento longo e heterossexual. Conta que atualmente conseguiu reconstruir a relação com a irmã.

Conta também que não tinha referências ao longo do seu processo, que acabou tendo um pouco com a primeira namorada que “se vestia como queria” (sic) e que, por ter um estilo de vestimenta dita como masculina, novamente se atravessa um discurso confuso entre orientação sexual e identidade de gênero, pois a família dizia para ela que se ela quisesse namorar assim, namorasse então com um homem pois ela não sofreria e seria “exatamente a mesma coisa” (sic).

Hoje Bruna se tornou mais confiante, também porque fez laços com uma religião diferente da dos pais, contou que estava na umbanda e também enfrentou dificuldades relacionadas à religião com os pais. Além disso, fortaleceu-se em um grupo de Facebook composto por outras mulheres de Porto Alegre e Região Metropolitana, onde pode compartilhar suas vivências, ser acolhida e também construir novas referências.

Então, eu fui muito acolhida lá. E de perceber que, realmente, tipo, a minha mãe falava que, “ah, porque tu é uma... tu é uma vergonha pra mim.” E aí lá eu entendia que não, que todo mundo já escutou isso, que a maioria escutou isso, mas... que não era pra eu me preocupar, que, tipo, não era assim que era pra ser, que... Enfim, que o problema não é comigo, né?

Mesmo não construindo amizades com as mulheres que também participavam do grupo, sentiu que foi importante por conseguir perceber experiência similares, mas também por ser acolhida genuinamente.

Atualmente sente-se acolhida e apoiada pela namorada. Não sente que a casa, onde vive com os pais, é um espaço acolhedor, que possa chamar de lar. Conta também que foi construindo uma nova família, não só com a atual namorada mas com a melhor amiga.

Conta que busca ficar mais tempo fora de casa hoje. Se vê fazendo planos para um futuro com a atual namorada e que ainda precisa viver coisas “pesadas” nas palavras dela. Quando introduziu o assunto de, em um futuro, adotar uma criança, a

família diz que não a consideraria parte do grupo familiar mas uma “agregada da família” (sic).

CAPÍTULO 4

4.1 Sobre experiências na família de origem

Na literatura, nos escritos e descrições de relatos a respeito da população LGBTQ+ são evidenciadas trajetórias de relações familiares marcadas pela violência em suas famílias de origem. Essas são narrativas que produzem um discurso de saber sobre famílias. Para certos pesquisadores/as, ao pensar família, há uma distinção entre a família nuclear dessas/es sujeitos: famílias de origem - onde elas/es se encontram em posição de filhas e filhos, irmãs e irmãos e a nova família; a família escolhida - formada através de vínculos de afeto de parceria conjugal ou de parceria de fraternidade e amizade.

A família de origem é definida como as pessoas ligadas por um vínculo imediato consanguíneo ou de adoção, por vezes relatada como família nuclear e extensa, a família na qual nascemos ou nos ligamos por adoção quando crianças e adolescentes. Sobre essa família nuclear, Froma Walsh (2016), entende ela atualmente como marcada por diversas mudanças – seja nos papéis que seus membros exercem ou as mudanças de fronteiras –, mas continuam ligadas por laços sanguíneos, jurídicos ou sociohistóricos. A autora também argumenta que a família ocidental fornecia grande apoio e ligação entre seus membros, mas oferecia essas benesses apenas para algumas/ns de seus membros devido a sua estrutura patriarcal com seus atravessamentos sexistas, classistas, heterossexistas e racistas.

Ainda é colocado que, por controles financeiros e religiosos, havia sanções em relação a quem estaria fora das normas familiares. Conforme Louro (2013), a família é, predominantemente, um sistema de reprodução de normas. Nela as normas são continuamente citadas, reconhecidas em sua autoridade, assim a norma pode produzir seus efeitos. Na família, a divisão binária das vivências do gênero produz essa possibilidade de reiteração da norma. As normas regulatórias têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir

aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas reiteram, constantemente, os regramentos de gênero associados à heterossexualidade (LOURO, 2013).

Conseqüentemente, na família de origem, as/os autoras/es salientam que as experiências familiares são marcadas por violências e sofrimento a partir da revelação ou elucidação da orientação sexual ou identidade de gênero diversa da heterossexualidade e identificação cisgênero. Nesse momento da declaração ou do dar-se conta da sua diferença, há relatos de LGBTfobia, podendo haver violências simbólicas, violência psicológica, violência verbal e até mesmo violência física (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA, 2014; SOUZA et al.; 2014, CUNHA e GOMES, 2014; TAQUETTE e RODRIGUES, 2015).

Liliana Lopes Pedral Sampaio e Maria Thereza Ávila Dantas Coelho (2012), ao entrevistarem homens e mulheres transexuais, relatam dos sentimentos de solidão, de medo da revelação de sua transexualidade, de rejeição social. As/Os autoras/es ainda falam que para algumas pessoas há a aposta de viver por algum tempo conforme o que é esperado dentro do contexto social e familiar “na tentativa de se proteger de situações vexatórias e de discriminação, mesmo à custa do sofrimento pelo sentimento de desconforto com o seu sexo biológico³” (SAMPAIO e COELHO, 2012, p. 646).

O sofrimento está no receio da resposta dos outros e de, ao longo da vida, receberem mensagens, símbolos e discursos baseados em como deveriam agir, pensar e sentir como meninas e meninos heterossexuais. Mas elas/es sentem, pensam e querem agir de outras maneiras, a rejeição à sua liberdade gera a dor, gera a lástima. O início do conflito familiar ocorre com a “saída do armário”, ou seja, com a revelação da orientação do desejo voltada para alguém do mesmo sexo, ou ainda a publicização da identidade de pessoa trans ou travesti. Nesses casos, infelizmente a família atua como um eficiente dispositivo de reiteração da norma e das formas de discriminação e violência que podem ser visualizadas em contextos mais amplos da sociedade em geral (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA, 2014; CUNHA e GOMES, 2014; TARQUETTE; RODRIGUES, 2015).

³ Quando referencio o termo 'sexo biológico' o faço pois esta foi a denominação das/os autoras/es, mas o mais coerente seria dizer 'sexo designado ao nascimento'.

A reiteração da norma se evidencia na vivência de Zélia e Bruna, mulheres com anos de diferença que viveram o rechaço das suas famílias de origem quando saíram do armário ou foram empurradas para fora deles. Zélia sentiu a necessidade de fugir de casa para, sem avisar ninguém, poder encontrar a namorada. E ainda sua família de origem, ao falar com a filha dela, criou um fantasma em relação a quem seria essa namorada. Lilia foi tratada como um possível monstro destruidor de lares. Uma mulher de meia idade que, por viver uma relação não heterossexual, recebeu o peso da anolamila. Já na família de origem de Bruna, a aberração seria ela mesma. Seu sentimento, seu afeto e desejo foram colocados como algo de imenso pecado. Coroado por um ritual de constrangimento, quando jovem, recém adolescente precisou ligar para os avós e falar sobre o segredo que guardava. Segredo visto pelos pais e irmã, como algo tenebroso, algo impensável.

O sofrimento relatado por essa jovem de 21 anos e a mulher de 55, se equiparam no lugar da vivência da abjeção. A não heterossexualidade é vista como algo impossível, ou quando anunciado como algo tão dissidente da norma que vira abjeto. Butler (2000) nos lembra que a formação do sujeito exige a identificação com a normatividade, e o repúdio a norma produz zonas de abjeção. Um repúdio baseado em uma interpelação do outro, nessa cena interpelativa, o outro faz as exigências, a negativa da conformidade do desejo com o gênero designado ao nascer cria uma negação do outro. O outro reconhece essas mulheres como seres abjetos. Assim, o repúdio produz o valor da abjeção e seu status para elas como um espectro perigoso.

Stella Regina Taquette e Adriana de Oliveira Rodrigues (2015) conversaram com jovens que relataram prática eróticas com pessoas do mesmo sexo ao longo da vida, e todos expuseram episódios de violência exercidos no ambiente familiar. Aqueles com identidade homossexual autodeclarada afirmavam que, após as primeiras experiências, sentiam-se mal em não seguir o que era esperado pela família, resultando em sentimentos de culpa percebidos pela internalização da homofobia. Bruna até hoje sofre fortemente com a rejeição, violência psicológica cotidiana, as alterações de posicionamento de sua família, hora conversando e convidando a namorada atual dela para estar presente, hora passando semanas

sem conversar com ela, o que evidencia um lugar de legitimidade na família sempre transitório. Seus suspiros de calma com o apoio, ou alguma menção do pai de aceitação, podem ser a qualquer momento destroçados pela violência, pela reafirmação dela vista como ser abjeto.

4.2 Sobre famílias escolhidas

Mas quando essa convivência fica insustentável, os sujeitos precisam achar novos espaços de moradia e viver. Em estudo de acompanhamento de travestis, Simone Souza Monteiro e colaboradores (2014), afirmaram que a maioria das entrevistadas tinha vivências de violência nas famílias de origens, sendo assim elas buscavam nas novas famílias criações de laços de irmandade, quando dividiam a casa com outras travestis, em pensões na qual se ajudavam, trocavam experiência e se protegiam. Além disso Rosana Machin e Marcia Thereza Couto (2014), destacam a importância da família que se escolhe ao falar sobre os cuidados e valores que casais de mulheres cisgênero identificadas como lésbicas atribuíam à experiência de ter filhos. Ao falar das tecnologias reprodutivas (TR) em serviços de saúde privados, as autoras refletem que há agora a possibilidade de uma criança nascer sem ter qualquer relação genérica ou biológica com as/os que gestam, e assim facilitando a forma de ter filhos para casais do mesmo sexo. Segundo as autoras, o desejo de ter filhos constrói-se em um projeto conjunto que vincula a história pessoal com o interesse pela maternidade e pela vivência da gestação, do parto e da amamentação e aquela relativa à família de origem.

Na história de vida Winnie ela fala muito de sua filha Sofi. Essa não foi concebida via tecnologias reprodutivas, mas sim por meio da adoção. Uma adoção à brasileira, com a doação de uma amiga para Winnie e sua então companheira. Esses vínculos de cuidado, preocupação, proteção e comprometimento gerou em Winnie o papel de mãe, forte e persistente. Ela me contou sobre ver a filha passando por dificuldades e como aquilo a desestabilizou. O lugar de uma mãe que perdeu sua filha inspira na jovem uma dor imensurável. Na entrevista, eram com lágrimas nos olhos que ela me contava sobre o esforço de no início da adoção viver a “família

de margarina”, defender esse espaço de família feliz, mesmo com tantos desafios e desavenças entre ela e a companheira. A possibilidade de reconstituir uma convivência com a filha ainda emerge na fala dela. E há os filhos das amigas que hoje compõe o círculo familiar dessa família escolhida de Winnie. Claudia Fonseca (1995) fala sobre esses laços de adoção e criação das crianças pelos amigos, vizinhos e comunidade. Laços configurados em promessas e em pedidos de uma mulher para outra. Seja para uma amiga ou para a avó, essa circulação de crianças, uma prática bastante generalizada, que pode ser definida como deslocamento físico que leva crianças a viver fora de seus núcleos familiares está presente em muitas comunidades brasileiras.

Para as mulheres entrevistadas, ter um filho é um importante passo no reconhecimento e afirmação da família construída, inclusive, muitas vezes possibilitando uma reaproximação com suas famílias de origem, quando o assumir a sexualidade homossexual teria provocado afastamentos (MACHIN; COUTO, 2014). Essa ideia reproduz a lógica na qual a/o filha/o legitimaria a família, que antes estava de alguma forma errada e não era reconhecida. Machin e Couto (2014) ponderam que, nesses arranjos de vida reprodutiva, o sentido atribuído à parentalidade de casais homossexuais ainda está subjugado aos efeitos hegemônicos presentes na cisheteronorma, mesmo que, ao mesmo tempo, também desafia esses modelos de gênero e de relações parentais.

De acordo com Isabela Rodrigues Sanches e colaboradores (2017), estudos analisados para subsidiar sua pesquisa apontam que a família passa por um luto ao saber da orientação sexual de um filho ou filha, pois há uma quebra nas expectativas sociais depositadas na pessoa. Assim, torna-se necessária a criação de um novo espaço, para que as novas concepções de relacionamento possam ser formadas em prol da aceitação da pessoa como ela é. Assim, o processo de aceitação das famílias mostra um avanço social na forma de encarar a "homoafetividade". Mesmo usando a conceitualização de homoafetividade Sanches e colaboradores (2017) recorrem a um pensamento crítico acerca de seus achados. Vêem como fundamental a discussão sobre a reprodução da família heterossexual em relações de pessoas do mesmo gênero, mas entendem essa característica como

ferramenta de sobrevivência em uma sociedade que utiliza a adequação aos padrões como troca por direitos à formação familiar, à reprodução, à saúde e até mesmo ao convívio com os demais espaços sociais.

Ao produzirem uma revisão sistemática de estudos científicos de relações conjugais entre casais homossexuais na realidade brasileira, de uma forma geral, o Vicente Rodrigues e Mariana Boeckel (2016) destacam que os ideais de casal dos homossexuais são semelhantes a ideais tradicionais associados à conjugalidade heterossexual, como, por exemplo, o embasamento das relações em construtos como fidelidade, companheirismo, parceria, segurança e lealdade. Os autores não definem se estão procurando estudos com pessoas cis ou trans. Nessa parte do texto, a ideia de ferramenta de sobrevivência aponta negociações possíveis com a cisheteronorma, visto que é impossível escapar dessas negociações, pois todas e todos estamos inseridos nessa lógica normativa.

Zélia comenta sobre isso, como com o passar do tempo, seus filhos mais velhos a visitaram na nova cidade e foram conhecer como a família dela com a esposa, junto com o filho de Lilia e a caçula de Zélia formavam uma família tão similar a qualquer outra. Ela vê como seu casamento foi celebrado no cartório da cidade do interior, sendo o “primeiro casamento homoafetivo entre duas mulheres da cidade” (sic). Essa celebração traz conforto para ela, e é também uma negociação com a cisheteronorma, utilizar dos recursos de legitimação jurídica para tanto ter seus direitos quanto reproduzir a matriz heterossexual.

Aline Lira e Normanda Araujo de Nogueira de Moraes (2016) realizaram uma revisão sistemática sobre a possível multiplicidade das relações conjugais não heterossexuais. Conforme elas, no cenário brasileiro, verificou-se que apesar das pesquisas estarem em franca expansão, os estudos ainda são muito teóricos e quando empíricos, em sua maioria, são qualitativos, com populações pouco representativas. Sobre as/os participantes, prevalece o número de estudos que investigam a maternidade lésbica, apesar do crescimento de estudos com gays e também com os filhos das minorias sexuais.

Os estudos sobre a população bissexual e de pessoas trans, bem como os seus filhos (especialmente adultos), encontram-se ainda mais limitados. Sobre os

principais temas de investigação científica, predominaram os estudos acerca da parentalidade em detrimento da conjugalidade. Houve um crescimento no número de estudos que investigavam os arranjos familiares construídos através da parentalidade planejada: reprodução assistida e adoção (LIRA & MORAIS, 2016).

Lira e Morais (2016) destacam que no cenário da parentalidade, evidencia-se, com base na racionalidade científica dos últimos anos, que os níveis de ajustamento psicossocial e bem-estar psicológico de crianças e adolescentes parecem não estar relacionados à orientação sexual dos pais/mães. Marina Ortolan Araldi e Fernanda Barcellos Serralta (2016), buscaram compreender como a parentalidade em casais homossexuais é investigada na literatura científica através de uma revisão sistemática. Conforme elas, os estudos concluem que a sexualidade dos pais e das mães não é fator determinante no bem-estar e ajustamento psicológico dos seus filhos. Nestes casais, há flexibilidade no desempenho de funções parentais, a relação parental tende a ser próxima, privilegiando o respeito e a aceitação das diferenças.

Ainda na premissa da parentalidade, Anna Paula Uziel (2004) ao conversar com técnicos operadores da política de adoção, atestou que quando se trata de um casal homossexual a capacidade de estabelecer vínculos é deflagradora de medos pelos técnicos. Importante destacar que essa pesquisa deu-se anteriormente a regulamentação da união estável e do casamento civil para pessoas do mesmo gênero, sendo assim, nesse momento, mesmo que operadores do direito não tratassem a homossexualidade como impedimento para adoção, eles não reconheciam o casal homossexual como “entidade familiar”.

Para as/os técnicas/os, a capacidade de estabelecer vínculos é compreendida, nos casos homossexuais, como algo a se estar vigilante sobre, como mais um risco para criança, seja em função do mau exemplo, seja pelo risco do abuso, seja pela dificuldade de reconhecer a diferença sexual e as consequências que isso pode causar. Os temores são muitos, e eles afirmam que uma díade de pessoas do mesmo gênero “pode confundir a criança privada do contato com os dois sexos colocar em situação de risco por não apresentar garantia de proteção pelo perigo do contato com a perversão” (UZIEL, 2004, p. 100).

Há mais de uma década, Uziel (2004) já refletia que a parentalidade de casais de pessoas do mesmo gênero não confunde as crianças. E ainda não apresenta grandes diferenças de suas vivências com aquelas crianças que convivem com um casal de homens e de mulheres. Para a autora, a psicologia contribui com essa temática explicando que se trata de uma função - materna e paterna - e não propriamente de uma pessoa em si, não importa o gênero, mas o que cada pessoa desempenha na formação do sujeito (UZIEL, 2004). Como demonstrado acima, mesmo que a autora falasse sobre isso há mais de dez anos, os estudos e trabalhos ainda se focam em atestar que não há grandes diferenças, que não há prejuízos para filhas e filhos de casais de pessoas do mesmo gênero. O que me faz refletir sobre porque não avançamos nas discussões, falando de outros pontos, de outras possibilidades. Parece haver na área da TFS uma constante necessidade de testar a hipótese da heteronormatividade, julgando que é ela o padrão, e querendo investigar os desviantes e ver se podem ser saudáveis.

Conforme Lira e Morais (2016), quanto à conjugalidade, acompanhando as mudanças legais em torno do casamento civil, as produções científicas têm dedicado atenção aos efeitos positivos que a legalização do casamento pode trazer para a vida dos casais do mesmo gênero, estando diretamente associada ao bem-estar físico e psicológico dos cônjuges. Alexandre Trevisani Meletti e Fabio Scorsolini-Comin (2015), apontam que a despeito de uma estereotipia no que concerne aos papéis conjugais que os casais desempenham, percebe-se que não há uma divisão de papéis e responsabilidades embasada em posicionamentos historicamente construídos segundo o binarismo de gênero, mas sim a partir de interesses e habilidades de cada membro da díade. Segundo os autores, este resultado reflete uma flexibilização das atribuições de gênero comumente associados a homens e mulheres em situação homoconjugal, qual tem sido recentemente observada, também, na conjugalidade heterossexual.

Como nesta dissertação busco entender as experiências familiares de mulheres não exclusivamente heterossexuais, me dispus a investigar estudos sobre conjugalidade e parentalidade entre mulheres. Assim, retomo Isabela Rodrigues Sanches e colaboradores (2017), que focaram seu estudo em famílias formadas por

casais de mulheres. Nas entrevistas realizadas, destacou-se o conflito familiar gerado pela explanação dos sentimentos e atração por pessoas do mesmo gênero, a dificuldade de aceitação da relação do casal por parte dos filhos adolescentes, o conhecimento da relação no ambiente de trabalho e a percepção do apoio recebido das amigas e da parceira. Ainda, as redes foram estabelecidas de forma localizada, com o maior número de membros desenvolvendo relações de intimidade e comprometimento, e focalizadas na família (SANCHES et al., 2017).

As pesquisadoras focaram em mulheres gaúchas e não se fala de identidade sexual ou de gênero autodeclarada, raça/cor ou classe. A escrita evidencia uma idade de 25 a 50 anos, e moradia em cidades pouco populosas. Aqui é usado pelas autoras o termo “família homoafetiva”. Neste momento, destaco a problemática do uso do termo homoafetivo. É importante lembrar que há uma predominância, por exemplo, no judiciário dos discursos da homoafetividade. Ricardo Andrade Coitinho Filho e Alessandra de Andrade Rinaldi (2018), cogitam que a invenção do termo homoafetivo seria uma forma de enobrecer as representações sobre as sexualidades não heterossexuais. Portanto, tornar o homossexual um homoafetivo representaria a alocação deste na fronteira de maior respeitabilidade.

Pode-se pensar que seria uma maneira de reduzir um estigma que o associa às práticas sexuais não adequadas, aproximando-o de um modelo heteronormativo, conjugal e monogâmico. Portanto, há discursos cujo valor central é a afetividade, expondo a existência de uma visão que ressalta a peculiaridade das sexualidades divergentes e resguarda a heteronormatividade da família. Conforme Thiago Coacci (2015), há uma ambiguidade de ora risco ora potência no processo de reconhecimento dos Direitos Sexuais pelo Judiciário brasileiro. Para ele “o discurso da homoafetividade tem um ranço conservador e higienista que limpa a sexualidade de elementos subversivos e submete-a a uma lógica heteronormativa” (COACCI, 2015, p. 79).

Silva (2019, p. 22), ressalta que

a população LGBT acaba por ser dividida entre duas formas de olhar: aos membros LGB fica a possibilidade de uma mimetização da heteronormatividade, seja ao sermos validados apenas como sujeitos constituintes de uma relação afetiva, atravessada pelo Estado e que, ao mesmo tempo que visa nos proteger, acaba não

estabelecendo segurança física e estatal para pessoas fora de relacionamentos monogâmicos.

Miriam P. Grossi e Luiza Mello (2006) afirmam que não só os homossexuais estão cada vez mais visíveis na sociedade brasileira, mas também a ideia de uma “família homossexual” começa a disputar espaço com outras nas lutas de poder em torno das definições socialmente legítimas de conjugalidade e parentalidade. A participação de cientistas sociais e da área psi na produção de conhecimento sobre esse (anti)familismo homossexual tem sido fundamental, muitas vezes materializando-se em monografias, dissertações e teses, as quais apontam elementos constituintes dos discursos, representações e práticas sociais relativas a formas não heterossexuais de organização dos laços conjugais e a vínculos parentais protagonizados por LGBTQ+.

Na falta de conceitos e de terminologia aceita socialmente no Brasil sobre a questão da filiação e da parentalidade homoerótica, muitas vezes utiliza-se o termo homoparentalidade, que foi cunhado na França, em meados dos anos 1990, por integrantes da Associação de Pais e Mães Gays e Lésbicas (APGL). Ainda que careça de uma definição mais específica, essa noção parece remeter-se à homossexualidade dos pais, mesmo reconhecendo que este é um universo bastante diversificado – pais/mães que se revelam homossexuais, homossexuais que decidem ser pais/mães, casais, pessoas solteiras. Cabe ressaltar ainda que o termo homoparentalidade pode fazer-nos cair em uma armadilha, que é exatamente destacar o que as poucas pesquisas mostram e o que de certo modo é importante combater: a ideia de que há algo de específico no exercício parental, marcado pela orientação sexual dos pais. Por outro lado, para as autoras, pode ser interessante politicamente insistir nesse termo, visto que concede visibilidade à questão (GROSSI; MELLO, 2006).

Entendo o ponto delas sobre visibilidade, legitimando e nomeando podemos falar sobre, e articular proposições que defendam essas famílias. Como a busca de uma Lei ou arcabouço jurídico mais robusto que proteja o casamento civil de pessoas do mesmo gênero. E não apenas uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Porém, discordo do uso excessivo dessa ideia de “famílias homossexuais”,

famílias marcadas por questões específicas, as quais precisamos olhar e trabalhar em capítulos a parte na literatura sobre família. Considero ter apresentado nos ensaios biográficos das cinco mulheres aqui no texto, histórias de vidas de experiências familiares diversas e singulares como qualquer família, como quaisquer experiências. A violência aparece? Sim, como em tantas outras histórias de brigas conjugais ou pais e mães emocionalmente indisponíveis. Os laços de afeto e função protetora da família escolhida aparece? Sim, como em qualquer experiência que se propõe cultivar o apoio mútuo e o diálogo. As experiências dessas mulheres são experiências únicas e também abrangentes como todas as outras famílias que encontrei nesses dez anos de profissão. Sendo assim, sugiro que as famílias com pessoas não heterossexuais ou não cis, ou seja, famílias na margem da cisheteronormatividade, estejam presentes em todos os capítulos e artigos da TFS. Sejam pensadas em todas as propostas de intervenção e escrita de políticas públicas para as famílias. Busco a validação radical da ideia de pluralidade, de famílias com a letra “s” destacada no final. E não uma escrita regulada em atestar a normalidade de famílias não normativas.

Sobre parentalidades, de acordo com Elisabeth Zambrano (2006), o exercício das funções parentais ocorre tal qual a predileção de cada um, não encontrando entre casais homossexuais uma divisão rígida de atribuições correspondentes aos papéis de gênero. A constituição familiar, bem como a legitimidade das diferentes formas de ser família, é influenciada por variáveis históricas, ideológicas, econômicas e sociais. A família formada por cônjuges do mesmo gênero vem sendo, lentamente, mais aceita, o que não significa que não existissem antes. Assim, como outras configurações, vistas por alguns como novas, devem ser pensadas a partir de uma ética que leva em conta as demandas afetivas dos sujeitos nelas envolvidos (ZAMBRANO, 2006)

Daniela Waseda e colaboradoras (2016), olharam para casais de pessoas do mesmo gênero pelo viés do referencial teórico do pensamento sistêmico novo-paradigmático. Para ela, o casal ao assumir uma relação estável, passa pelos processos semelhantes aos casais heterossexuais, porém com adversidades específicas a serem vivenciadas, como a necessidade de lidar com o preconceito e

discriminação LGBTQfóbica. Além disso, a forma de vivenciar as demandas do ciclo vital familiar é particular de cada casal, independentemente da orientação sexual dos seus membros. Entretanto, as autoras destacam que “foi possível observar que a aceitação e aproximação da família de origem para os casais homoafetivos ocorreram de forma diferenciada, quando comparadas aos casais heterossexuais” (WASEDA et al, 2016, p. 127). Mas essa pesquisa, assim como tantas outras, foi feita apenas com ampla maioria de mulheres brancas e com o ensino superior completo, o que indica as questões de classe como provavelmente classe média e classe média alta.

Há outras possibilidades de formar essa família escolhida, que não pelo laço conjugal, mas pelas amizades. Juliana aponta isso nos espaços de militância que pode encontrar. Em seu trabalho voluntário na comunidade LGBTQ+, ela aproximou-se com diversas histórias, formando ali amizades. Comentando comigo sobre nunca ter imaginado ser uma referência como militante na capital, Juliana tinha um sorriso no rosto. Sua vivência com os pais foi de um sair do armário tranquilo, dentro do possível, e seu afastamento da cidade deles foi por busca de trabalho e estudo e não afastamento da convivência. E nessas outras cidades fez relações fraternais que mudaram o curso de sua vida. Tanto que, quando a entrevistei, a visitei em um apartamento de uma grande amiga dela, que cedia sua moradia em troca de Juliana cuidar dos animais de estimação. Trocas e negociações fazem parte de qualquer organização familiar, qualquer sistema de humanos. Mas nas conversas com as entrevistadas, percebi um ponto enfatizado nas relações atuais de todas: diálogo e identificação. Seja Juliana, Winnie e Bruna se identificando com a militância feminista e LGBTQ+, seja Zélia se aliando à militância de mães com filhos com deficiência ou seja Audre conectando com sua atual namorada e sentindo-se pertencente.

Analisa Lorenzi e Claudia Mara Bosetto Cenci (2006) falam sobre sua pesquisa com mulheres lésbicas, as quais indicaram que revelação da lesbianidade na maioria dos casos não acarretou em mudanças na dinâmica familiar. Em algumas histórias apareceu que depois da revelação os pais se aproximaram mais das filhas, se tornaram mais afetivos. As mulheres referem que a decisão

de contar, por mais que tenha demorado foi muito boa, elas esperavam mudanças negativas e foi ao contrário. Em apenas um caso, houve rejeição da família. A maior preocupação dos pais não gira em torno da família, eles tem medo do que possa acontecer com elas por conta da exposição na sociedade. Essa preocupação gira em torno da violência do mundo externo, e vejo essas famílias escolhidas como potentes e atuantes espaços de proteção. Identifico aí uma função protetora da militância, das novas amizades e relações conjugais atuais das mulheres entrevistadas. Função protetora de dar espaço para experimentação, incentivar a autenticidade, garantir a aceitação e apoiar quando o mundo externo desaponta. Essa função é um elemento central para entendermos a estrutura e os aspectos saudáveis de qualquer família.

Esses achados destacam que a singularidade de uma experiência de parentalidade, por exemplo, pode ser específica em qualquer experiência. Portanto, as famílias da população LGBTQ+ se produzem nos mais variados formatos, de locais de violência e exclusão a novas parcerias, conexões e inclusão. A família é uma instituição complexa. Essa afirmação faz pensar em uma pluralidade de famílias ou em diversas realidades de família? A aposta aqui é na multiplicidade de realidades. Diante dessas multiplicidades, como podemos descrever essas trajetórias de vida singulares? Proponho que os marcadores sociais da diferença, sejam fatores importantes para analisar e intervir nas famílias, qualquer família, sendo a interseccionalidade interessante para uma produção de uma TFS que inclua a diversidade sexual e de gênero como mais uma família e não como uma família relegada aos últimos capítulos ou ao comprovamento que também podem ser normais.

4. 3 Sobre interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença

Conforme Karla Akotirene (2019), na nossa sociedade a intenção é descrever e analisar como nosso sistema de classificação funciona para entender que ele se constrói a partir de um local, dentro de uma cultura e a partir de processos históricos. Nós, enquanto sociedade, em determinado momento, elencamos

características para pesquisar, ou seja, classificar pessoas em termos de gênero, em termos de classe, sexualidade ou em termos de geração (AKOTIRENE, 2019).

Portanto, categorias de análise como os marcadores sociais são instrumentos que possibilitam uma melhor compreensão dos diversos atravessamentos que constituem os sujeitos. A partir dessas categorias é que se torna possível caracterizar diversas realidades dentro de um mesmo espectro, além disso, tornando concreto o entendimento de que as desigualdades são construídas socialmente (AKOTIRENE, 2019).

Estas categorias não adquirem sentido e eficácia isoladamente, é necessária certa conexão entre essas categorias para que lhes seja conferido sentido. Vamos pensar nessas categorias articuladas, pois são atravessamentos diferentes entre ser uma mulher jovem negra e morar numa região periférica de alguma cidade, e ser um homem idoso branco que mora numa região central de uma metrópole. Isso cria posições e experiências sociais diferentes em diversos aspectos da vida e relações características dessas vivências. Esses sistemas de classificação produzem - não raras vezes - hierarquias e desigualdades com relação ao acesso a direitos e às oportunidades na sociedade (AKOTIRENE, 2019).

Nessa perspectiva, pensamos na interseccionalidade como via de compreensão para estes marcadores que se cruzam, atravessam e formam as experiências de vida de variadas formas. Algumas vivências se assemelham e outras, são completamente divergentes. Akotirene (2019) nos coloca da seguinte maneira:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado produtores de Avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes tingidas pelo cruzamento E sobreposição de gênero raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

O Feminismo Negro localiza-se nesses cruzamentos. Compreende como as vivências de mulheres negras são interpeladas não somente pelo fator racial, mas pelos marcadores de gênero, classe, sexualidade e de que maneira estes cruzamentos são singulares nessas vivências. A Interseccionalidade nos mostra as

mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal, são mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundista interceptados pelo trânsito das diferenciações sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexas desde a colonização até a colonialidade.

Angela Davis (2016) nos coloca os efeitos que o capitalismo, o racismo e o sexismo marcam a construção da subjetividade de mulheres negras, diferentemente do que mulheres brancas experienciam. A autora denuncia as diferentes formas de violência direcionadas a essas mulheres, onde estas eram exploradas não somente através do trabalho, mas também eram exploradas por meio de estruturas racistas e sexistas. A obra debate o trabalho doméstico, a exploração de classe, os abusos sexuais direcionados às mulheres exploradas - como negras, como trabalhadoras, como mulheres - além do choro da mulher negra e da luta para que suas denúncias sejam consideradas legítimas. Também considera que os homens negros sofreram consequências dos marcadores de raça-sexo, mergulhados em estereótipos, linchamentos e classificação racial acusatórias de serem eles abusadores sexuais de mulheres brancas (AKOTIRENE, 2019, p. 34).

A partir dessas colocações, falarei a seguir sobre alguns dos marcadores que aparecem como partes fundantes das histórias de vida das mulheres com as quais pude conversar. E de que maneira os marcadores cruzam-se, formando experiências singulares - como a raça e a classe - e em alguns casos semelhantes, como o gênero e a sexualidade, pontos também precursores deste escrito.

Ao longo da escrita desta dissertação fui pensando quais partes eu poderia destacar em cada fala, cada história, cada trajetória escutada que eu poderia recortar, por assim dizer, para falar de cada marcador social da diferença. Fiquei em reflexão sobre como supostamente exemplificar a presença de tal e tal marcador. Usaria apenas um dos ensaios? Colocaria qual entrevistadora do lado da outra na descrição dos ditos achados, resultados da pesquisa? Me perguntei tanto e vi que não achava as respostas. Percebi que não encontrava as respostas pois as perguntas não eram condizentes com a minha proposta de articulação, a qual a interseccionalidade incentiva. Vocês leitoras, sagazes e atentas, provavelmente tiraram várias impressões sobre as articulações ao lerem com carinho cada ensaio.

Assim, não faço recorte aqui, mas aprofundo conceitualizações que atravessaram a minha compreensão das narrativas dessas mulheres e suas experiências familiares.

Vi por todos os ensaios o padrão cisheteronormativo. Desde a fala da avó de Winnie questionando se ela iria colocar um falo ao se publicizar não heterossexual, passando pelas dúvidas de Audre sobre si e seus desejos ao se relacionar com um homem trans, circunscrevendo as fortes falas de Bruna, chamada de Bruna pela sua família de origem, em uma colagem de uma suposta linearidade perversa entre corpo-gênero-desejo. E, ainda, seus choros produzidos pelos argumentos incompreensivos do pai, em um esforço para ser “a filha hétero”. E ainda em Zélia, sem poder falar para si e sobre seus desejos na juventude, desejos marcados por estigmas. Até mesmo Juliana, que achando que tinha alcançado o valor de ser mulher, ao ter um homem, e vendo as imposições do machismo em sua avó. O padrão cisheteronormativo desfilava cruel em todas as vidas que me foram gentilmente narradas.

Ao falar de padrão cisheteronormativo, relembro os conceitos da Cisnormatividade e da Heteronormatividade. Cisnormatividade, segundo Viviane Vergueiro Simakawa (2016), diz a respeito à normatividade de gênero que “exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizadores sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos” (p.43). Portanto, o padrão cisheteronormativo, aqui exposto, fala da normatividade da suposição de um sujeito viver em um corpo que tenha reiterado em si a cisgeneridade e a heterossexualidade como compulsórias (SIMAKAWA, 2016).

Muitos escritos e até proposições jurídicas elencaram o termo afetividade como um escape da heterossexualidade compulsória. Como se ao colocarmos na cabeça das pessoas da sociedade a ideia que pessoas do mesmo gênero têm afetos e não corpos exclusivamente sexuais, iríamos desbancar a força da linearidade corpo-gênero-desejo. Entretanto, Ricardo Andrade Coitinho Filho e Alessandra de Andrade Rinaldi (2018), cogitam que a invenção do termo homoafetivo seria mais uma forma de macular as representações sobre as

sexualidades não heterossexuais. Portanto, tornar o homossexual um homoafetivo representaria a alocação deste na fronteira de maior respeitabilidade. Pode-se pensar que seria uma maneira de reduzir um estigma que o associa às práticas sexuais não adequadas, aproximando-o de um modelo heteronormativo, conjugal e monogâmico. Portanto, há discursos cujo valor central é a afetividade, expondo a existência de uma visão que ressalta a peculiaridade das sexualidades divergentes e resguarda a heteronormatividade da família.

Há um sistema de dominação em que predomina uma verdade sobre o ser que de tão enraizada no pensamento e na linguagem comum se pensa pré-discursiva e verdadeira ao ponto de ser atributo indispensável do ser, característica própria de uma produção ontológica massificadora e, como sabemos, com efeitos de violência que matam, segregam e omitem (BONASSI, 2017). Sendo assim, observei como a identidade de gênero e orientação sexual, mesmo pertencentes a esferas distintas de constituição de subjetividade, se interseccionam. Em vista disso, pretendi compreender como estes processos de subjetivação se dão a partir não apenas de uma crítica à heterossexualidade compulsória, mas também à cisgeneridade compulsória. Há, portanto, um ponto em que a crítica à normatividade da orientação sexual toca a crítica à normatividade da identidade de gênero e vice-versa.

Fernanda Carrion da Silva (2019), aponta que a psicologia também incide nessa reafirmação na normatividade, portanto, não surpreende essa reiteração da TFS em padrões familiares cisnormativos. Percebo o apagamento do lugar de enunciação da cisgeneridade como produtora de normas, do universal e do universalizante no que toca às experiências de identidade de gênero para a produção de teorias e de intervenções clínicas. As identidades de gênero foram, assim, colonizadas por um “cis-tema”-mundo ocidental que é atravessado por pressupostos cristianocêntricos, modernos e coloniais, capitalistas e patriarcais que culminam em produzir hierarquias epistemológicas, que excluem, minimizam e silenciam perspectivas não cisgêneras (SIMAKAWA, 2016).

A cisnormatividade incide de maneira diferente nos corpos, para Bruna com corpo racializado branco, o mero uso de um conjunto de camiseta e tênis era visto

como uma afirmação de ser ela uma pessoa masculina. Já as mulheres negras entrevistadas, Winnie e Audre, viam seu corpo racializado preto, sendo exigidas outras performatividades de gênero feminino. Conforme Djamilia Ribeiro (2019), o corpo da mulher negra, há centenas de anos, não tem escolha, sendo induzido a performatividades de gênero específicas. Como o corpo da mulher negra que necessariamente precisa ser objeto de desejo e de uso. Para ela, não havia escolha para as mulheres negras escravizadas, pois “[...] eram tratadas como mercadoria, propriedade, portanto não tinham escolha. Nesse contexto, não há como negar que elas eram estupradas pelos senhores de engenho” (RIBEIRO, 2019, p. 84).

Essa sexualização retira a humanidade das mulheres, pois deixamos de ser vistas com toda a complexidade do ser humano. Conforme Ribeiro (2019, p. 85),

Somos muitas vezes importunadas, tocadas, invadidas sem a nossa permissão. Muitas vezes temos nossos nomes ignorados, sendo chamadas de “nega”. São atitudes que parecem inofensivas, mas que para mulheres negras são recorrentes e violentas.

Ao ouvir essas histórias me lembro imediatamente da escritora Lélia Gonzalez (1984) e sua produção. A autora possui uma abordagem que relaciona raça, classe e gênero, posteriormente cunhado o termo interseccionalidades para caracterizar tal relação ou articulação, trazendo reflexões sobre a sociedade brasileira e o mito que a estrutura simbolicamente: o da democracia racial a partir da figura da mulher negra. Segundo a autora, no Brasil, no carnaval, o mito da democracia racial é atualizado. Entretanto, ocorre uma inversão: a figura da mulher negra sai do anonimato dos papéis da doméstica e da mãe preta para se tornar a “Cinderela do asfalto”; a “mulata deusa do meu samba” (GONZALEZ, 1984).

Gonzalez (1984) identifica que o engendramento da mulata e da doméstica na mesma personagem se dar através da figura da mucama. Esta entendida enquanto possuidora do papel social de cuidar da casa, dos afazeres domésticos que incluíam, também, os serviços sexuais aos senhores. Os serviços da mucama ficavam no âmbito doméstico incluindo os que não deviam ser comentados. A contraposição entre a casa e a rua em relação a mulher negra se dar pela figura da mulata e da doméstica: ambas são a mesma pessoa.

A produção deste mito está pautado em outros: o mito da democracia racial e o mito do corpo branco como não racializado, como universal. Silvio Almeida (2019) aponta que embora a inexistência de raças humanas tenha sido comprovada, raça continua sendo uma categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes. Para conceituar racismo, o autor recorre à categoria de discriminação racial que se refere aos diferentes modos de tratamentos de pessoas pertencentes a grupos raciais específicos. A prática da discriminação racial é fundamentada nas relações de poder que determinados grupos detêm, usufruindo das vantagens que a categoria racial oferece. O racismo é efetivado através da discriminação racial estruturada, constituindo-se como um processo pelo qual as circunstâncias de privilégios se difundem entre os grupos raciais e se manifestam pelos espaços econômicos, políticos e institucionais.

Almeida (2019) classifica o conceito de racismo em individual, institucional e estrutural. Destaco aqui o racismo estrutural, o qual o autor elenca como um processo histórico, pois o racismo esteve presente na formação da sociedade brasileira, sustentando processos econômicos e organização social através de um período terrivelmente longo de escravização e segue até hoje. E trata-se de um processo político, pois influencia a organização da sociedade e a distribuição do poder de forma desigual. Desse modo, a concepção de racismo estrutural busca compreender os modos de organização da sociedade, oferecendo uma análise mais integrada dos diversos elementos envolvidos no fenômeno do racismo. Esse tipo de racismo se aprofunda em nossas subjetividades, na medida em que é naturalizado e penetra fundo em nossas instituições e estruturas sociais, a ponto de parecer uma “ordem natural da realidade”.

Nesse sentido, a origem desse racismo na sociedade brasileira remota a escravidão. De tão enraizado no Brasil foi muito mais que um sistema econômico; ela se transformou numa linguagem, com imensas consequências: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita.

Isso significa que o racismo é uma decorrência da estrutura da sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. Almeida enfatiza que o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática. Compreendendo o racismo como regra e não exceção, o autor acredita que para a efetivação de uma mudança é necessário adotar práticas antirracistas, como a criação de políticas internas nas instituições. Para o autor, ao compreender a ordem racista que estrutura a sociedade, nos tornamos ainda mais responsáveis no enfrentamento de práticas discriminatórias e preconceituosas, considerando o silêncio nessa questão como um dispositivo de manutenção do racismo. A partir da perspectiva do autor uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (ALMEIDA, 2019).

Winnie e Audre, como mulheres negras, aprofundam em suas narrativas a negritude como premissa de serem subjulgadas a processos de preconceito e discriminação. Já Zélia e Juliana falam pouco sobre saberem que há uma distinção de oportunidades para si por serem brancas, para Bruna seu corpo racializado não aparece nas suas respostas. Assim, remeto as reflexões de Robin Di'Angelo (2018), para pensarmos a produção da branquitude e suas fragilidades. Ela componhe com as escritas de Almeida (2019) ao afirmar que sistema de racismo começa com a ideologia, que se refere às grandes ideias que são reforçadas ao longo da história. Desde o nascimento, somos condicionados a aceitar e não questionar essas idéias. Ideologia é reforçado em toda a sociedade, por exemplo, em escolas e livros didáticos, discursos políticos, filmes, publicidade, celebrações de feriados e palavras e frases. Como essas ideias são constantemente reforçadas, é muito difícil evitar acreditar e internalizando.

Essa internalização e crença em como os movimentos na sociedade são normalizados e naturalizados, pressupõe serem eles produções que se solidificam e se naturalizam na reiteração de regramentos, acordos e normativas. Normativas

que, novamente, saliento, vão falar da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória, mas também da branquitude como almejada, do sujeito branco como o mais importante e o mais valoroso. Com esse entendimento, muito me perguntei sobre como encarar tamanho desafio de resistir a esses regramentos e normas. Ribeiro (2019) emite pistas importantes ao lançar o “Pequeno manual antirracista”, no qual ela mesma aponta ações que podem ser usadas nas diversas formas de opressões estruturais da nossa sociedade. A autora ressalta que mulheres e homens negros não são as únicas vítimas de opressão estrutural: muitos outros grupos sociais oprimidos compartilham experiências de discriminação em alguma medida comparáveis.

Conforme Ribeiro (2019), para desnaturalizar os modos de opressão, todos devem questionar a ausência de pessoas negras em gerências, autores negros em compilados e pensadores negros na bibliografia de universidades, e ainda protagonistas negros no audiovisual. Amplio essas propostas pensando a necessidade de questionar a ausência de pluralidade LGBTQ+ nesses espaços, também. Os marcadores sociais vão apontar singulares vivências de opressão, e Ribeiro lembra que mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas. O mesmo ocorre com homens brancos homossexuais, que são discriminados pela orientação sexual, mas, racialmente falando, fazem parte do grupo hegemônico. Isso de forma alguma exclui as opressões que sofrem, mas o localizam socialmente no lugar da branquitude.

Sobre questões raciais, Ribeiro (2019, p.36)

o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar.

Essa criação de espaço pode ser pontuada como as políticas afirmativas nas universidades, por exemplo, Winnie e Audre apontam para o sucesso da sua vida

estudantil vinculado à possibilidade de ingressarem no Ensino Superior e de Pós Graduação. Audre me contou sobre como era interpelada por diversas pessoas brancas ao estar estudando nas casas em que sua mãe trabalhava. As pessoas ficavam abismadas em vê-la segurando um caderno, como se uma criança negra não tivesse futuro na vida de estudos. Oportunidades de entrada no espaço estudantil do Ensino Superior também aparecem na fala de Juliana, mas ela conecta com as questões de classe de sua família, recebendo oportunidades de cursar uma educação de faculdade devido a programas de inserção de jovens em espaços privados com recurso financeiro público.

A branquitude não aparece como questão, considero ser porque a branquitude atribui valor inerente à pessoa, sendo muito complicado e ameaçador para a fragilidade branca admitir suas vantagens de opções pelo seu corpo racializado. Di'Angelo (2018) fala sobre branquitude e fragilidade branca. Os pilares da branquitude são crenças não examinadas que sustentam as respostas raciais de cada um de nós. Esses pilares, indico, fornecem bases férteis para os mitos da democracia racial e superioridade do sujeito branco. Há uma crença de que apenas pessoas más são racistas. E ainda somos ensinadas a pensar sobre o racismo apenas como atos cometidos por pessoas individuais, ao invés de como um sistema complexo e interconectado. Há o investimento, de nós pessoas brancas em um sistema que nos sirva. A autora afirma “eu vi como a nossa defensividade manteve o status quo racial (DIANGELO, 2018, p. 25)”. Ou seja, sustenta a hierarquia racial.

Conforme Almeida (2019), esses pilares da branquitude sustentam as contestações sobre a inexistência de racismo e o discurso que fundamenta a democracia racial no Brasil. Estes pilares também são amparados pela ideia de meritocracia. Visto que não existe racismo segundo essa perspectiva da meritocracia, a privação do acesso material e as péssimas condições de vida são responsabilidades das pessoas negras que não tiveram competência e mérito suficiente para alcançar. De acordo com Almeida (2019), muitas pesquisas demonstram que as desigualdades no Brasil são atravessadas pela raça e gênero, seja no que diz respeito ao desemprego desigual entre os grupos, a diferença

salarial e a divisão da força física e intelectual que diferencia os trabalhadores negros e brancos.

Esses parágrafos dedicados para pensarmos a interseccionalidade e as articulações dos marcadores sociais da diferença, de longe não abarcam cada nuance e ideias que tive ao longo as entrevistas ao revisitar as transcrições para produções dos ensaios biográficos. Em cada tema que pincelo acima poderíamos juntas inserir outras leituras, outros autoras/es, abrindo vertentes de análise tão interessantes quanto aquelas brevemente discutidas. Fica então um desafio para meu futuro como terapeuta de família: continuar estudando e articulando essas categorias de análise no trabalho de pensar e intervir com famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queridas leitoras, agradeço vocês por persistirem comigo, apresentando e compartilhando esses ensaios biográficos como uma singela reflexão das histórias complexas e lindas que eu tive a honra de escutar. Nessa nossa troca agora fazem vocês também parte das minhas narrativas sobre experiências familiares. Pois uma mestrande e terapeuta de família como eu, levo em mim tantas famílias e me constituo nas minhas experiências atravessadas por elas. São vocês minhas familiares da vida acadêmica, e por isso as agradeço. Nesta dissertação, busquei entender quais outras escritas de famílias e população LGBTQ+ eram possíveis. Tanto na literatura da TFS, como nos textos de outras áreas. Cada artigo e capítulo sobre pessoas LGBTQ+ encontrados abriam conexões para outros e, por vezes, repetiam referências. Isso me fez pensar ser pequena no campo das publicações. Mas logo percebi que pequeno era o olhar que os textos davam para essas famílias.

Havia a insistência em falar das experiências familiares marginais em relação à cisheteronorma como experiências de tragédias ou vidas higienizadas como clones da normatividade. Ou a família de origem era pautada por violências LGBTQfóbicas, ou a família escolhida era avaliada como um casal são e monogâmico com parentalidades adequadas e funcionais. Ou seja, constantemente em comparação com a vivência de famílias universais, as famílias heterossexuais. Meu texto aqui é uma simplória contribuição tanto para o campo dos estudos de

gênero, quanto para o campo da TFS. E busca afirmar: há múltiplas outras realidades dessas experiências, há violência, há resistência, há apaixonamentos, há descoberta, há militância, há maternidade, há questionamentos, há trabalho, há estudos e assim vai.

Escolhi essas cinco mulheres, ou melhor, nós nos escolhemos quando elas aceitaram minhas perguntas, para poder pensar mais pluralidade de trajetórias. E ainda pautar a cisgeneridade, delas, minhas, de vocês talvez como produção, e não como essencialidade natural. Tanto a cisnorma quanto a heteronormatividade são construções sociais que estruturam a sociedade. Em conversa com o racismo e seus mitos. Lembro a mim, e a todas nós que somos produção de cenas de interpelação, somos nomeadas pela interação com a outra pessoa, as outras pessoas, as estruturas sociais. Assim, não são apenas pessoas trans ou pessoas negras que falam de cisnorma e relações raciais, somos todas nós. Somos todas responsáveis por desconstruir essas estruturas, ou ao menos sermos pontos de resistência. Pontos de acolhimento de outras vivências, de escutas de outras histórias.

Escrever sobre essas narrativas me incentivou a escrever sobre os encontros com Audre, Zélia, Winnie, Juliana e Bruna. Encontros tão potentes e por vezes tão doloridos. Como a epígrafe conta, e meu orientador pode afirmar, só consegui escrever em fragmentos. Pois essas histórias me trouxeram dor. Os anos de mestrado também assim o fizeram, pelas exigências de admitir nosso não saber, nossa pequenez, pela vergonha de compartilhar minhas ideias e escritas, pela síndrome de impostora que toca tantas de nós e por mudanças nas minhas famílias. Como mulher queer não heterossexual vivi encontros conectados com essas cinco mulheres, encontros esperançosos, encontros mobilizadores. Vivi separações, reencontros, afastamentos e descobertas nas minhas próprias experiências e, acima de tudo, vivi os desafios de ser mulher trabalhadora e escritora. Não que sejam identidades separadas, mas por vezes sentimos assim.

Vivi tanto que confesso, mal vi o tempo passar, mas ele passou, e com ele vem a necessidade de dar fechamentos. Escrever considerações finais que parecem apenas começos. Começos dos meus estudos com a interseccionalidade e começo da minha contribuição crítica para a TFS. Mas como sabemos, precisamos começar,

e como os sistemas familiares nos ensinam: nenhum ciclo se finaliza, apenas abre novas mobilizações. Esse texto mobilizou, mobilizou ausências no aprofundamento teórico e em autores da TFS que não visitei. Mobilizou perguntas: será que outras escolas, além da estrutural, na Terapia de Família está produzindo outros escritos sobre população LGBTQ+? Será que outras escritoras estão apostando na articulação das categorias de análise dos marcadores sociais da diferença como enquadre teórico para as intervenções com famílias? Enfim, espero um dia lhes contar sobre respostas iniciais para essas questões. Assim, incentivo a todas produtoras desses aportes teóricos esses mesmos questionamentos.

No mais, por hora me despeço, com certeza de encontros presenciais ou virtuais os quais estão por vir, sendo esse contato pela via da escrita um começo ou recomeço dessa nossa relação de diálogo. Relação de co-responsabilidade, de sermos resistência coletiva perante as violências da cisheteronormatividade, do racismo, do machismo, do capacitismo, e de toda aquela opressão que machuca a nós e as nossas famílias.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

ANUNCIADA, Patricia. A poesia de Audre Lorde. **Portal Geledés**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-poesia-de-audre-lorde/>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

ARALDI, Marina Ortolan; SERRALTA, Fernanda Barcellos. Parentalidade em casais homossexuais: Uma revisão sistemática. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 10, n.2, p. 31-39, 2016. Disponível em: <https://psicologiaempesquisa.ufjf.emnuvens.com.br/psicologiaempesquisa/article/view/57>. Acesso em 2 set. 2018.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Letras Escreve**. Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3073/pdf> Acesso em 2 set. 2018.

BERGMAN, Joel. S. **Pescando barracudas**: a pragmática da terapia sistêmica breve. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BONASSI, Brune C. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BONI, Valdete, QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis. v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (organizadora). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

_____. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARDOLI, Jefie; ARARUNA, Maria Léo. "Não foi o STF, foi a nossa luta". **Justificando**: mentes inquietas pensam direito. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/04/12/nao-foi-o-stf-foi-a-nossa-luta/> Acesso em: 25 mai 2018.

CARRION DA SILVA, Fernanda. Desconstruindo a escuta: Cisheteronormatividade e as Dissidências de Gênero. Apresentação em Evento, 8 de março de 2019. Auditório da Faculdade de Enfermagem da UFRGS, Porto Alegre.

CARTER, Betty; McGOLDRICK, Monica et al. **As mudanças do ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COACCI, Thiago. Do homossexualismo à homoafetividade: discursos judiciais brasileiros sobre homossexualidades, 1989–2012. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 21, 2015. p.53-84. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n21/1984-6487-sess-21-00053.pdf>>. Acesso em 18 out. 2018.

COSTA, Cláudia de Lima. The (mis)uses of life histories. the linguistic turn, life histories and (women's) life stories. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p.133-151, 1999.

COSTA, Liana Fortunato. A Perspectiva Sistêmica para a Clínica da Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. especial, p. 95-104, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

CUNHA, Rosane Berlinski Brito; GOMES, Romeu. Os jovens homossexuais masculinos e sua saúde: uma revisão sistemática. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, Botucatu, v.19, n.52, p. 57-70, 2014.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FALCETO, Olga. Terapia de família. In: CORDIOLI, Aristides Volpato (Organizador). **Psicoterapias: abordagens atuais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERREIRA, Mauro. Zélia Duncan, transformada em ativista, completa 30 anos de carreira fonográfica. **Blog do Mauro Ferreira**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2020/03/24/zelia-duncan-transformada-em-ativista-completa-30-anos-de-carreira-fonografica.ghtml>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

FILHO, Ricardo Andrade Coitinho; RINALDI, Alessandra de Andrade. O Supremo Tribunal Federal e a “união homoafetiva”: Onde os direitos e as moralidades se cruzam. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 26-42, jan.-abr., 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/civitas/v18n1/1519-6089-civitas-18-01-0026.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004[1969].

_____. **Microfísica do Poder**. 11. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2. Ed. São Paulo: Loyola. 1996.

GABURRI, Fernando. **Aspectos Jurídicos da União Homoafetiva no Direito de Família e das Sucessões**: Análise à luz do princípio da Operabilidade. Direito Homoafetivo: 2012. Disponível em <http://www.direitohomoafetivo.com.br/anexos/artigo/aspectos_jur%CDdicos_da_uni%C3o_homoafetiva_no_direito_de_fam%CDlia_e_das_sucess%D5es.pdf>. Acesso em: 25 mai 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSSI, Miriam P. MELLO, Luiz. UZIEL, Ana P. Conjugalidades e Parentalidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 14 (2): 248, maio-agosto, 2006.

GUARANHA, Camila; SCOBERNATTI, Gisele; ROMANINI, Moises; SILVEIRA, Raquel da Silva. Reflexões sobre o Acolhimento em Situações de Violação de Direitos no Campo do Gênero e da Sexualidade. In: NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine; SILVEIRA, Raquel da Silva. [orgs.]; **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas**: o que a laicidade tem a ver com isso? – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015. p. 167-198.

LIRA, Aline; MORAIS, Normanda Araujo de Nogueira de. Famílias Constituídas por Lésbicas, Gays e Bissexuais: Revisão Sistemática de Literatura. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, vl. 24, n 3, p. 1051-1067, 2016.

LORENZI, Analisa; CENCI, Claudia Mara Bosetto. **A revelação da lesbianidade aos familiares**. Porto Alegre: IMED, 2006. Disponível em: [https://www.imed.edu.br/Uploads/clauidiamarabosettocenci\(%C3%A1rea4\).pdf](https://www.imed.edu.br/Uploads/clauidiamarabosettocenci(%C3%A1rea4).pdf) Acesso em: 10 set 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre

homofobia nas escolas. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MACHIN, Rosana; COUTO, Marcia Thereza. "Fazendo a escolha certa": tecnologias reprodutivas, práticas lésbicas e uso de bancos de sêmen. **Physis** – Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.24, n.4, p. 1255-1274, 2014.

MAGALHÃES, Maria José; CRUZ, Angelica Lima; NUNES, Rosa Soares. **Pelo Fio se Vai à Meada**: Percursos de Investigação em Histórias de Vida. Lisboa: Ela por Ela, 2012.

MELETTI, Alexandre Trevisani; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 37-49, 2015.

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. O desafio de trabalhar com famílias de alto risco social: uma abordagem sistêmica. 2. ed. São Paulo: Roca, 2011.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias**: Funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, Charles H. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MONTEIRO, Luciana Fogaça. **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexismo nas trajetórias de vida de mulheres. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MONTEIRO, Simone Souza; BRANDÃO, Elaine; VARGAS, Eliane; MORA, Claudia; SOARES, Priscilla; DALTRO, Esther; Discursos sobre sexualidade em um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA): diálogos possíveis entre profissionais e usuário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 137-146, 2014.

NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia familiar**: conceitos e métodos. Porto Alegre: Artmed, 1998.

OSÓRIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elisabeth Pascual do (Organizadores). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PAPP, Peggy. **O Processo terapêutico de mudança**: uma abordagem prática à terapia sistêmica de família. Porto Alegre; Artes Médicas; 1992.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Queer decolonial**: quando as teorias viajam. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 411-437.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe Soares; DIAS, Maria Clara Dias. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n 1, jan/mar, p. 1-88, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263 - 274, 2008.

PONTES, Mônica Fortuna; FERES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHAES, Andrea Seixas. Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 276-286, Ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642017000200276&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 de Julho 2020.

PYL, Bianca; BRASILINO, Luís. Guilhotina #70 – Winnie Bueno. **Central 3**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.central3.com.br/guilhotina-70-winnie-bueno/>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Vicente; BOECKEL, Mariana. Conjugalidade e homossexualidade: uma revisão sistemática de literatura. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 96-109, 2016.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta paul. enferm., São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 setembro 2019.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, Botucatu, v.16, n.42, p.637-49, 2012.

SANCHES, Isabela Rodrigues; PELISSOLI, Monique da Silva; LOMANDO, Eduardo Marodin e LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Rede de apoio social de famílias homoafetivas formadas por mulheres. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v.10, n.2, p. 176-193, 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n2/04.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2018.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Sept. 2020.

SILVA, Fernando Lucas Lima da. **Conhecimento sistêmico, promoção de saúde, rede de apoio e população LGBT**. Centro de Estudos da Família e do Indivíduo, Porto Alegre, 2019. (Texto não publicado)

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de; SIGNORELLI, Marcos Claudio; COVIELLO, Denise Martin; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.7, p. 2277-2286, 2014.

TAQUETTE, Stella Regina; RODRIGUES, Adriana de Oliveira. Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, Botucatu, v. 19, n. 55, p.1181-1191, 2015.

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. IN: HEILBORN, Maria Luiza (org.) **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WAGNER, Adriana; TRONCO, Cristina; ARMANI, Ananda Borgert. Os desafios da família contemporânea. In: WAGNER, Adriana et al. **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 19-35.

WALSH, Froma. **Processos normativos da família**: diversidade e complexidade. Artmed Editora, 2016.

WASEDA, Daniela et al. Casais homoafetivos femininos: demandas do ciclo vital familiar e aceitação social. **Pensando famílias**. [online]. 2016, vol.20, n.2, pp. 115-131. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n2/v20n2a09.pdf> Acessado em: 1 set 2019.

ZAMBRANO, Elisabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/ mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, 12(26), 123-147, 2006.

ZAULI, Amanda. **Famílias homoafetivas femininas no Brasil e no Canadá**: um estudo transcultural sobre novas vivências nas relações de gênero e nos laços de parentesco. 2011. 457 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10002>. Acesso em 1 set 2019.